

MAIRA FERNANDA DOS ANJOS SANTOS

**PROTAGONISMO DE MULHERES AFRODESCENDENTES
DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE
CAMPO GRANDE-MS**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE, MS**

2020

MAIRA FERNANDA DOS ANJOS SANTOS

**PROTAGONISMO DE MULHERES AFRODESCENDENTES
DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE
CAMPO GRANDE-MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades – Mestrado e Doutorado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como exigência final para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Professora Doutora Dolores Pereira Ribeiro Coutinho. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE, MS**

2020

S237p Santos, Maira Fernanda dos Anjos
 Protagonismo de mulheres afrodescendentes das comunidades
 quilombolas de Campo Grande-MS/ Maira Fernanda dos
 Anjos Santos, sob orientação da Profª. Drª. Dolores
 Pereira Ribeiro Coutinho. -- Campo Grande, MS : 2021.
 128 p.: il.;

 Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) -
 Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS,
 Ano 2021
 Bibliografia: p.99-109

 1. Comunidades quilombolas. 2. Bolsa família. 3. Mulheres
 negras - Empoderamento da mulher I.Coutinho, Dolores
 Pereira Ribeiro. II. Título.

CDD: Ed. 21 -- 305.42098171

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “Protagonismo de mulheres afrodescendentes das comunidades quilombolas de Campo Grande-MS”.

Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 22/10/2020

A presente defesa foi realizada por webconferência. Eu, Dolores Pereira Ribeiro Coutinho, como presidente da banca assinei a folha de aprovação com o consentimento de todos os membros, ainda na presença virtual destes.



Prof.^a Dr.^a Dolores Pereira Ribeiro Coutinho (UCDB)

Prof.^a Dr.^a Arlinda Cantero Dorsa (UCDB)

Prof.^a Dr.^a Claudia Pereira Gonçalves (INCRA)

“É preciso observar e descrever o que as mulheres realmente fazem e pensam em vez de escutar o que outros dizem que elas fazem e pensam” (Miereya Suárez, 1997).

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma dissertação demanda empenho, e por vezes, é acompanhada de momentos tensos, incertezas e alguns percalços, que teimam em surgir no meio do caminho. A trajetória é árdua, mas infinitamente mais gratificante quando a concluímos.

Foi um caminho de muita dedicação e luta, mas eu nunca estive só. Ao longo de minha pesquisa acadêmica pessoas especiais estiveram ao meu lado, me dando força, passando conhecimento e me afagando com muito carinho. Desse modo, nesse texto venho, a elas, expressar toda minha gratidão.

Primeiramente e acima de tudo a Deus, por me proporcionar ânimo, perseverança, dedicação e resiliência para dar seguimento ao trabalho e projetos da minha carreira profissional.

Aos meus pais, Antônio e Fátima, pelo amor incondicional, ensinamentos e orações em todos os momentos de minha vida. Vocês são meu alicerce, meus exemplos, são imprescindíveis na minha vida.

À minha irmã, Mariana, pela fiel amizade e carinho, sempre torcendo e me motivando a alcançar voos maiores.

Ao meu confidente, amigo e amado esposo, Moacir, por sempre me encorajar, me cercando de amor e fornecendo suporte para enfrentar os desafios que a vida reserva. O seu intenso apoio e paciência foram essenciais, principalmente nos cuidados de nossa filha, Paola. Com você ao meu lado, eu encontro coragem para seguir adiante.

À minha amada e pequena Paola, minha filha, que tantas vezes presenciou a ausência da mãe, mesmo com minha presença física. Você me ensina a olhar o mundo de forma diferente, me faz questionar em como o tornar melhor, me inunda de amor.

À minha orientadora, professora Dolores Pereira Ribeiro Coutinho, que acompanha minha trajetória desde o curso de Direito, no Projeto de Iniciação Científica-PIBIC e foi a grande incentivadora para o meu ingresso no mestrado. Gratidão pelos conhecimentos compartilhados, pela competência profissional, pela escuta carinhosa, delicada e atenta que sempre teve, durante todo o tempo com o meu trabalho, além da paciência e generosidade, sempre me proporcionando um sentimento de paz e tranquilidade

À Cláudia Pereira Gonçalves e professora Arlinda Cantero Dorsa, que aceitaram, prontamente, participarem do meu exame de qualificação e da minha banca de defesa, eu, agradeço a generosidade de disponibilizarem seu precioso tempo para avaliarem meu trabalho. Os questionamentos e novos caminhos apontados nesta reta final, foram cruciais para a finalização da dissertação. É admirável ver a dedicação e o conteúdo das senhoras na transmissão do conhecimento.

A todos os meus professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, que contribuíram de maneira significativa na minha formação. Doutores e Doutoradas, que são fontes inspiradoras nesse processo, exemplos para eu continuar a trajetória. Estendo meus agradecimentos, de forma especial para Cleonice Alexandre Le Bourlegat, Heitor Romero Marques e Padre Pedro Pereira Borges, professores e professora que carrego com muita admiração e afeto.

Aos meus colegas de aula, pelo carinho, partilhas na aprendizagem e contribuições.

À Universidade Católica Dom Bosco, pelo acolhimento e incentivo à pesquisa, ensino e extensão, pela oportunidade de realização pessoal e profissional.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por tornar viável financeiramente o cumprimento deste sonho mediante a concessão de bolsa de estudo para o mestrado acadêmico.

SANTOS, Maira Fernanda dos Anjos. Protagonismo de mulheres afrodescendentes das comunidades quilombolas de Campo Grande-MS. 128f. 2020. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

RESUMO

As mulheres afrodescendentes quilombolas são o fio condutor de lutas e resistências das suas gerações passadas. Suas práticas e relações, estabelecidas nas comunidades quilombolas, demonstram seus modos de interação para o desenvolvimento sistêmico no território, e a importância na constituição social do país. As questões acerca do empoderamento das mulheres foram suscitadas no referencial teórico para subsidiar as análises das produções científicas de 2010 a 2020 (março) e os registros do Programa Bolsa Família-PBF como caminho para contribuir ao empoderamento das mulheres afrodescendentes das Comunidades Remanescentes Quilombolas em Campo Grande-MS (e região). A metodologia é descritiva, documental e exploratória, e o objetivo é identificar o protagonismo e a luta destas mulheres. As produções científicas analisadas apresentam essas mulheres como reféns da invisibilidade, pois, o empoderamento é condição essencial para o protagonismo, e não é evidenciado nos textos científicos. A contribuição do PBF para enfrentamento da pobreza e maior autonomia das beneficiárias mostram-se necessárias para o público-alvo deste estudo, pois, seus rendimentos são insuficientes para manterem a subsistência de si próprias, e de suas famílias. Das 119 famílias cadastradas no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, 77 apresentam a mulher como titular do benefício bolsa família, dentre essas, 35 famílias ganham até 01 salário mínimo, e apenas 02 famílias ganham acima de 03 salários mínimos. A participação em atividades de apoio social, nas quais a mulher é titular, além de cooperarem para uma melhor condição de sua família, contribuem para construção da autonomia, a chave do protagonismo social.

Palavras-Chave: mulher afrodescendente; mulher quilombola; protagonismo feminino; Bolsa Família.

SANTOS, Maira Fernanda dos Anjos. Protagonismo de mulheres afrodescendentes das comunidades quilombolas de Campo Grande-MS. 128f. 2020. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

ABSTRACT

Quilombola afrodescendant women are the conducting thread of fights/struggles and of resistances of their previous generations. Their practices and relationships, which are stabilised in the quilombola community, demonstrate their way of interacting for the systemic development in the territory, and the importance on the social constitution of the country. The questions/issues regarding of empowering of black women were brought together with support on theoretical reference to subsidize the analyzes of scientific productions from 2010 to 2020 (march), and the registers of Bolsa Familia Program – PBF as a pathway to contribute to empowerment of afrodescendant women of Remanescent Quilombola Communities in Campo Grande – MS and (and region). The methodology applied is descriptive and also documental and exploratory in nature, and has the objective to identify the protagonism and the fights/struggles of these women. The analyzed scientific production show these women as hostages of invisibility since empowering is an essential condition to protagonism, and it is not evidenced in scientific texts. The contribution of PBF to face poverty and to allow for more autonomy of the beneficiary are deemed necessary to the target public of this study, since their income is insufficient from them to keep their own subsistence and of their families. Of the 119 families registered at Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, 77 have women as holders of the bolsa familia benefit, and among those 35 families earn up to the minimum wage, and only 01 family earn more than 03 times the minimum wage. The participation in social support activities where women are the beneficiary not only collaborate to a better condition for her family, but also contribute to their autonomy, which is key to social protagonism.

Keywords: afrodescendant woman; Bolsa Família program; female protagonism; quilombola woman.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Ficha de anotação.....	29
Figura 2 Fluxograma utilizado na análise das produções científicas	31
Figura 3 Nuvem de palavras.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Síntese analítica das palavras-chave	64
Gráfico 2 Condição cadastral da família	87
Gráfico 3 Recebimento Bolsa Família.....	88
Gráfico 4 Situação do domicílio	89
Gráfico 5 Faixa de renda <i>per capita</i>	89
Gráfico 6 Faixa de renda.....	90
Gráfico 7 Função principal	91
Gráfico 8 Trabalho remunerado nos últimos 12 meses	92
Gráfico 9 Cor ou raça	92
Gráfico 10 Faixa Etária.....	93
Gráfico 11 Grau de instrução.....	93
Gráfico 12 Curso mais elevado que a titular frequentou, por faixa etária.....	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Origem do termo Empoderamento	44
Quadro 2 Conceito de Empoderamento	46
Quadro 3 Algumas categorias utilizadas para referência quilombo e quilombolas	56
Quadro 4 Famílias quilombolas cadastradas no CRAS/CREAS em Campo Grande-MS	85
Quadro 5 Relação das teses, dissertações e artigos científicos selecionados entre 2010 e 2020 (março).....	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Filtro do Catálogo de teses e dissertações da Capes, trabalhos publicados entre os anos 2015 a 2020 (março)	24
Tabela 2 Filtro do Catálogo de teses e dissertações da Capes, trabalhos publicados entre os anos 2010 a 2014.....	26

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

AFCN - Associação Familiar da Comunidade Negra de São João Batista

AQBURITI - Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola Chácara Buriti

CadÚnico – Cadastro Único

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CRAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto Pesquisa Econômica Aplicada

MCidadania - Ministério da Cidadania

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social

MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIS - A tecnologia social de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

PBF – Programa Bolsa Família

PNAD – Programa Nacional por Amostra de Domicílios

PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SENARC - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	18
2 PERCURSO METODOLÓGICO	22
2.1 Procedimentos de coleta e organização de dados.....	23
2.2 Procedimento de interpretação e análise de dados	31
3 AGENDA 2030 E O EMPODERAMENTO DA MULHER.....	33
3.1 Relação mulher e poder.....	36
3.2 As raízes do empoderamento feminino	43
4 MULHERES AFRODESCENDENTES EM CAMPO GRANDE-MS	51
4.1 Mulheres afrodescendentes nos quilombos em Campo Grande-MS	54
4.2. Protagonismo das mulheres afrodescendentes das comunidades remanescentes quilombolas em Campo Grande-MS.....	63
5 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES AFRODESCENDENTES QUILOMBOLAS	78
5.1 Considerações sobre o Programa Bolsa Família.....	78
5.2 Mulheres afrodescendentes quilombolas e o Programa Bolsa Família	84
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICES	110
APÊNDICE A – Quadro 5-Relação das teses, dissertações e artigos científicos selecionados entre 2010 e 2020 (março).....	111
ANEXOS	123
ANEXO A - Relação das famílias quilombolas cadastradas no CRAS/CREAS de Campo Grande-MS (janeiro de 2020)	124
ANEXO B – Certidão de autodefinição Comunidade de Eva Maria de Jesus/Tia Eva (Vila São Benedito)	127

ANEXO C – Certidão de autoreconhecimento Comunidade Chácara Buriti	128
---	------------

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho resulta do Projeto de Pesquisa, originalmente intitulado “Jovens mulheres negras da comunidade Tia Eva e a permanência cultural intergeracional sob a perspectiva do desenvolvimento local”, defendido durante o processo seletivo no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local, Mestrado Acadêmico, o qual, posteriormente, sofreu reformulações e adequações no sentido de tornar exequível a proposta de investigar a situação das mulheres afrodescendentes pertencentes às comunidades quilombolas na cidade de Campo Grande (e região), do estado de Mato Grosso do Sul. O projeto de pesquisa sofreu mudanças no transcurso de seu desenvolvimento, intensificando-se a proposta de construir instrumentos e obter subsídios para conhecer a origem e os desdobramentos da história das mulheres afrodescendentes quilombolas que vivem nesses territórios.

A tomada de consciência da mulher afrodescendente quilombola em prol de suas necessidades humanas e necessidades básicas, bem como dos interesses de sua comunidade, avivam a posição de protagonista com mudanças no íntimo pessoal e no social, as quais podem ser mediadas pelas conexões com a esfera local, favorecendo ao desenvolvimento local. Desta forma se faz relevante buscar compreender as perspectivas e paradigmas da mulher afrodescendente quilombola em prol dos seus anseios pessoais e consecução dos interesses de sua comunidade, pois, suas práticas e percepções são fruto do capital social que identifica, nos seus atores locais, o potencial de desenvolvimento da comunidade.

Além disso, há empenho da comunidade científica em compreender as questões sociais que envolvem as mulheres negras e o alcance dos objetivos de desenvolvimento que coadunam com o bem-estar individual e coletivo, de modo que teoria e as práticas sociais, no que se referem às mulheres afrodescendentes quilombolas, possam ser inteligíveis, tanto social como cientificamente.

A temática da pesquisa centrou-se nas comunidades quilombolas de Campo Grande-MS, conquanto, a investigação das produções científicas: teses, dissertações e artigos científicos (revisão de literatura) se deu em toda região que abrange o estado de Mato Grosso do Sul, para que não se perdesse a perspectiva estrutural na abordagem das comunidades remanescentes quilombolas de Campo Grande e também para demonstrar a existência de uma lacuna presente nos estudos acadêmicos, os quais referenciam a mulher afrodescendente quilombola, como objeto de pesquisa.

Deste modo, o estudo pautado na construção do referencial bibliográfico e da investigação documental, sobre a mulhe

r afrodescendente quilombola, se deu nas plataformas: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES e Google Acadêmico®. Nesses repositórios, encontraram-se 21 teses/dissertações e 48 artigos científicos, produzidos no período compreendido entre os anos 2010 e 2020 (março).

Feito isso, a coleta de informações foi registrada em planilha Excel, utilizando-se de variados termos de busca, estabelecidos a partir de indicadores de desenvolvimento social, na intenção de identificarem-se palavras que sinalizassem a presença, ou não, do processo de empoderamento, e adicionalmente, em se encontrando formas de resistência, se elas se dão face à resiliência adotada por meio das lutas ou se seriam oriundas da vulnerabilidade social, a qual tenham sido expostas.

Compreender as práticas dessas mulheres¹ se faz por meio da análise dos dados encontrados em documentos *online*, disponibilizados na plataforma do Ministério da Cidadania do Governo Federal, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação-SAGI, propiciando avaliar como ocorre o empoderamento nas dimensões sociais e econômicas frente às adversidades em condição de vulnerabilidade social.

A base de dados apresentada foi obtida com a tabulação de dados disponíveis no sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único-CECAD e remoção dos relatórios informativos de mulheres quilombolas cadastrados no Programa Bolsa Família-PBF, juntamente com análise da temática das produções científicas prospectadas no período de 2010 a 2020 (março).

O objetivo geral deste trabalho consistiu em identificar o protagonismo e a luta empreendida pelas mulheres afrodescendentes quilombolas da cidade de Campo Grande (e região). Dentre os objetivos específicos tem-se: analisar quantitativamente a incidência da temática quilombola na produção científica registrada no banco de teses e dissertações da CAPES e no Google Acadêmico, no período compreendido entre 2010 a 2020 (março); construir instrumentos e subsídios para investigações sobre a situação das mulheres afrodescendentes quilombolas, com ênfase na perspectiva da categoria do empoderamento

¹Necessário explicar que ao se referir a essas mulheres os termos “negro” e “negra” englobam pretos e pardos segundo a definição do IBGE e será utilizado ao longo do texto como forma de reconhecimento ao trabalho do Movimento Negro para ressignificar o termo.

dessas mulheres; avaliar como se dá o empoderamento/resiliência nas dinâmicas políticas, sociais e econômicas das mulheres quilombolas e, por fim, analisar o PBF ante a perspectiva de gênero e o protagonismo das mulheres afrodescendentes quilombolas.

As primeiras perguntas que impulsionaram o desejo de conhecer a produção científica sobre a temática das mulheres afrodescendentes quilombolas, na perspectiva das políticas públicas, desenvolvidas para o empoderamento/resiliência, eclodiram com questionamentos como: Quantas mulheres negras quilombolas são titulares no Programa Bolsa Família? Estão elas localizadas nos quilombos ou se estendem pelos bairros da cidade de Campo Grande-MS? Qual o nível de escolaridade e o rendimento que elas possuem? Qual força de trabalho que representam? Qual contribuição resulta deste trabalho feminino para as comunidades quilombolas pesquisadas? Deste modo, originou-se a principal questão que norteou a pesquisa, investigar quais produções científicas, com a temática das mulheres afrodescendentes quilombolas, na perspectiva das políticas públicas, são capazes de revelar o empoderamento/resiliência delas?

O segundo capítulo apresenta, de forma detalhada, a metodologia utilizada na investigação, demonstrando o procedimento de coleta e organização de dados, seguidamente, do procedimento de interpretação e análise dos dados.

O terceiro capítulo, reuniu apontamentos da Agenda 2030, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável- ODS relacionados ao empoderamento da mulher, contendo uma breve contextualização da relação de poder e mulher, e posteriormente, discorrendo sobre as raízes do empoderamento feminino. Pensar sobre o empoderamento da mulher a partir do “Poder Simbólico” e “A dominação masculina” de Pierre Bourdieu, correlacionando-os ao aporte teórico desenvolvido por Michelle Perrot, no texto “Os excluídos da história” (1988), texto em que a autora provoca a visibilidade das mulheres perante as críticas dominantes do século XIX. Contudo, a elaboração da investigação não se restringe, tão somente, aos dois autores citados, mas outros foram incorporados com o intuito de oferecerem fundamento à investigação, por sua relevância no mundo científico e na sociedade civil, assim como, proporcionar devolutiva ao público-alvo deste estudo, as mulheres negras quilombolas de Campo Grande-MS.

O empoderamento das mulheres negras no Brasil é abordado quarto capítulo, no qual apresentam-se os movimentos sociais e feministas no enfrentamento da ausência dos contornos sociais que as representam, e as despertaram para o protagonismo social, em busca do

posicionamento, construção das suas narrativas, centrando-se na importância das mulheres afrodescendentes quilombolas, nos seus territórios, em Campo Grande-MS.

Dentro do quarto capítulo faz-se uma breve contextualização sobre os termos quilombo/quilombola e a ressemantização de quilombola para “remanescente do quilombo” com a Constituição Federal de 1988.

O capítulo final alude sobre o Programa Bolsa Família - PBF e a importância da Política Pública de transferência de renda às famílias de baixa renda, nele se fez a exposição dos resultados das análises do referido Programa, delineando a perspectiva de gênero e o protagonismo das mulheres afrodescendentes quilombolas que são suas beneficiárias.

2 O PERCURSO METODOLÓGICO

Metodologicamente, esta investigação se caracteriza como descritiva, documental e exploratória. Insta esclarecer, a metodologia de pesquisa consiste na direção da construção do pensamento científico com aplicação de procedimentos técnicos e metodológicos, contendo primeiro a teoria de abordagem e a seguir, os mecanismos operacionais do conhecimento e a capacidade do pesquisador (criar, inventar e imaginar) (MINAYO *et al.*, 2009).

Para tanto, a investigação de caráter qualitativo da pesquisa social justifica-se pelos novos arranjos e perspectivas sociais em decorrência das desigualdades. Para os autores Flick (2013) e Minayo *et al.* (2009), a pesquisa qualitativa é singular e relevante para as relações sociais em razão da diversificação das camadas sociais, sendo condicionada por interesses e circunstâncias sociais; ela se ocupa em explorar os procedimentos necessários para definir o objeto da pesquisa e construir o aporte teórico, para depois levar para campo a teoria e os instrumentos de coleta de dados (observação, documental, entrevistas, entre outros) e por último, analisar os dados colhidos e os articular com a teoria, que fundamenta a pesquisa e suas indagações.

Primeiramente, foram realizadas consultas prévias, por meio de leitura de textos científicos para fornecer fundamento científico à pesquisa. Na sequência, a escolha da base de dados para prospecção do material bibliográfico: Banco de Teses e Dissertações da Capes e Google Acadêmico®. A seleção do material bibliográfico se fez utilizando expressões que representassem indicadores sociais², capazes de demonstrarem existência de desigualdades nas diversas dimensões da sustentabilidade: econômica, política, social, aplicadas na coleta dos registros relacionados à mulher afrodescendente quilombola.

Conforme Ferreira *et al.* (2009, p. 24) “o indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação”. Os indicadores sociais são subsídios à informação sobre o cotidiano das pessoas contendo elementos de suas práticas e das políticas públicas que as circundam.

Januzzi (2001, p. 15) afirma que o indicador “é um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre

² Os indicadores sociais utilizados foram aqueles definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2018; 2019), Censo demográfico (2011) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-Pnad (2019).

mudanças que estão se processando na mesma”. Nesse contexto, a inserção dos indicadores sociais fornece os dados que dão as diretrizes das políticas governamentais, e subsidiam a análise das relações sociais em suas diferentes dimensões.

Desta forma, efetuando-se a análise da temática proposta nas produções científicas, com a utilização dos indicadores sociais, obtém-se sustentação deste trabalho. Conforme Januzzi (2001) o indicador social é um parâmetro, em geral quantitativa municiado de um significado social.

No delineamento dos instrumentos, foram estabelecidos protocolos, tais como uso de uma ferramenta para a coleta de dados das variáveis de interesse. Em atendimento aos objetivos da análise das produções científicas, elaborou-se uma planilha no Programa Microsoft Office Excel 2013 for Windows® contendo as seguintes variáveis: autor, título do estudo científico, instituição/revista em se publicou o trabalho, resumo, palavras-chave, objeto empírico e a questão analítica.

Por intermédio da utilização das palavras-chave das teses, dissertações e artigos científicos selecionados construiu-se a nuvem de palavras com a utilização da ferramenta disponível em: <<https://infogram.com/wordcloud-chart-1hke60rmmv0365r>>.

Num segundo momento, após a seleção dos trabalhos que dialogavam com o tema proposto para a construção desta dissertação, eles foram selecionados em programa desenvolvido a partir de um algoritmo que ilustra uma variável para a contagem cumulativa dos caracteres, com o apoio das ferramentas Microsoft Excel®, Word® e Acrobat Reader®. Após a inserção das variáveis, o *software* executou uma varredura nas produções científicas a fim de identificar e quantificar suas ocorrências, nos textos.

2.1 Procedimentos de coleta e organização de dados

A pesquisa bibliográfica, realizada no Catálogo de Teses & Dissertações da Capes, foi feita em duas etapas, entre os dias 11 e 17 de março de 2020. As etapas foram divididas em função dos filtros que correspondem ao período de publicação, sendo que, na primeira etapa, mantiveram-se os trabalhos publicados de 2015 a 2020 (março), e na segunda etapa selecionaram-se os dos anos de 2010 a 2014.

Desta forma, na primeira etapa, aplicou-se como descritor “mulher negra quilombola” que trouxe 21.878 resultados. A pesquisa foi refinada, com aplicação dos filtros, que reduziram

a quantidade de resultados encontrados, sendo eles: produções científicas de Teses (4.685) e Dissertações (15.920), nos anos compreendidos no período entre 2015 a 2020 (ano de 2015: 1.636; ano de 2016: 1.708; ano de 2018: 1.968; ano de 2018: 389; ano de 2019: 307), o que resultou em 6.008 itens.

Posteriormente, seguindo a mineração, utilizou-se o filtro que corresponde a grande área de conhecimento (dentre os 09 disponibilizadas nas ferramentas de busca) foram inclusos três. Em seguida, um último filtro aplicado, para as áreas de conhecimento, que abrangem 68 (sessenta oito) áreas, restando a inclusão de 33 (trinta três), conforme a tabela a seguir:

Tabela 1-Filtro do Catálogo de teses e dissertações da Capes, trabalhos publicados entre os anos 2015 a 2020 (março)

Grande área de conhecimento	
Áreas	Número de trabalhos encontrados
Ciências Humanas	2796
Ciências Sociais Aplicadas	1193
Multidisciplinar	1036
Área de conhecimento	
Áreas	Número de trabalhos encontrados
Antropologia	192
Arqueologia	3
Ciência Política	54
Ciências Ambientais	72
Comunicação	235
Demografia	26
Direito	347
Direito Constitucional	9
Direito Processual Civil	3
Direito Público	53

Direito Especiais	14
Economia Agrária	12
Economia Doméstica	6
Economia Regional	4
Educação	740
Ensino Profissional	12
Ensino Aprendizagem	2
Epistemologia	1
Filosofia	23
Fundamentos do Serviço Social	10
Geografia	159
Geografia Regional	6
História	388
Interdisciplinar	9
Políticas Internacionais	4
Políticas Públicas	3
Psicologia do Desenvolvimento Humano	6
Psicologia Ensino Aprendizagem	7
Psicologia Social	76
Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais	7
Serviço Social	189
Sociais e Humanidades	594
Sociologia	428
Sociologia do Desenvolvimento	11

Fonte: Construção da autora com base no catálogo de teses e dissertações da Capes

Na segunda etapa, adotou-se a mesma palavra-chave “mulher negra quilombola”, obtendo-se 21.878 resultados, selecionando-se Teses (4.685) e Dissertações (15.920), entretanto, os anos incluídos foram do período de 2010 a 2014 (ano de 2010: 928; ano de 2011: 1.063; ano de 2012: 1.136; ano de 2013: 1.342; ano de 2014: 1.486). As três grandes áreas de conhecimento selecionadas, registra-se que, mesmo havendo resultados duplicados, todos foram computados. Na sequência, se aplicou o mesmo modo operacional na aplicação do filtro das áreas de conhecimento, sendo que as áreas: direito processual civil, economia doméstica, ensino profissional, epistemologia, políticas internacionais e políticas públicas não foram apresentadas no filtro da pesquisa nesta segunda etapa, por não conterem resultados dentro deste período. De modo que, as áreas de conhecimento selecionadas no filtro somaram 39, pois algumas, também, apresentam resultados duplicados, conforme a exibição dos dados a seguir:

Tabela 2-Filtro do Catálogo de teses e dissertações da Capes, trabalhos publicados entre os anos de 2010 a 2014

Grande área de conhecimento	
Áreas	Número de trabalhos encontrados
Ciências Humanas	864
Ciências Humanas	922
Ciências Sociais Aplicadas	329
Ciências Sociais Aplicadas	352
Multidisciplinar	242
Multidisciplinar	214
Área de conhecimento	
Áreas	Número de trabalhos encontrados
Antropologia	48
Antropologia	57
Arqueologia	1
Ciência Política	15
Ciência Política	6

Ciências Ambientais	29
Ciências Ambientais	14
Comunicação	76
Comunicação	75
Demografia	9
Demografia	6
Direito	83
Direito	91
Direito Constitucional	3
Direito Público	8
Direito Especiais	1
Economia Agrária	3
Economia Regional	1
Educação	235
Educação	236
Ensino Aprendizagem	2
Filosofia	10
Filosofa	5
Fundamentos do Serviço Social	4
Geografia	45
Geografia	44
Geografia Regional	2
História	115
História	150
Interdisciplinar	2

Interdisciplinar	183
Psicologia do Desenvolvimento Humano	4
Psicologia Ensino Aprendizagem	1
Psicologia Social	29
Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais	1
Serviço Social	44
Serviço Social	97
Sociais e Humanidades	130
Sociologia	122
Sociologia	155
Sociologia do Desenvolvimento	4

Fonte: Construção da autora com base no catálogo de teses e dissertações da Capes

Desta forma, a seleção do material ocorreu após identificação, no título dos trabalhos, palavras como: São Benedito; Tia Eva; São João Batista; Chácara Buriti; Universidade Católica Dom Bosco-UCDB; Dom Bosco; Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, Dourados; Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS; Mato Grosso do Sul e Campo Grande.

Foram encontrados 21 (vinte e um) trabalhos correspondentes aos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, sendo 4 (quatro) Teses e 17 (dezessete) Dissertações, frutos da pesquisa do termo “mulher negra quilombola”. Dessa seleção, 9 (nove) trabalhos foram separados por se relacionarem com o tema da investigação, por apresentarem, no estudo, a figura da mulher afrodescendente quilombola ou por se tratar das comunidades quilombolas pertencentes a Campo Grande-MS.

A pesquisa realizada no Google Acadêmico® ocorreu entre os dias 20 e 24 de março de 2020, selecionado o período de 2010 a 2020, utilizando-se o termo: “mulheres negras quilombolas”, dela resultaram 15.900 itens. Posteriormente, realizou-se nova pesquisa limitando o tema com a localidade do estado de Mato Grosso do Sul, inserindo-se o termo: mulheres negras quilombolas do estado MS, e o resultado obtido foram 5.810 trabalhos. Por

fim, aplicando-se os filtros da cidade, no termo para investigação: mulheres negras quilombolas de Campo Grande-MS, o resultado caiu para 5.430. A pesquisa incluiu outros filtros: “classificar por relevância”, com idiomas “pesquisar apenas páginas em português” e com inclusão de “patentes” e “citações”.

Em decorrência do objeto de pesquisa ter a localidade bem delimitada para a investigação no repositório Google Acadêmico®, se utilizou o resultado da pesquisa contendo 5.430 itens. Por amostragem intencional, não probabilística, selecionaram-se os primeiros 50 (cinquenta) artigos científicos publicados entre o período 2010 a 2020 (março), nos quais o título apresentasse relação com as comunidades e/ou as mulheres negras/quilombolas de Campo Grande-MS, sendo contabilizados 48 artigos científicos, após a observação da duplicação de publicação mesmo trabalho em revistas diferentes. Posteriormente, utilizou-se planilha do Microsoft Office Excel 2013 for Windows® de modo a identificar: autor, título do trabalho científico, instituição/revista em que se deu a publicação, resumo, palavras-chave, objeto empírico e questão analítica.

Para a seleção dos trabalhos que se adequam ao objetivo proposto, o foco foi direcionado aos estudos, que agrupam as comunidades remanescentes quilombolas: São Benedito “Tia Eva”, São João Batista e Chácara Buriti, com a temática das mulheres afrodescendentes.

Após a aplicação da Técnica de Mineração de dados e a seleção dos trabalhos científicos, foi elaborada uma ficha de anotação adaptada do método de Cornell, método de tomar notas (PAUK; OWENS, 2005) composta por: autor, título da produção científica, instituição/revista, resumo, palavras-chave, objeto empírico, questão analítica.

Figura 1-Ficha de anotação

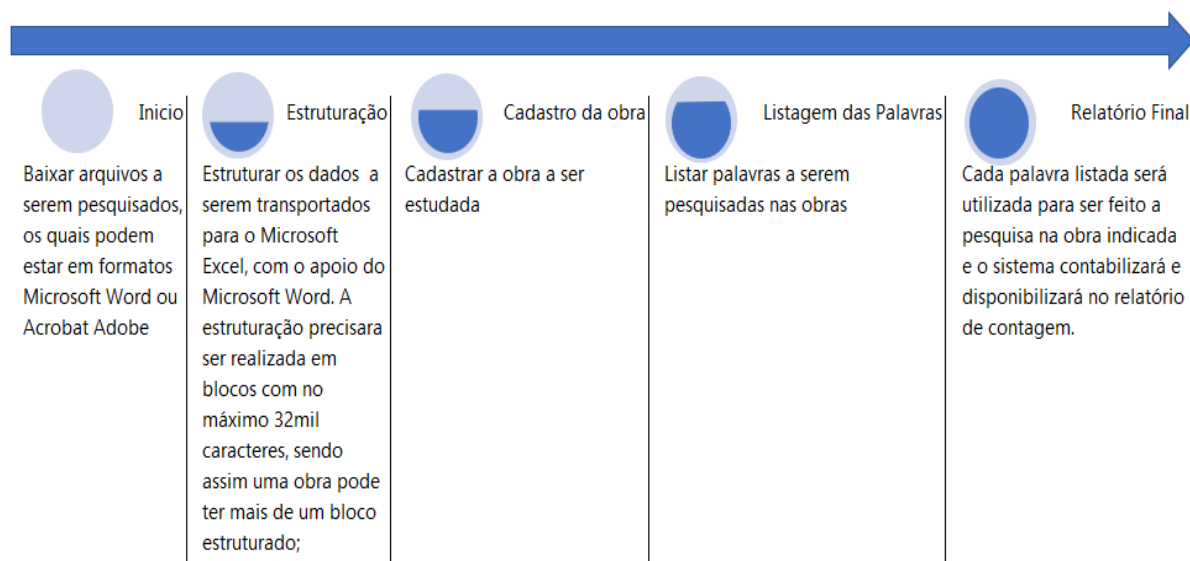
Autor

<i>Titulo da produção científica</i>	
<i>Instituição/Revista</i>	
<i>Resumo</i>	
<i>Palavras-chave</i>	
<i>Objeto empírico</i>	
<i>Questão analítica</i>	

Fonte: Construção da autora

Sequencialmente, desenvolveu-se uma ferramenta para análise das produções científicas (Teses, dissertações e artigos científicos) seguindo o fluxo abaixo:

Figura 2-Fluxograma utilizado na análise das produções científicas



Fonte: Construção da autora

Os dados obtidos, serão analisados em capítulo posterior desta dissertação.

2.2. Procedimento de interpretação e análise de dados

Diante da necessidade de se investigarem as narrativas das mulheres afrodescendentes, nos trabalhos selecionados para esta pesquisa, algumas dificuldades surgiram e se converteram em nova possibilidade de ferramenta para posterior análise temática, os obstáculos deram origem a uma planilha eletrônica orientada por Visual Basic, com o objetivo de facilitar a coleta e análise dos dados.

Os termos analisados são palavras variáveis, pois diferenciam-se em gênero, número e grau, de acordo com a morfologia da língua portuguesa, e correspondem a um grupo de descritores relacionados aos indicadores sociais nas suas diferentes dimensões, visto que, a análise de uma sociedade identifica a existência de diversidades e desigualdades sociais, das quais se originam discriminações, preconceitos nas diferentes classes, gêneros, etnias e raças.

Os indicadores sociais ajudam a delinear o perfil das famílias brasileiras e das condições de vida que desfrutam, sob o eixo de investigação das desigualdades existentes entre os grupos sociais e no acesso aos serviços, evidenciando os níveis de bem-estar por indivíduo, famílias e grupos sociais, além de ampararem o Estado brasileiro na concepção e planificação de políticas

públicas e contribuem para questões que fomentam a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (IBGE, 2019).

Os descritores dos índices sociais, muitas vezes revelam o processo de opressão e subalternidade dessas mulheres, assim como preconceitos e formas de discriminação segundo raça, etnia, gênero e classe (interseccional). Na tentativa de desobstruir o contrário da condição de submissão, também foram agregadas palavras que desencadeiam o processo de liberdade e autonomia dessas mulheres.

As palavras foram alocadas de acordo com os grupos que se relacionam à estrutura social e às desigualdades, uma vez que, disparidades sociais são produto das relações estabelecidas entre os indivíduos, refletindo conflitos de interesses de coletivos na condição de opressores/oprimidos. Desta maneira, os grupos de desigualdades foram divididos em três descritores: classe, gênero e raça, de acordo com os indicadores sociais e as variáveis foram sendo agrupadas conforme o descritor.

Para a efetiva realização de busca de palavras, na planilha eletrônica desenvolvida, foi aplicada uma instrução de pesquisa, traçando-se o caminho de busca de uma palavra específica em cada texto científico, segundo o título, autor e ano de publicação.

Sequencialmente a introdução dessas variáveis na planilha, o programa uma vez iniciado, tem a função de localizar a variável no texto, contar a quantidade de vezes que essa variável aparece no mesmo texto e retornar o resultado total em uma planilha. Para que o processamento dessas instruções ocorra corretamente, deve-se estabelecer qual a lógica que o computador deverá aplicar.

3 AGENDA 2030 E O EMPODERAMENTO DA MULHER

Investidas femininas pela valorização e reconhecimento da luta pela igualdade no Brasil, foram agregadas na agenda política de empoderamento das mulheres em prol das lutas aos direitos femininos, com amparo na Constituição Federal de 1988, à luz do princípio da igualdade, liberdade e justiça social.

A necessidade de implantar medidas sociopolíticas e econômicas têm sido um constante desafio das políticas públicas. Em reconhecimento à dura realidade encontrada nas situações adversas à garantia de uma vida com dignidade e falta de representatividade enfrentadas pela população feminina do mundo, a Agenda 2015 da ONU reconheceu a Igualdade de Gênero como uma de suas metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS, sendo esse o quinto elemento da Plataforma, dentro dos 17 objetivos globais que a integram (ONU, 2015).

A partir daí uma abordagem de gênero vem traçando a política nacional, que não só assimila a paridade de gênero, como subentende o indispensável a ser priorizado no combate à pobreza e às desigualdades sociais imbricadas por relações de poder, as quais interiorizam a prerrogativa para delimitar o sentimento de pertença da mulher no grupo social e a posição que, nele, ela ocupa.

Na perspectiva de se “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas mulheres e meninas”, em 2015, foi adotado um plano de ação para a Agenda 2030 contendo um glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, com a finalidade de “apresentar, de forma qualificada e propositiva, definições internacionalmente acordadas, bem como aquelas observadas como mais pertinentes à realidade brasileira”, abarcadas pelas 169 metas definidas, na proposta em dar continuidade a dinâmica que congrega com a erradicação da pobreza e propicia o desenvolvimento sustentável do planeta.

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte. 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos. 5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas. 5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais. 5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública. 5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como

acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão. 5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais. 5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres. 5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis (ONU, 2015).

As metas que objetivam atingir a igualdade de gênero recebem propostas inovadoras para seu alcance, a estratégia global “Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero”, editada pela ONU Mulheres, vai no atendimento das expectativas desenhadas por elas, e reforça a similaridade entre homens e mulheres.

Segundo a ONU Mulheres, as ações do Planeta 50-50 tem como premissa auxiliarem na criação de novas leis constitucionais e consolidarem a garantia dos direitos já adquiridos pelas mulheres, assim, como efetivarem a inclusão em programas que direcionem para aniquilação da violência, atingindo, em massa, mulheres e jovens meninas, tudo por meio de investimentos em políticas públicas que corroborem para a participação, mais atuante, das mulheres na criminalização dos seus agressores, além de fomentarem campanhas de promoção da igualdade de gênero. A construção desse novo mundo, vincula ações de todos os indivíduos, “mulheres, homens, sociedade civil, governos, empresas, universidades e meios de comunicação – trabalhem de maneira determinada, concreta e sistemática para eliminar as desigualdades de gênero” (ONU MULHERES, 2016).

Um passo importante para as mulheres brasileiras foi dado na Convenção dos Líderes Globais sobre Desenvolvimento Sustentável (2015), nela a pauta em defesa das mulheres incrementada pela ONU Mulheres contou com o apoio da ex-presidenta Dilma Rousseff, que ratificou seu engajamento junto à implementação da Plataforma de Ação de Pequim ante o objetivo de estabelecer ações específicas para a garantia do respeito aos direitos conquistados, reiterando o conceito de gênero junto à agenda internacional; o empoderamento das mulheres e a transversalidade das políticas públicas na concepção de gênero. Esse pacto funcionou como divisor de águas para o desenvolvimento das políticas públicas para mulheres.

Segundo a ONU Mulheres (2016), a Federação Brasileira foi uma das primeiras a abraçar a iniciativa Planeta 50-50, por intermédio da sanção tipificada, em março de 2015, do

Crime de Feminicídio. Ademais, o Brasil assumiu nesse encontro outras convenções da plataforma global.

São outros compromissos do país registrados na plataforma global: garantia de que todas as mulheres em situação de violência encontrar proteção e apoio no programa Mulher, Viver sem Violência; cuidados de saúde materna e assistência às meninas; plano para os cuidados prestados às vítimas de violência sexual por parte de profissionais de segurança pública e de saúde; grupo de trabalho sobre a saúde para as mulheres com deficiência; licença-maternidade para mulheres militares; permissão de registro do nascimento de filhas e filhos sem a presença do pai (ONU MULHERES, 2016).

Em paralelo com os propósitos de entidades internacionais, como a ONU, e visando a paridade de gênero como ferramenta sensível na redução dos índices de pobreza e garantia de recursos, meios de renda e bens de produção, essas entidades governamentais se enviesaram para promoverem o “empoderamento das mulheres, em resposta às suas necessidades, a garantia de seus direitos e à sua reivindicação, para que possam participar de todos os setores sociais e gerar transformações em suas condições de vida” (CRUZ, 2018, p. 105).

Nesse sentido, o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres-PNPM, também se incumbiu de articular debates norteando os princípios que ratificam às mulheres a tutela de ação em prol de seus anseios, com livre arbítrio para a tomada de decisão, difundindo plena autonomia em defesa de seu corpo e de suas ações. Do mesmo modo, oferecer amparo para motivar “acontecimentos em sua comunidade e país, e de romper com o legado histórico, com os ciclos e espaços de dependência, exploração e subordinação que constroem suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social” (BRASIL, 2008, p. 8). Ainda,

O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), ora lançado, é fruto de um intenso processo de diálogo travado entre governo e sociedade civil. Responde não apenas à mobilização da sociedade brasileira para a ampliação da perspectiva de gênero e raça/etnia nas ações desenvolvidas pelo Estado, mas também ao reconhecimento por parte deste governo de que as políticas de promoção da igualdade e de valorização das diversidades encontram-se em permanente processo de construção e aperfeiçoamento, e se constituem em responsabilidade de todos os órgãos que o integram (BRASIL, 2008, p. 21).

A sinalização da PNPM criou uma ponte entre as entidades governamentais e os movimentos sociais, articulando e integrando os processos de políticas públicas que pontuam os segmentos de vulnerabilidade das mulheres. Um dos eixos da PNPM reside em assegurar engajamento, demonstrando mais concretude de todas as categorias envolvidas com as políticas de promoção de igualdade de gênero e da autonomia das mulheres.

A emancipação das mulheres é um requisito essencial para conquistar a real igualdade de gênero, vinculando-se com o poder de tomada de decisão, pois, quando se tem a prerrogativa

de decidir, se confere e se habilita a mulher a ter o controle sobre seus interesses. É diante de uma atitude consciente e de promoção à mudanças, no âmbito dos poderes públicos e da sociedade civil, que elas se comprometem com os próprios riscos e responsabilidades, revelando o seu empoderamento.

Assim, o empoderamento feminino desabrocha na consciência e na vontade própria da participação da mulher, se reconhecendo dentro da estrutura societária, reivindicando por seus direitos, na intersecção raça, gênero e classe.

3.1 Relação mulher e poder

Antes de adentrar no teor da categoria de empoderamento, obsta fazer um adendo preliminar: é essencial uma prévia compreensão do significado de poder, dado que o “poder é um aspecto chave no processo de empoderamento” (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 736).

No que diz respeito ao termo poder, Perrot já adianta que “como muitos outros, é um termo polissêmico”. Segundo a autora, as relações das mulheres com o poder se assentam na forma como a palavra é expressa; a palavra “poder” empregada no singular denota um sentido que sugere domínio dos homens, contudo, o mesmo não ocorre quando empregada no plural, pois seu sentido sofre ramificações e “poderes” equiparam-se às “influências difusas e periféricas”, no qual as mulheres se revelam ter modos de controle (PERROT, 1988, p. 167).

Bourdieu, complementarmente, apresentou o “poder” ao abrigo da dominância masculina em que as mulheres são comparadas com “objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se constitui fora delas”, com o objetivo de eternizar ou ampliar o “capital simbólico” que se constitui sob domínio dos homens (2012, p. 55). As vias simbólicas ensejam o processo de socialização, homens e mulheres incorporam esquemas inconscientes de percepção, refletindo as reproduções históricas da dominação masculina como ordem natural das coisas. Em verdade, engendrou-se uma visão reducionista sob a figura da mulher e a supremacia dos homens.

A hegemonia de estruturas sociais chefiadas por homens tem sido demonstrada em diversos estudos, reiterando a posição da mulher de submissão e subordinação ao homem. São reflexões que permeiam a análise sob a dominação e o poder, e clarificam, na História, o quão

a inserção das mulheres nos espaços exercidos fora do âmbito doméstico deriva de luta incessante com foco em carências extremamente significativas para o corpo social.

Numa visão mais detalhada, Perrot (1988, p. 167) enuncia o “poder” presumivelmente masculino, é visto como um poder político em que o homem se assemelha ao Estado, e assume a postura de decisões no exercício das políticas e espaço público; já uma alusão aos “poderes”, recaem como forma de influências nas questões internas, as mulheres portariam do poder que dispensa a formalidade, atuando nos corredores da privacidade doméstica, por trás dos palcos da vida política e social. “Se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se, poderes”.

O fato é que a solidificação do poder masculino se consagrou, ao longo da história das mulheres brasileiras, e o território masculino é espaço demarcado, construído com fortes raízes machistas e patriarcais. A sociedade brasileira, desde os tempos da colonização, estabeleceu uma tendência de subjugação das mulheres, com a superioridade dos homens e fragilidade das mulheres, algo tido como natural, e por muito tempo perpetuado, seguindo esse entendimento.

Essas formas de organização nos foram por muito tempo apresentadas como naturais, ou seja, ligadas à inscrição de diferenças biológicas dos corpos, em que se destacam, por um lado, a maior força física do homem, sua capacidade de raciocínio lógico e, pelo outro, a responsabilidade pela gestação e amamentação dos filhos/as da mulher, assim como sua maior sensibilidade afetiva inata. Esses enunciados legitimaram como verdade a superioridade masculina como determinada pela natureza (SILVEIRA *et al.*, 2014, p. 324).

O emblemático sistema patriarcal de dominação masculina, arraigado nas relações humanas discutido por Bourdieu (2012), Perrot (1988) e Saffioti (2009) se conservam nas práticas cotidianas da sociedade com tal força, que os questionamentos em relativos ao gênero feminino vão para além da condição de ser mulher e do papel pré-estabelecido, pela sociedade, entranhada na cultura patriarcal. Importante considerar, que a dominação está presente na história sob diferentes formas de atuação, a relação de poder manifestada na desigualdade de gênero é apenas uma aba dessa realidade.

As relações sociais (desiguais) de poder entre homens e mulheres são fortemente definidas, e as posições sociais perduram com a custódia hierárquica do homem, acarretando um descompasso social e econômico expressivo. A construção do poder é abordada por Bourdieu, que nos seus escritos traz:

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são,

inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão (BORDIEU, 2012, p. 22).

Lembra Saffioti (2009, p.10) que “as relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres”, enquanto Perrot (1988) corrobora com o entendimento da dominação dos homens (com algumas particularidades) quanto à interpretação de Bourdieu, pois, na visão da autora, a mulher se encontra apenas na posição de submissão, o que não representa que seu poder não esteja alocado em fragmentos do convívio familiar e por trás de soluções que levam os homens à tomada das decisões. É possível observar a pretensão, nas citações de Perrot, para tentar promover a visibilidade da mulher.

É inegável que por séculos, a mulher esteve sombra do domínio dos homens, com imposição de limitação do seu espaço, principalmente, no que relaciona a sua convivência social. Segundo Saffioti (2011, p.102) as mulheres são influenciadas pela ideologia que robustece o patriarcado, e acabam desempenhando papéis que se compadecem na proporção variável de frequência e “com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo”.

As construções simbólicas da mulher agregada a esfera privada e reprodutiva foram meios de distancia-la do seu protagonismo na história, mas, embora os fatos célebres insistam na invisibilidade das mulheres, elas estiveram, todo tempo, presentes nos costumes triviais da sociedade com o compromisso do planejamento familiar, otimizando a organização, trabalho e o rendimento habitual. Conforme assinala Perrot (1988, p. 168), os “poderes” da mulher estão na fonte impulsionadora das providências tomadas pelos homens, “por detrás dos tronos” elas guardam o poder que exercem no âmbito familiar, assim, como nos ambientes de transações. Elas se mantêm discretas para manterem os status de seus companheiros nas cenas públicas, exercem ocupações menos privilegiadas.

O exercício em desocultar a nebulosidade que paira sobre a histografia das mulheres convida a uma releitura dessas narrativas para as exibirem como novos sujeitos, não só no limite do campo histórico, mas com intersecções na história social, na economia e frente aos aspectos políticos rememorados. Segundo Perrot (1988, p. 167) “no Ocidente contemporâneo, elas investem no privado, no familiar e mesmo no social, na sociedade civil”. Apesar de os acontecimentos históricos colocarem a dominância dos homens, as mulheres se mantiveram

nos bastidores, ademais, a sua atuação no espaço privado é responsável por manter os status de seus companheiros em suas cenas públicas.

Nos ensinamentos de Perrot (1988, p. 172), nota-se que ao mesmo tempo que ela trata do processo de visibilidade da mulher relegada a ocupar somente o espaço de afazeres do lar, há também a presença de mulheres fortes e determinadas conquistas fora do espaço familiar. Segundo a autora, houve uma “inversão, subversão de pólos” na formação histórica das mulheres, e há um certo empenho em manter essa divisão do “mundo das mulheres” pela respectiva sociedade. Ela faz referência a sua história pessoal e nos traz:

O mesmo espírito percorre a *Historie sans qualité* (História sem qualidade) onde eu, por minha vez, quis substituir a representação dominante de uma dona-de-casa insignificante, negligenciada e negligenciável, oprimida e humilhada, pela de uma “mulher popular rebelde”, ativa e resistente, guardiã das subsistências, administradora do orçamento familiar, no centro do espaço urbano (PERROT, 1988, p. 172).

Enquanto Perrot trouxe a noção de que as mulheres têm suas ferramentas de poder, ainda que, sob a ocultação em face da falsa soberania dos homens, Bourdieu ao contrário, declara o total domínio do gênero masculino sob a mulher. Segundo o referido autor, independente do gênero, “como homem ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos por apreender, incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina” (BOURDIEU, 2012, p. 15).

É certo que as posições de poder foram transmitidas, diferentemente aos gêneros, e eternizadas na história e cultura, assim como, institucionalmente pelas organizações. Essa convicção, no entanto, pode ter se tornado barreira por parte de algumas mulheres, que enxergam nas adversidades, do alcance e exercício do poder, uma objeção determinante no transcurso do empoderamento.

Bourdieu (2012, p. 45) aponta que a dominação masculina conhece os diferentes modos para o seu pleno exercício, uma vez que, aos homens são facultados à sublimidade absoluta, afirmando “objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte”. É manifesto que as problematizações, provenientes das concepções de gênero, empregam a mulher atos de violência simbólica, na hierarquização dos gêneros ou em segmentos como os de educação, trabalho, renda, sexualidade e corpo.

E as próprias mulheres aplicam toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas esquemas de pensamento que são

produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica (BOURDIEU, 2012, p. 45).

As opressões perpetuadas contra a figura da mulher emanam das relações de poder e dominação advindas das concepções de gênero. Barreira (1999, p. 178), por sua vez, também associa o raciocínio em que a “dominação masculina, adequa-se à ordem simbólica do mundo social, seus mecanismos efetivos de atuação ocorrem através de uma submissão paradoxal, resultante do que o autor denomina de violência simbólica”.

Há uma incorporação das construções sociais de gênero, e segundo Bourdieu (2012), os indivíduos não são avaliados de forma isolada. Ele compreende o sujeito historicamente construída face às determinações societárias dadas. Cada pessoa é formada por atribuições que são adquiridas em função dos arranjos sociais.

Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele (BOURDIEU, 2012, p. 8).

Esquemas sociais adotados por longo período só reforçaram o estereótipo da mulher como sexo frágil, com uso de rótulos preconceituosos e apoiados em crenças de uma sociedade viril e conservadora que minimiza inexoravelmente o poder em direção a mulher, transcurso que foi, presumivelmente, sendo incorporado, inclusive, pelas próprias mentes femininas e dificultando a exteriorização de atitudes autossuficientes. “A naturalidade de que se reveste a dominação masculina evidencia-se, de fato, pela dispensa de justificação. Impõe-se como neutra” (BARREIRA, 1999, p. 178).

Sobre o meio de dominação, afirma Saffioti (2009) ele só se consagra mediante uma relação social, devendo existir pelo menos duas figuras, o dominador e o dominado, e acrescenta, só há dominação quando se têm subordinados. Para a autora, o conceito de dominação difere-se do conceito de poder, visto que a dominação se dá com anuência do dominado, e o poder desobriga essa condição, se cumprindo, ainda que haja objeção do outro (SAFFIOTI, 2009).

Em outros termos, dominação presume subordinação[...] E sujeito atua sempre, ainda que situado no pólo de dominado. Se o esquema de dominação patriarcal põe o domínio, a capacidade socialmente legitimada de comandar, nas mãos do patriarca, deixa livre aos seus subordinados, homens e mulheres, especialmente estas últimas, a iniciativa de agir, cooperando neste processo, mas também solapando suas bases. Eis aí a grande contradição que perpassa

as relações homem-mulher na ordem patriarcal de gênero (SAFFIOTI, 2009, p. 21).

As relações de gênero são complexas e suas desigualdades requerem a compreensão da construção social, que considerou a diferenciação biológica dos sexos, machos fortes e fêmeas frágeis, mas, contudo, se revelam com mais clareza nas formas da instituição da subalternização. O “[...] patriarcado é um caso específico das relações de gênero”, sublinhando o gênero como uma categoria mais genérica, e observa que as relações patriarcais “são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias” (SAFFIOTI, 2011, p. 119).

A dominação-exploração compôs uma sociedade senhorial que sufocou suas mulheres, e a ausência do autocontrole sobre suas vidas foi crucial para o início da luta feminina, proclamadora do direito à vida, ao espaço público, ao sufrágio. A omissão aos direitos das mulheres fora negligenciada pelo Estado e sociedade, assim como a historiografia as negligenciou, um submundo foi criado para elas, sem distinção de posição social, com restrições no livre arbítrio para suas escolhas, satisfações e prazeres. Mas aos poucos a história da mulher vem se reescrevendo, desocultando a importância do seu ser, e desnudando “a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos” (DEL PRIORE, 2004, p. 7).

Apesar da historiografia ser silenciosa, em relação as mulheres, sugerindo-se sua concepção como assujeitadas, nas entrelinhas revelam-se as práticas sociais e o discurso construído como responsáveis pelo processo de sua invisibilidade, mas sem deixar de existir e agir. Perrot registrou que a história das mulheres permaneceu velada até o período XIX, mesma época em que o capitalismo começava a se instaurar como organização econômica e social no mundo, e acrescentou que as mulheres, em todas épocas e sociedades, estiveram presentes, e o trabalho sempre as acompanhou, fazendo parte do seu cotidiano (PERROT, 2005).

Evidentemente, a irrupção de uma presença e de uma fala femininas em locais que lhes eram até então proibidos, ou pouco familiares, é uma inovação do século XIX que muda o horizonte sonoro. Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento. (PERROT, 2005, p. 9)

A privação de liberdade individual disseminou uma imagem distorcida sobre a mulher, minorando sua capacidade de atuar na esfera produtiva, com fortes valores agregados e condicionados ao homem. Por sua vez, o capitalismo findou por reiterar essa segregação,

conferindo as mulheres à força do trabalho feminino nas fábricas, concomitantemente com a precarização das condições no mercado de trabalho ofertados a elas, dispondo os homens de condições mais alicerçadas e reconhecidas, motivos que eclodiram nos movimentos liderados por mulheres por melhores oportunidades, com salários mais justos, sem exploração nas jornadas de trabalho, entre outros.

As cisões sexuais no trabalho reforçam a desigualdade existente entre homens e mulheres, e a própria hierarquia entre os gêneros. De acordo com Tedeschi (2014) a divisão sexual do trabalho está intimamente ligada aos símbolos sociais produzidos e confere os papéis de mulheres e homens, de modo, que o trabalho se assenta na propriedade do homem, ao passo que as mulheres apenas transitam pelo campo laboral, sem se estabelecerem. Afirma Antunes (2009) as concepções de gênero e classe são produzidas num imaginário social sexuado, essa construção se dá desde a infância, em que a qualificação e o preparo para o mercado de trabalho são mais tendenciosos aos homens, e o regime capitalista se aproveita dessa desproporção na segregação sexual do trabalho.

Fica evidente que a estrutura do patriarcado e o sexismo sobreposto dificultam e discriminam a ascensão da mulher, são ideologias que funcionam como verdadeiros obstáculos para o próprio desempenho do empoderamento, obscurecendo a igualdade entre os sexos e sua contribuição nos setores de atividade produtiva. A submissão que as acomete, se traduz em indagações sobre os seus valores e suas capacidades, e o meio como é internalizado o processo de socialização se converte em falta de inclusão social, pois a contribuição da mulher é indispensável para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Como bem enunciou Rebecca Tavares, da ONU Mulheres, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, sobre o papel das mulheres como fator primordial para se criar uma economia sustentável:

O desenvolvimento sustentável implica uma composição global de normas, políticas e padrões de igualdade de gênero, ao mesmo tempo em que responde a novos problemas, desafios e novas oportunidades. É preciso incluir nos planos de ação mecanismos de implementação para reconhecer o papel de liderança das mulheres, sua voz e representação como um fator fundamental para garantir um desenvolvimento sustentável (ISP, 2012).

As opressões e as privações de oportunidades justificam o estabelecimento de medidas valorativas e determinantes para o diálogo intercultural como solução ao desenvolvimento sustentado. Para Piovesan (2006) há uma urgência no implemento de políticas universais e locais, hábeis para darem visibilidade aos indivíduos desfavorecidos e carentes do absoluto exercício da inclusão social.

Em verdade, a emancipação feminina representa a luta das mulheres, que atravessam progressos nos direitos essenciais e no predomínio da igualdade de oportunidades nas questões de gênero, classe, raça e cor, em seus diferentes contextos de ambientes. O empoderamento feminino é aspiração cada vez mais presente nas corporações da sociedade.

3.2 As raízes do empoderamento feminino

O processo de empoderamento desobstrui os entraves causadores da subordinação; representam enfrentamento das relações imbricadas na vida social, auxiliando na superação do poder dominante e dos privilégios instaurados por ele. Conforme León aponta nos seus registros, os anos de 1960 marcou a eclosão do empoderamento com a revolução dos negros e traz:

Nos anos de 1960, o discurso radical do movimento dos direitos civis pela pobreza afro-americana nos Estados Unidos identificou a busca pelo 'poder negro' como uma estratégia de reivindicação. Na década seguinte, as ciências sociais críticas e o movimento de mulheres, particularmente o seu lado feminista, assumiram e desenvolveram este conceito (LEÓN, 2000, p. 194).

O empoderamento da mulher, destacado pela autora León (2000), ganha a chancela de possibilitar acréscimo nas novas lutas delineadas por elas, bem como fortalecê-las para o alargamento e redefinição das histórias tradicionais. A partir da década de 80, o empoderamento ganha o populismo no campo do desenvolvimento, em particular, com a ação das mulheres nos programas de base, em que houve uma disseminação do sentido do termo e se correlacionando ao “bem-estar, melhoramento na participação comunitária e alívio da pobreza, e para descrever a meta de desenvolvimento e suas intervenções” (CRUZ, 2018, p. 104).

O foco das lutas das mulheres, ambicionado por uma metamorfose na vida social, com autonomia sobre suas escolhas, seu corpo, sua sexualidade teve grande repercussão na década de 90. Segundo Cruz (2018), época em que o conceito de empoderamento passou a ter perspectiva de gênero, começando a ser utilizado por agências internacionais de cooperação no intuito de intitular qualquer projetos relacionados às mulheres.

Apesar de diferentes estudos demonstrarem que a origem do termo empoderamento ocorreu nos Estados Unidos, como consequência de diferentes movimentos relacionados à liberdade e ao exercício dos direitos de cidadania, Baquero aponta que o termo empoderamento tem suas origens na Reforma Protestante, “num movimento de protagonismo na luta por justiça

social, sucedida por Lutero no século XVI” (HERRIGER, 1997 *apud* BAQUERO, 2012, p. 174).

O processo de Reforma, iniciado por Lutero no século XVI, na Europa, oportuniza, com certas restrições, um empoderamento por parte das pessoas, pois a tradução da Bíblia do latim para o dialeto local – o que contribuiu para a afirmação deste, futuramente, como idioma oficial da Alemanha – possibilitou a leitura dos “textos sagrados” entre a comunidade, a qual, por conseguinte, passa a realizar sua leitura e sua hermenêutica, tornando-se sujeito de sua religiosidade (BAQUERO, 2012, p. 175).

A origem do termo, no entanto, sofre variações segundo olhar ou entendimento em diferentes autores, condição essa, que se faculta, também, ao conceito de empoderamento.

Quadro 1-Origem do termo Empoderamento

Autor	Origem
Martins (2003, p. 169)	A edição de 1958 do dicionário Caldas registra o verbo reflexivo empoderar-se como sinônimo de “apoderar-se, apossar-se”, e o adjetivo empoderacio significando “tornado mais poderoso, crescido em poder”.
Cruz (2018, p. 103)	O termo empoderamento (<i>empowerment</i>) originou-se nos Estados Unidos durante os movimentos de direitos civis dos anos de 1960, generalizando-se em vários aspectos, em nível internacional, nacional e comunitário.
Antunes (2002, p. 5)	A noção de empoderamento começa a ser utilizada na década dos 70, com os movimentos sociais e, posteriormente, passa a permear as práticas das ONGs.
Baquero (2012, p. 175)	<i>Empowerment</i> é um conceito que tem raízes na Reforma Protestante. Contemporaneamente, se expressa nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e na ideologia da “ação social”, presentes nas sociedades dos países desenvolvidos, na segunda metade do século XX.
Oakley; Clayton (2003, p. 7)	A construção do conceito de empoderamento ocorre por volta de 1970, a partir do conceito de desenvolvimento, através de mudanças no pensamento e que discutem as teorias da modernização e a dependência como fatores do subdesenvolvimento e da pobreza.

Fonte: Construção da autora

A propagação de dúvidas quanto ao emprego da palavra empoderamento tem sido processo inevitável, com a crescente utilização do termo, deu-se início há várias interpretações, em diferentes áreas de conhecimento, as quais interpelam diversos sentidos.

Segundo Martins, o uso da palavra empoderamento é encontrado “nas práticas e na bibliografia sobre movimentos de base, notadamente nas análises sobre gênero”, essa é uma

corrente acolhida pelos movimentos feministas, bem como, "entre ativistas dos grupos étnicos, configurando um novo paradigma em termos de processo de desenvolvimento" ligada a outros movimentos sociais (MARTINS, 2003, p. 169).

No teor de suas definições, o empoderamento tem assumido duas vigentes teorias com acentuada discrepâncias entre elas: a primeira liga ao empoderamento a uma perspectiva individualista, e a segunda ao empoderamento coletivizado (SARDENBERG, 2017). Em conformidade com o pensamento individual, o empoderamento está relacionando com o poder de agir sobre si mesmo, em contraponto ao poder de dominância exercido sobre o outro.

Essa forma de poder deve ser entendida como desígnio natural da pessoa ou contraído no seu meio para empreender qualquer atividade que julgar necessária para o seu bem-estar e conquistas. Para Oliveira K., "o empoderamento em uma perspectiva individualista está acoplada a visão neoliberal, concebendo-o como fortalecimento de uma esfera privada, uma vez que é delegada à sociedade civil a resolução de seus problemas" (2017, p. 39).

Numa segunda linha de raciocínio, apresentada por Freire; Shor (1986), Stromquist (1997), Gohn (2004) e Cruz (2018), o empoderamento é oriundo das acepções sociopolíticas sob o fundamento que tal expressão só pode existir na condição de coletivo, dada as influências dos aspectos políticos que recaem sobre a coletividade. A geminação do seu contexto permite uma atuação otimista na consolidação de grupos e comunidades, assim como, pode ser conduzido na incorporação dos excluídos aos sistemas que visam a qualidade da vida humana.

Para Cruz (2018, p. 104), os aspectos da comunidade política contribuíram para a disseminação do empoderamento nos contextos femininos, especialmente, nos países subdesenvolvidos, arguindo sua compreensão e conscientização junto aos movimentos deliberados pelas mulheres face às submissões sofridas e modelos de desenvolvimento que as encobertavam. "Particularmente, as mulheres acadêmicas interpelaram/reivindicaram a necessidade de se visibilizarem os interesses e necessidades das mulheres, entre práticas e estratégias".

A medida em que se empodera, a mulher pode vivenciar uma nova concepção de poder, dá condição à tomada de decisão, conseguindo tecer novos mecanismos de reponsabilidade individual/coletivo. León (2000) suscita em seus estudos a percepção da mulher quanto ao poder e posiciona a origem do empoderamento feminino nas raízes da importância assimilada do contexto do poder, englobando os movimentos sociais e teorias das ciências sociais.

Segundo León (2001), o termo empoderamento é utilizado em todos os níveis: internacional, nacional e local. Em parte, isso decorre do alargamento no debate teórico que o encheu de significado, mas, principalmente, por sua notoriedade para as experiências práticas das mulheres, sobretudo as da base.

Esse empoderamento pode ser simples e ilusório, se não estiver conectado ao contexto e estiver relacionado a ações coletivas dentro de um processo político. Se é verdade que é importante reconhecer as percepções individuais, o empoderamento não pode ser reduzido, incluindo a mudança individual e a ação coletiva. O empoderamento como autoconfiança e auto-estima deve ser integrado em um sentido de processo à comunidade, à operação e à solidariedade (LEÓN, 2001, p. 97).

Efetivamente, a temática do empoderamento tem sido o pivô no debate das questões de gênero, pois, fomenta discussões de desigualdades sociais e hierárquicas, chamando atenção do tecido social e instituições para intervenções inclusivas e ascensão social das mulheres, em equidade com os homens, tanto no espaço privado quanto público.

Conquanto, se percebe que a essência do empoderamento se relaciona com o protagonismo dados aos atores sociais face às problemáticas defrontadas, envolvendo abertura de oportunidades nos diferentes campos sociais, econômicos e políticos. Justamente por abranger diversas áreas, há um desacordo no panorama institucional, que abriga órgãos governamentais, e o defendido pelas feministas.

Não há nada que encubra a complexidade da abordagem da categoria do empoderamento, quanto a sua matéria. E assim, como o termo “poder” possui diferentes leque de significados, essa conjuntura também se estende ao empoderamento. Portanto, o conceito de empoderamento não depende de uma única definição, mas é contextualizado sob o cenário no qual se trata a temática.

Quadro 2-Conceito de Empoderamento

Autor	Conceito
Ministério da Saúde (2012, p. 21)	Processo por meio do qual indivíduos ou grupos desenvolvem habilidades e capacidade para a tomada de decisão e controle sobre suas vidas e sobre os determinantes sociais.
Mageste <i>et al.</i> (2008, p. 7)	O empoderamento é um processo conflituoso porque diz respeito a situações de dominação – explícitas ou implícitas – e à busca de mudanças nas relações de poder existentes e vai progressivamente incorporando os resultados do mesmo.

Sardenberg (2017, p. 49)	Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio.
Cruz (2018, p. 104)	É um processo pessoal e político, cujas dimensões pessoais/internas e corporais não podem desvincular-se de suas conotações políticas, de impugnação das relações de poder vividas não somente nas relações familiares, nas quais os sujeitos vivem cotidianamente e, por sua vez, são parte da ordem social.
Kleba; Wendausen (2009, p. 733)	É um termo multifacetado que se apresenta como um processo dinâmico, envolvendo aspectos cognitivos, afetivos e condutuais.

Fonte: Construção da autora

O vocábulo empoderar inexistente nos dicionários brasileiros vigentes, apesar do seu constante emprego nos movimentos sociais e políticos. Conforme nota Gohn (2004, p. 23) “o significado da categoria “*empowerment*” ou empoderamento como tem sido traduzida no Brasil, não tem um caráter universal”, favorecendo o seu emprego em diferentes áreas e práticas sociais, ocorrendo em diferentes níveis, defende a autora, que sua utilização pode se atribuir ao sistema de movimentos e práticas empenhadas a fomentar e alavancar grupos e comunidades, assim como, aludir ações designadas a prosperar fidedignamente a inserção dos excluídos, desfavorecidos e demandatários da política de assistência social.

Retomando Baquero (2012, p. 176), “no nível individual, empoderamento refere-se à habilidade das pessoas de ganharem conhecimento e controle sobre forças pessoais, para agir na direção de melhoria de sua situação de vida”. O teórico se refere ao nível psicológico do indivíduo de reconhecimento, relacionando-se com o incremento da habilidade do indivíduo em favor do protagonismo de suas escolhas.

Nos silogismos que relaciona o empoderamento ao desenvolvimento, León faz importantes apontamentos, apresentando discrepâncias na empregabilidade do termo quando se aduz o individual e coletivo. A concepção individual destaca os processos cognitivos, em que o ser humano é despertado a ter uma ação por seu próprio interesse, “o empoderamento se circunscreve ao sentido que os indivíduos se autoconferem. Tomo um sentido de domínio e controle individual, de controle pessoa” (LEÓN, 2001, p. 96).

O empoderamento pode ser pensado a partir de um sistema composto por três planos: “o individual, o relacional e o contextual, como uma espiral que vai se ampliando e é interligada

e circundada por relações de poder” (MAGESTE *et al.*, 2008, p. 7), como uma rede intimamente conectada, influenciando e processando pressões mutuamente. O empoderamento individual é visto como aspecto exclusivista, que prima pelo sujeito independentemente, desse possuir, ou não, controle de si próprio. A tomada de decisão no individual se conecta à cognição por intermédio de suas próprias forças, na ação considera-se o nível pessoal do indivíduo.

Os autores Kleba e Wendausen (2009) associam a experiência do empoderamento psicológico, nas situações de carência ou de ruptura experimentadas ao longo da vida, de maneira que o indivíduo passa a visualizar os recursos e possibilidades pessoais ou coletivas, e a capacidade de agir, ou seja, deixar a posição de impotência e resignação. Além de fortalecer suas competências, a pessoa desenvolve novas habilidades para enfrentar, em seu cotidiano, incertezas, adversidades e situações de risco.

O empoderamento da comunidade tem sido utilizado como um “jargão das políticas públicas e dos analistas, neste novo milênio” (GOHN, 2004, p. 23) e tem sido amplamente operado no campo das políticas, especialmente por partidos políticos e corporações. É marcha que remete à ação nos níveis de interação, comunicação e participação dos grupos e comunidade, buscando aprimorar as capacidades e reconhecer melhor suas motivações, com vistas ao crescimento em favor de todos.

O empoderamento comunitário envolve um processo de capacitação de grupos ou indivíduos desfavorecidos para a articulação de interesses, buscando a conquista plena dos direitos de cidadania, defesa de seus interesses e influenciar ações do Estado (BAQUERO, 2012, p. 177).

A performance de grupos que se relaciona a instituições, com decisões que se estendem ao coletivo, é observada pelo referido autor, e traz o empoderamento organizacional constituído pelos integrantes do setor produtivo como “abordagem do processo de trabalho, o qual objetiva a delegação do poder de decisão, autonomia e a participação”, alegando ser algo concebido “*na e pela* organização” (BAQUERO, 2012, p. 177).

A partir das diferentes acepções na temática do empoderamento, parece ser necessário se ter um olhar direcionado às mulheres afrodescendentes quilombolas, bem como aos esforços, enredados por elas, na defesa de mudanças nas estruturas sociais, que fazem perdurar a posição de subalternização das mulheres nas categorias de gênero, classe, raça e cor.

Debater sobre o empoderamento da mulher é abrir o caminho, não só para as discussões de desigualdades entre homens e mulheres, mas também, para combater a violência doméstica, o assédio sexual, a disparidade de renda e a vulnerabilidade que a circundam. “Falar de

empoderamento das mulheres, é oportuno porque se discutem a inclusão e a exclusão delas no mundo público/político” (CRUZ, 2018, p. 102).

As mulheres que rompem suas próprias barreiras e resistências se libertam dos ambientes hostis, ainda, existentes na sociedade contemporânea. “Na medida em que se oculta o passado a partir de estratégias de poder no presente, se obstaculiza toda uma prática de identificação do grupo e com ele a possibilidade de mudanças” (FOUCAULT, 2013 *apud* TEDESCHI, 2014, p. 19).

Para tomar decisões a mulher precisa se sentir segura, e existem aquelas que, não tendo construído confiança em si própria, se julgam incapazes, por exemplo, por não ter tido oportunidades de investir na sua formação educacional e profissional, não se sentindo aptas para desenvolverem determinado trabalho. Contudo, é diante dessas situações que se deve prevalecer o encorajamento, segundo León (1997), extremamente positivo é empoderar essa margem de mulheres, recomendando-se trabalhar com estratégias que alterem os meios e estruturas que replicam a subordinação.

Essa adoção de estratégias, proposta por León (1997), requer primeiro que se atendam às necessidades e pleitos inerentes a subsistência da mulher, como meio de abandonar a condição de miséria, e ter a seguridade dos seus direitos, como emprego com salários adequados, saúde, habitação, entre outros. Posteriormente, como uma segunda estratégia, acatar a mudança estrutural das relações de poder que prestigiam a desigualdade de gêneros.

Com relação ao papel da mulher frente ao empoderamento, afirma Cruz (2018, p. 102) que “é fundamental a sua participação na complexa arena do poder público, no conjunto da vida social e econômica”. O anseio do outro, independente de quem assume essa posição, não deve se tornar um obstáculo ao desencorajamento do ser mulher. A sua autossuficiência lhe confere ser protagonista de suas próprias escolhas.

Assim, o empoderamento das mulheres afrodescendentes quilombolas se origina nessa proposta de tomada de decisão, seja no individual ou no coletivo, mas com o propósito de exercer a soberania de sua vida, de suas vontades, sem desistirem diante das limitações. Contudo, cabe esclarecer que o empoderamento, empregado nesse contexto, pode ser confundido com a resiliência dessas mulheres, apesar de os conceitos apresentarem diferenciação. “A resiliência não é um atributo fixo da pessoa, ao contrário, diante de circunstâncias, tempos e áreas diferentes as reações podem mudar e altera seus impactos tanto na pessoa quanto na sociedade” (BELLO, 2017, p. 97).

O processo de resiliência se desenrola ao longo da trajetória vivenciada, ele se transfigura em função do tempo e espaço, e os acontecimentos do dia a dia influenciam nas tomadas de decisões e produzem diferentes tipos de respostas na esfera cognitiva e emocional, são reações que podem ser reconhecidas tanto como uma ação impulsiva para defrontar a adversidade como numa ação repulsa identificada pela intimidação em se confrontar o ato.

Efeitos danosos podem ocorrer, mas se o processo inclui também experiências significativas de transcendência, sentido de vida, ressignificação, melhores condições de autocuidado e/ou busca por direitos, pode ainda se configurar como um processo de resiliência. É coerente afirmar que aspectos como autoconfiança, pertencimentos e bom relacionamento familiar/social são recursos valiosos para favorecer processos de resiliência (PRESTES; PAIVA, 2016, p. 683).

A resiliência descreve a capacidade da pessoa superar as adversidades que transitam ao longo de sua história de vida, e pode ser identificada em diferentes circunstâncias ou áreas, resiliência emocional, resiliência familiar, resiliência profissional, resiliência social, enfim, em diferentes momentos de vida que a pessoa transforma suas dificuldades num processo de aprendizagem para superá-lo e se adaptar a outra condição. “Resiliência serve para descrever a capacidade de um indivíduo ou grupo de indivíduos, mesmo num ambiente desfavorável, de se construir ou se reconstruir positivamente frente às adversidades” (BELLO, 2017, p. 98).

A inclinação das mulheres negras a desenvolver a resiliência advém da vontade em se reconstruírem, mas, principalmente, da necessidade em se adaptarem a uma outra condição, é o momento de virar a chave e enxergar outras possibilidades, considerando não só motivada pelo sofrimento imposto, mas todo o contexto que o cerca. Segundo Prestes e Paiva (2016) quando o indivíduo consegue alcançar a compreensão e a resiliência como um movimento sistêmico, ele aumenta suas chances em superar os desafios com impactos menos avassaladores que o observado em circunstâncias similares.

As mulheres negras protagonizam, historicamente, estratégias de enfrentamento as dores causadas pela sua cor e raça, tanto individualmente como no coletivo, facultando a elas um comportamento construído pela resistência e no resgaste da materialidade de suas potencialidades. A reconquista do potencial é empregada no sentido de recuperar a auto-estima aliada à resistência, compondo multifatores propulsores do empoderamento.

4 MULHERES AFRODESCENDENTES EM CAMPO GRANDE

O início do século XX foi marcado por uma sequência de movimentos sociais e feministas, insuflados por reflexões da democracia e autonomia, demandados por negros e mulheres. O engajamento das mulheres, negras e brancas, nos embates abolicionistas e na luta pela existência como sujeitos sociais, políticos e produtivos desencadeou a emancipação feminina, e se consumou na história como o século das mulheres.

Os movimentos feministas, levados a termo pelas mulheres brancas e de classe média, ajudaram a desnudar a mulher negra e foram fator motivacional para que elas se empenhassem nas batalhas em prol da solução das suas próprias queixas, como mulheres e negras. As desigualdades de gênero aproximavam as mulheres uma das outras, mas o racismo as distanciava. Davis (2016) desmistifica que a escravidão findou com a lei abolicionista, e chama atenção para o racismo interligado as relações de gênero e classe, “a definição tautológica de pessoas negras como serviçais é, de fato, um dos artifícios essenciais da ideologia racista” (2016, p. 102).

Sob opressão e violência, a história da mulher negra foi sendo tecida. E apesar da sua história não ser transparente na era escravista, evidenciando suas lutas e oposições ao regime, elas sempre estiverem presentes.

Negras escravizadas laboravam em pé de igualdade com seus pares, ocupando-se da plantação e colheita dos gêneros alimentícios, da criação do gado e dentro, da casa-grande, cuidando dos serviços domésticos, da criação dos filhos (as) das senhoras e, por vezes, servindo de objeto para saciar os apetites sexuais dos senhores (SOUZA, 2018, p. 1008).

Pode-se dizer, que a marcha das mulheres negras no enfrentamento a desumanização e privações começaram, ainda, durante a escravidão e transcorrem até o século XXI. As suas fugas e constituições nos quilombos; as reivindicações abolicionistas e ao sufrágio; e as lutas pelo reconhecimento e igualdade, são movimentos que constroem sua trajetória e revelam a resistência num contexto de encorajamento, força e determinação, mas que podem ser subentendida como último suspiro em direção a manutenção da vida, em se manterem viva.

Os anos da década de 1930 anunciaram a origem dos primeiros movimentos de um grupo feminino negro, que debatiam sobre as condições das mulheres negras no Brasil. Segundo Moreira (2007) nos anos de 1970 ganham força e os movimentos sociais das mulheres começam a desenfronhar, de modo que elas passaram a participar mais ativamente dos intensos debates sobre os direitos sociais, políticos, econômicos e civis. A participação ativa bem colocada pela

autora, aflora o empoderamento feminino, a mulher rompe com seus silêncios, com aqueles que, de alguma forma, tentam impedir, a sua voz, de ecoar.

As amarras do preconceito, da opressão e da discriminação tem o dom de criar artimanhas que dificultam a pluralidade das vozes negras ressoar. O movimento feminismo negro auxiliou no processo de soltar o grito das mulheres negras, de incentivar a construção de narrativas.

O feminismo negro brasileiro “é fruto da intersecção entre os movimentos negro e feminista e é também o espaço de tensão acerca das especificidades das mulheres negras provenientes da urgência das demandas étnico-racial e de gênero” (MOREIRA, 2007, p. 57), e se consolida nos anos 80, a partir de conjunto de diversas associações de mulheres negras espalhadas pelo país.

As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo, vêm exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Com o passar dos anos, foram surgindo mobilizações e eventos que favoreceram o debate entre as mulheres negras, fortalecendo o coletivo e seu poder de empreenderem como protagonistas sociais em prol do desenvolvimento. Entre eles estão: I Encontro Nacional de Mulheres Negras e o Centenário da Abolição (1988), 10º Encontro Feminista (1997), a Marcha das Mulheres Negras (2000), entre outros.

Gohn (2011) relata a importância dos movimentos sociais na construção de práticas que promovam estratégia que visam a ordem social, são por meio delas que se torna possível sintetizar a realidade social e elaborar plano de ação disseminado em rede, de modo que a participação coletiva se debruça pela inclusão social.

Constituem e desenvolvem o chamado empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas (GOHN, 2011, p. 336).

O empoderamento da mulher negra vem apoiado a prática reflexiva e teórica de suas construções, o respeito à diversidade e possibilidades, concedendo a elas autonomia para que façam escolhas aderentes ao desenvolvimento pessoal e das coletividades, na autoafirmação de identidade e do sentimento de pertença.

O desempenho teórico das mulheres negras contemporâneas se compõe por escritas que enunciam o lugar da fala a partir da sua posição de mulher negra. A estruturação da teoria e crítica, corolário do feminismo negro “serve como instrumento para se pensar não apenas sobre as próprias mulheres negras, categoria também diversa, mas também sobre o modelo da sociedade que queremos” (RIBEIRO, 2016, p. 100).

As teorias da raça, de gênero e classe não estão sobrepostas, na verdade, elas se conectam entre si, como faces da dominação, e são chaves para a compreensão das experiências, das percepções e horizontes das mulheres negras, em consonância com a liberdade de escolha da posição que queiram ocupar em sociedade.

Faz-se necessário esclarecer que raça é categoria socialmente construída sob a crença do imaginário social da superioridade de um grupo sobre o outro, reproduzindo preconceitos e discriminações. Segundo Dahia (2008) a raça se funda na dinâmica das relações sociais e não apresenta evidência científica no campo da biologia, os estudos genéticos apontam que houve uma modificação na forma de compreender as diferenças relacionadas aos homens, desabilitando qualquer critério anteriormente estabelecido.

Em síntese, raça é uma categoria social que confere atributos. Para Ianni (2004, p. 23) “raça não é uma condição biológica, mas uma condição social e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogo de forças sociais e progressos de dominação e apropriação”.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 224).

O sexismo e o racismo não escolhem classe social, é preciso se autoafirmar, pois o protagonismo da mulher negra decorre do seu potencial e habilidade em lidar com as tarefas do cotidiano. As práticas diárias ajudarão nesse movimento de “estar-sendo mulher e negra por meio da valorização do coletivo e da estética negra, do resgate da autoestima e, dessa forma, fortalecem suas identidades étnico-raciais e de gênero” (BELLO, 2017, p. 8).

O racismo preconiza padrões que enfatizam a discriminação, sendo esse fator que suprime o fomento e as aspirações do negro, se transformando em obstáculo para o encadeamento do desenvolvimento, uma vez que, sua prática tende a paralisar a habilidade funcional, despertando o sentimento e o complexo de inferioridade, se configurando como o avesso do empoderamento. “A participação do negro no sistema produtivo está caracterizada

pela concentração desproporcional nos setores de atividade que absorvem mão-de-obra menos qualificada e pior remunerada” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 98).

Apesar das mulheres negras carregarem no seu DNA a árdua escravatura, elas se moldam no espaço para construírem seus modos de resistência. “A consciência que tinham de sua capacidade ilimitada para o trabalho pesado pode ter dado a elas a confiança em sua habilidade para lutar por si mesmas, sua família e seu povo” (DAVIS, 2016, p. 30).

Se as negras são o grupo que se sobressai entre os subalternizados, fica evidente, então, a força motriz de toda sociedade advinda dessa luta para existir, sobreviver e pela ampliação de direitos, movimento que, da mesma forma, atinge positivamente a vida dos homens brancos, negros e das mulheres brancas (MOREIRA *et al.*, 2019, p. 117).

Dar voz é avivar o sentimento de pertença e identificá-las como sujeitos políticos sólidos, otimizando o impacto delas sobre seus arranjos e nos sistemas de governança local, reverberando o desenvolvimento sistêmico. Quando se expandem as vozes negras, suas ressignificações e afirmações são mais bem difundidas, alvejando o ecossistema local, com a perspectiva de corroborarem nas práticas discursivas e simbólicas, que preservam sua identidade. “As vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade” (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Há urgência iminente em relação ao empoderamento feminino negro contemporâneo, para se aumentar a contingência da participação coletiva das mulheres afrodescendentes, nas diferentes camadas de cor e na governança local, fortalecendo o seu papel como protagonista e ressignificando o seu poder de fala. Por meio da afirmação de vozes clareiam o entendimento dos processos democráticos, cooperando na formação da rede de diálogos com mais desenvoltura, e voltando-se para a sustentabilidade, chamando para a responsabilidade a sociedade civil e as instituições públicas na gestão da governabilidade.

A mulher negra pode ser considerada como sujeito político autônomo do século XIX pelo respeito ao seu corpo, pela autonomia nas suas escolhas, que se resumem pelo direito da igualdade em existir.

4.1 Mulheres afrodescendentes nos quilombos em Campo Grande-MS

A origem das mulheres negras quilombolas em Campo Grande-MS se fez no início do século XIX, integrada a grupos de ex-escravos do período pós-abolicionista, data em que o

estado de Mato Grosso do Sul, ainda era Mato Grosso uno. Os ex-escravos, mulheres e homens, adentraram no território sul-mato-grossense motivados pela busca por melhores condições de vida, com mais oportunidades de trabalho, sob a constância de uma vida digna.

Os registros históricos apontam que após 1888, houve uma intensa mobilidade interna para o antigo estado de Mato Grosso, que adiante foram traduzidos em processos migratórios. A veiculação de informações, por mercadores e criadores de gado da região, da existência de terras devolutas disponíveis no solo sul-mato-grossense fez com que muitos trabalhadores deixassem a cidade de Uberaba, estado de Minas Gerais, ocupando o sul de Mato Grosso na expectativa de adquirirem terras, e motivou posteriormente, a vinda de ex-escravos e suas famílias (PLÍNIO DOS SANTOS, 2012; PLÍNIO DOS SANTOS, 2016a).

O referido autor aponta que no século XIX, os ex-escravos tinham acentuada importância na economia, o labor deles com o manejo de gado sobrelevava o financeiro do norte de Mato Grosso, tal como no sul da região do estado, “fato contrário as correntes interpretativas que entendem que o trabalho escravo tinha pouca relevância, ou não existia, em regiões onde a economia era pautada, principalmente, na criação de gado” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2016b, p. 67).

A marcha para ocupação do território sul-mato-grossense contou com algumas famílias mineiras e a viagem levou meses até a chegada efetiva em Campo Grande. A lida com a terra, com o seu plantio, sua colheita e o manuseio com o gado, eram vistas pelas famílias negras quilombolas, como oportunidade em ter uma vida menos desumana, e “foi com esse objetivo que no ano de 1904 um grupo de ex-escravos formou uma comitiva e saiu de Uberaba” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2015, p. 120).

Conforme constam dos relatos na história, a chegada desses grupos quilombolas no território de Campo Grande-MS, iniciou-se em 1905, com a comitiva da ex-escrava Tia Eva (Goiás-GO) juntamente com outros grupos de famílias quilombolas, eles ocuparam a região que hoje é conhecida como o Bairro São Benedito, e onde se encontra a Comunidade Remanescente de Quilombo “Eva Maria de Jesus - Tia Eva (Vila São Benedito)” (MAZARRO *et al.*, 2011).

Em 1905, os integrantes da comitiva logo que chegaram à recém-formada Vila Santo Antônio de Campo Grande procuraram uma região com terras ainda vagas. Pouco tempo depois, encontraram essas terras na região de Olho D'água, a cerca de seis quilômetros do centro da Vila. Nessa região, numa área de mata próxima ao córrego Segredo, tia Eva e outros ex-escravos tomaram posse de uma área de mata e ali erigiram o embrião da comunidade negra São Benedito (ou Tia Eva) (PLÍNIO DOS SANTOS, 2015, p. 121).

Entretanto, há registros, anteriores aos anos de 1904, sobre a existência de quilombos pela região do estado sul-mato-grossense, porém, a fundação da Comunidade Quilombola Tia Eva teria ocorrido em 1910, por uma mulher e negra, Eva Maria de Jesus. Escrava, nascida em Goiás alforriada no ano de 1887, saiu de Goiás em 1905 com suas três filhas: Joana, Lazara e Sebastiana, “chegando em Campos de Vacaria, hoje, Campo Grande, onde trabalhou como lavadeira, parteira, cozinheira, curandeira e benzedeira” (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2008; PORFÍRIO, 2014, p. 13).

Anos seguintes, por volta da era de 1920 e 1930, “descendentes de uma das filhas de Tia Eva, se estabeleceram em áreas rurais ao redor do município, às margens do córrego Buriti”, localidade onde se encontra, atualmente, a Comunidade Negra Rural Quilombola Chácara Buriti (CRUZ-SILVA, 2016, p. 101).

Insta esclarecer, que os termos quilombo/quilombola se apresentam com diferentes sentidos em detrimento de mudanças institucionais, organizacionais e do território (Quadro 3). Em escritos literários, na rememoração de seus integrantes, no entendimento dado por grupos e as instituições governamentais e não-governamentais, tem-se encontrado diversas definições e usos dos termos, “ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo **ressemantizado** para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil” (O'DWYER, 2018, p. 10. grifo nosso).

Quadro 3- Algumas categorias utilizadas para referência quilombo e quilombolas.

Dicionário do Aurélio (2018)	<p>Quilombo: 1. Acampamento no mato; 2. Esconderijo no mato, onde se refugiavam os escravos.</p> <p>Quilombola: Pessoa escrava que, sendo privada de sua liberdade, submetida à vontade de outra pessoa e definida como propriedade, se refugiava no quilombo, local que abrigava escravos fugidos.</p>
Dicionário Michaelis (2018)	<p>Quilombo: No período colonial, comunidade fortificada formada por negros fugitivos e por uma minoria branca e indígena, organizada politicamente, representando uma forma de resistência e combate à escravidão; Local onde os escravos fugitivos se refugiavam nas matas, mocambo; Auto encenado durante o Natal entre grupos que figuram escravos fugidos e índios lutando pela posse de uma rainha indígena.</p> <p>Quilombola: Escravo refugiado em quilombo; calhambola; calhambora; canhambola, canhambora; canhembora.</p>
Constituição Federal de 1988	<p>Artigo 68 - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT nº 68): Aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o lhes Estado emitir os títulos respectivos.</p>

ABA	Não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de seus modos de vida. A identidade desses grupos não se define por tamanho e número de membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo . Nesse sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento por meio de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão. (ABA)
Incra	O termo quilombo é uma categoria jurídica usada pelo Estado brasileiro a partir da Promulgação da Constituição Federal de 1988, visando assegurar a propriedade definitiva às comunidades negras rurais dotadas de uma trajetória histórica própria e relações territoriais específicas , bem como ancestralidade negra relacionada com o período escravocrata. Nesse sentido, há outras terminologias para o termo quilombo, como Terras de Preto, Terras de Santo, Mocambo, Terra de Pobre, entre outros. (INCRA, 2017, grifo dos autores)
Artigo 2º do Decreto 4.887/2003	De acordo com o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003, são considerados remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais , segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas , com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. [...] são consideradas terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural . (INCRA, 2017, grifo dos autores).

Fonte: Construção da autora, a partir de Camilo e Motta (2018).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o termo quilombo passou a representar concepção jurídica com seus efetivos sujeitos de direito, os quilombolas. O texto legal incorporou, não apenas, a identidade histórica, mas fez a reparação e reconhecimento dos malefícios legados pelo processo de escravidão. A transfiguração de quilombola para “remanescente de quilombo” deliberada pelo texto constitucional trata da garantia dos direitos à territorialidade aos quilombolas. Assim, o vigente termo quilombo associa-se ao político-organizacional dando acesso às políticas públicas.

A visão contemporânea do remanescente de quilombo reforça a ideia de identidade e território, retratados pelo sentimento de pertença ao território e ao grupo, estes passaram a “designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico (O'DWYER, p. 10, 2018).

As novas implicações dos significados de quilombo se propõem ressemantizar o conceito da era escravagista àquele que o vinculava a termos pejorativos e estigmatizados, logo uma comunidade remanescente de quilombo “não é algo natural e sim um construto constituído por uma história política, legal, sociológica, antropológica e econômica” (MARQUES; GOMES, 2013, p. 148). Por certo, se refere a uma concepção decorrente de embates sociais, não se referindo, portanto, a critério inato.

Tal conceito/categoria consiste em um sistema de identificação – portanto uma redução fenomenológica –, isto é, uma ação que responde a uma demanda pelo avanço da democracia em um processo de emancipação social e em uma cidadania que requer o reconhecimento da diferença, a redução das desigualdades e a inclusão social através da redistribuição de recursos e da representação política (MARQUES; GOMES, 2013, p.148).

Como exposto, a palavra quilombo exibiu diferentes sentidos no imaginário da população brasileira, e está intimamente ligada à representação construída pela sociedade em relação ao étnico-racial. No entanto, o reconhecimento como coletivo só ocorreu em 20 de novembro de 2003, com o decreto 4.887³, e por força dele é que se oportunizou o acesso às políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento de suas atividades tradicionais e de subsistência.

Constata-se que a questão quilombola, ainda, é processo em construção, sendo, em si própria sinônimo de resistência em diferentes períodos históricos. Segundo Arruti (2008, p. 316) “o que está em disputa, portanto, não é a existência destas formações sociais, nem mesmo das suas justas demandas, mas a maior ou menor largueza pela qual o conceito as abarcará, ou excluirá completamente”.

O referido autor analisa a ressemantização do termo quilombo sob o eixo de três planos: resistência cultural, resistência política e resistência negra. O primeiro plano, resistência cultural, demonstra a influência africana no seu modo de organização social e nas estruturas de poder; o segundo plano, resistência política, atribui à luta de classes em que o quilombo figura como a classe dominada, a referida agência escrava; o terceiro plano, resistência negra, enfatiza o movimento social negro na luta pela preservação e integridade do povo negro (ARRUTI, 2008).

³ O decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O artigo 2º do decreto 4.887/2003, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnicos-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

As estratégias de resistências e lutas em prol de suas vidas e territórios revelam o protagonismo desses sujeitos sociais, o comprometimento na busca por recursos e autonomia, que denotam a força para manterem vivas as especificidades de cada quilombo e os desafios relacionais.

No que concerne à existência de quilombos, estes representam a maior marca de resistência desse povo, e foram palco para o abrigo da opressão, das lutas pela liberdade e autonomia do povo negro. Segundo Fiabani (2007, p. 1), as fugas incitaram o movimento quilombola durante a era escravista devido as condições desumanas vivenciadas pelos escravos, com imposição de extensa carga de trabalho, punições e maus-tratos sofridos, as fugas compreendiam um fôlego para uma vida digna, corriam para locais distantes em meio às matas, justamente no esforço de se manterem ocultos e na tentativa de resguardarem as próprias vidas.

Os quilombos foram a esperança para ex-escravos continuarem vivos, e retirarem da terra, o seu sustento. Eles “buscavam as terras comunais, locais de mata (áreas imbricadas entre a planície e o planalto ou nas furnas) para plantar suas lavouras e fazer suas pequenas criações” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 336). Mais do que um recanto para os escravos fugitivos, os quilombos serviram como subterfugio para homens e mulheres negras se apoiarem no enfrentamento das variadas formas de exploração, “ver-se livre, isento do controle e da subordinação a qualquer senhor foi o principal objetivo de muitos homens e mulheres que, sozinhos ou em grupo, resolviam escapar da escravidão” (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 118).

Os agrupamentos em quilombos, também chamados de mocambos, foi categoricamente um propulsor no compartilhamento das relutâncias e revoltas dos ex-escravos, as terras desconhecidas e inexploradas foram os espaços encontrados para atuarem com autonomia e combaterem as sujeições das quais eram submetidos (PLÍNIO DOS SANTOS, 2016b; ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006). Em meio às vivências e sentimento mútuo partilhados eles ingressaram em uma conveniente solidariedade grupal, mais tarde traduzida como uma espécie de irmandade.

Os laços de solidariedade e de alianças da Irmandade, construídos pelos ex-escravos no cativeiro, foram reforçados pelos grupos formados internamente com a adoção de uma “assinatura” comum, ou seja, por um sobrenome comum grupal [...] Tia Eva, suas filhas e todas as outras mulheres, mesmo sem laços consanguíneos, adotaram o sobrenome “de Jesus” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2012, p. 163).

Denota-se que a formação de quilombos ultrapassou a ideia de uma área delimitada e ocupada por eles, estendendo-se ao contexto social pelas práticas e revoltas vividas ao longo da

história, “a grande mobilidade dos ex-escravos no Mato Grosso teve como objetivo sua autonomia” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2016b, p. 67). Os quilombos foram reduto concreto exteriorizado pelo sofrimento do povo negro, que sozinhos ou em grupos se arriscavam para fugir da opressão despertada por sua cor.

Os negros buscavam os quilombos, tal como, os recursos produtivos que advinham do processo camponês com a esperança de conseguirem trabalhar em prol de suas próprias famílias, “os cativos fugiam por vários motivos e para muitos destinos” (ALBURQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 117). De acordo com Plínio dos Santos (2016, p. 67) “suas aspirações eram essencialmente camponesas, ou seja, o acesso à terra, a formação de famílias, certo grau de autonomia na vida cotidiana, o controle dos meios de produção e do processo de trabalho”. Ainda acrescenta que:

Nas terras de tia Eva, as famílias de camponeses negros procuravam atrelar o trabalho na roça com outras atividades, como produção de doces, azeites e manufaturas de objetos de madeira. A produção era vendida pelas mulheres, geralmente acompanhadas por seus filhos, nas ruas da vila de Campo Grande. Outras mulheres trabalhavam como lavadeiras, cozinheiras e empregadas domésticas para pessoas da área urbana de Campo Grande (PLÍNIO DOS SANTOS, 2012, p. 168).

O modo de produção inspirado no projeto camponês ia além do trabalho com a terra, havia uma socialização em rede desses indivíduos que se conectavam pelo modo de convivência familiar adquiridos naquele cenário. Logo, as representações sociais ali construídas, motivavam a autonomia e cooperação entre os integrantes quilombolas, e se traduziam na organização e reprodução dessas famílias. As comunidades quilombolas, de forma geral, apresentam uma forma organizacional peculiar e inerente a elas, “condição da qual decorrem modos de gerir a herança, a sucessão, a socialização dos filhos, a construção de diferenciados projetos de inserção das gerações” (MOTTA; ZARTH, 2008, p. 8).

As famílias quilombolas reputaram na vida camponesa a subsistência de seu povo, construíram “referências de gestão produtiva, segundo valores sociais reconhecidos como orientadores das alternativas de reprodução familiar” (MOTTA; ZARTH, 2008, p. 8). No entanto, a subalternidade culminou na supressão da liberdade da comunidade negra em desempenhar atividades com implemento na reprodução social camponesa e interferiu na obtenção de melhores condições de trabalho fora e dentro contexto doméstico, segundo Plínio dos Santos (2012).

Ainda segundo os autores Motta e Zarth (2008) a exploração, anteriormente empregada na relação senhor-escravo, passou a ser submetida na superexploração do trabalho como mais-

valia, sob a regência da modalidade de produção do liame capital-trabalho, e população negra quilombola, principalmente, as mulheres se mantiveram reféns no mercado de trabalho da sociedade capitalista.

Efetivamente, os quilombos contemporâneos guardam na sua representação um marco para as inúmeras formas de resistências vividas pelo povo negro, “se no passado representaram a resistência do trabalhador escravizado, no presente, continuam representado a resistência negra” (FIABANI, 2008, p. 14). Os territórios tradicionais quilombolas buscam repassar experiências de suas tradições e estratégias de organização coletiva, permitindo vivas as relações oriundas de diversas práticas dentro da diversidade cultural africana, constituindo princípios que norteiam o artigo 1º, inciso I, do Decreto 6.040/2007: “(I) reconhecimento das comunidades tradicionais, levando-se em conta os recortes raciais, de gênero, [...] e religiosidade e ancestralidade”.

A comunidade possui formas próprias de organização social, que ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição dentro do município de Campo Grande e do estado de Mato Grosso do Sul (MACHADO; MACIEL, 2017, p. 149).

O reconhecimento e o pertencimento do povo quilombola não estão somente sob as condições das leis, estas se fazem necessárias para que o reconhecimento seja notado e respeitado perante a sociedade, mas, é importante reavivar o sentimento de pertencimento para aperfeiçoar o processo de tradição que detém os costumes e os valores de um povo. Plínio dos Santos traz essa percepção e o descreve ante a Comunidade Remanescente Quilombola São Benedito, nas quais as pessoas mais idosas, especialmente as mulheres, “conseguem descrever as ligações genealógicas que unem uns aos outros de forma a remontar uma linha ininterrupta até chegar às filhas de tia Eva, consequentemente, à própria tia Eva” (2012, p. 173).

A continuidade da essência de um povo mantém vivo o conhecimento ancestral, e nota a importância de cultivar saberes milenares na construção miscigenada na história da humanidade, logo, a transmissão de saberes e conhecimentos são repassados dos mais velhos aos mais jovens por meio da dinâmica da memória com o objetivo de preservação e manutenção da cultura e do território. Destarte, deve-se buscar manter as tradições livres de interferências que interrompam esse processo natural, mas que também se adaptam aos novos tempos. Sobre o assunto, Eric e Ranger (1997, p. 10) escreveu que:

O “costume”, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora

evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o exposto na história.

A tradição não se atenta, portanto, somente as perspicácias das dinâmicas socioculturais, mas deve contemplar as inovações que a atina a humanidade e propõe reflexões de mudanças nas reproduções sociais, de modo que, o processo de transmissão da tradição não anule as mudanças nas reproduções sociais, mas conviva com elas.

A história do povo negro quilombola é o alicerce condutor a sua ancestralidade, com seus valores culturais, modo político organizacional, e os ritos religiosos, linguísticos e simbólicos, e as mulheres negras são as maiores detentoras deste ofício, pois, elas “são na maior parte, as únicas responsáveis pela manutenção da cultura material e simbólica, e sobrevivência dos membros de grupo familiar” (ANJOS, 2006, p.104).

Compreender os parâmetros sociais de um povo é essencial para a identidade cultural do indivíduo, são as raízes familiares, socioculturais e a memória coletiva da comunidade que ajudam a contar a historicidade dos ex-escravos e dos fundadores dos quilombos. As lutas e vivências das gerações passadas é uma memória viva e importante na formação dos quilombos que ajudaram a tecer a sociedade local.

Segundo Plínio dos Santos (2013, p. 48) na década de 40, com a expansão urbana do município de Campo Grande, as atividades voltadas para a terra começaram a dividir o espaço com outras atividades que a cidade passava a oferecer, as construções civis começaram a despontar e os quilombolas da Comunidade São Benedito acompanharam esse movimento. Alguns homens da comunidade começaram a trabalhar nas construções de casas e prédios, mas as mulheres mantiveram suas atividades, pois “continuaram a realizar o trabalho de domésticas, de cozinheiras e de lavadeiras. Outras mulheres, porém, em menor número, continuavam vendendo seus doces nas ruas da cidade”.

Esse crescimento exponencial trouxe desenvolvimento e muitos recursos, gerando maior oferta de empregabilidade para os moradores campo-grandenses. Com o tempo, novos bairros foram surgindo e o território urbano foi se alargando, resultando no enquadramento de duas comunidades quilombolas no seu perímetro urbano e permanecendo apenas uma no perímetro rural.

Especificamente no município de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, em área urbana, estão localizadas duas comunidades remanescentes de quilombo: Comunidade Negra São João Batista e Comunidade Eva Maria de

Jesus - Tia Eva (Vila São Benedito), outrossim, em área rural, a 18 km ao sul do limite urbano da cidade, está a Comunidade Negra Rural Quilombola Chácara do Buriti (CRUZ-SILVA, 2016, p. 15).

As comunidades remanescentes quilombolas, que se localizam dentro do território do município de Campo Grande-MS guardam uma rica história e cultura do povo negro, as práticas sociais e toda simbologia que herdaram de suas gerações anteriores é a ligação entre a memória “viva” e a tradição.

4.2 Protagonismo das mulheres afrodescendentes das comunidades remanescentes dos quilombos em Campo Grande-MS

Em sua maioria, a análise das produções científicas de 2010 a 2020 das Comunidades Remanescentes Quilombolas de Campo Grande-MS não apresentou a mulher como objeto de estudo, mas no decorrer dos escritos das teses, dissertações e artigos científicos, revelou-se que a mulher afrodescendente está presente em ações na sua comunidade, quer seja na preservação da cultura do seu povo; na força de trabalho desempenhada na agricultura; nos trabalhos domésticos ou nos projetos que visam empreendê-las no mercado de trabalho. As produções científicas foram mapeadas para mais fácil compreensão da identificação e seguem listadas (Apêndice A).

Um primeiro olhar sobre os títulos das pesquisas, palavras-chave e resumos selecionadas para este estudo, as mulheres afrodescendentes passaram despercebidas, contudo, o aprofundamento na investigação revelou possível a desvelar, no teor dos textos científicos, por meio da elaboração de uma nuvem de palavras (Figura 3), em que não se identifica a presença “delas” e sua contribuição na composição das comunidades remanescentes quilombolas. Essas ocorrências, no entanto, evidenciam a invisibilidade social que encobertam a resistência quando as colocam presentes e atuantes. Insta indicar, a elaboração da nuvem de palavras foi a partir das palavras-chave das teses, dissertações e artigos das plataformas Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES e Google Acadêmico®, selecionadas para a construção desta pesquisa.

Figura 3-Nuvem de palavras

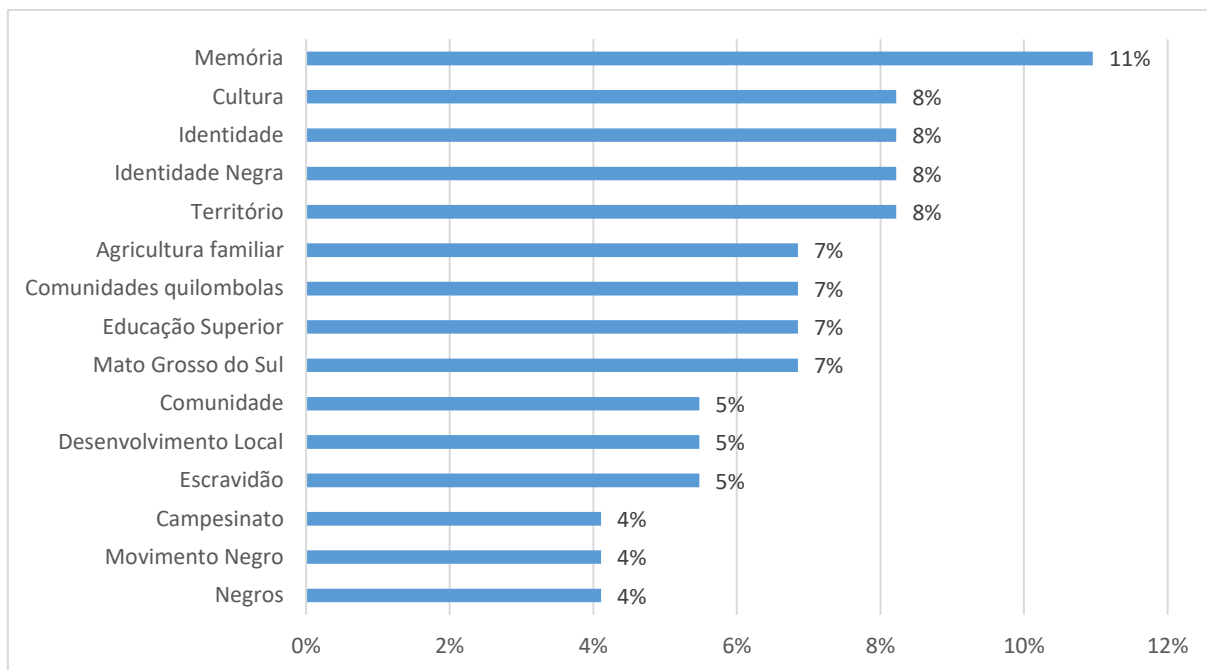


Fonte: Construção da autora

As palavras-chave foram bastante variáveis, e não se evidenciaram nelas os termos que se referenciam ao gênero feminino, como: mulher, negra, feminina e entre outros. Os termos que prevaleceram trazem os contextos da comunidade quilombola, da identidade do grupo, do meio de agricultura familiar, o campesinato, e outros.

Desta forma, foram selecionadas as 15 (quinze) palavras que mais se repetiram dentre as palavras-chaves das produções científicas. A palavra memória é que demonstra a frequência maior, seguida pelas palavras cultura, identidade, identidade negra, território, agricultura familiar, comunidades quilombolas, educação superior, Mato Grosso do Sul, comunidade, desenvolvimento local, escravidão, campesinato, movimento negro e negros, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 1-Síntese analítica das palavras-chave



Fonte: Construção da autora.

A investigação dos documentos científicos iniciou-se despidendo os modos de representação na construção dos discursos, exibindo primeiramente, a figura de uma mulher negra e ex-escrava que marcou a história dos quilombos do município de Campo Grande-MS. Eva, era considerada uma pessoa à frente de seu tempo, uma mulher destemida que sabia ler e escrever, por seus trabalhos de médica curandeira na época, conseguiu agregar a junção de recursos financeiros, e “em 1910 adquiriu uma terra uma terra de oito hectares que lhe custou 85 mil réis, onde atualmente, residem mais de 60 famílias descendentes” (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2008).

No artigo científico sob o título “A luta pela conservação e fortalecimento da identidade cultural nas comunidades indígena Marçal de Souza e Quilombola Tia Eva” publicado em 2014, do autor Iago Porfírio, a figura da Tia Eva é enunciada no texto como uma força feminina importante no contexto de formação da identidade e no reconhecimento dos povos tradicionais quilombolas.

Tia Eva é a grande referência para as mulheres afrodescendentes das comunidades quilombolas da região, foi uma mulher à frente de seu tempo e um exemplo de resistência, sonhava com oportunidades de melhores condições e se empenhava nesta conquista, Segundo Porfírio (2014, p. 13) “ela sonhava em vir embora para o antigo Mato Grosso e criar suas filhas com “objetivo de lhes dar uma melhor educação, boas condições e construir um lugar para seus descendentes”.

De acordo com as ponderações do autor, as transformações nas comunidades quilombolas dependem de um ambiente em que haja cooperação e solidariedade entre seus integrantes aliadas as potencialidades locais e as experiências das pessoas que ali habitam para serem incorporadas no coletivo. O sentimento solidário (transmissão cultural) ajuda a integrar as pessoas no seu convívio social de maneira a compartilhar as habilidades e aperfeiçoar ferramentas, e soma-se ao desenvolvimento local, mas principalmente, o ato humanístico do grupo (PORFÍRIO, 2014).

Na tese “Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades rurais sul-mato-grossenses”, defendida em 2010, o autor Carlos Alexandre Barbosa Plínio dos Santos relata em sua pesquisa como se deu a formação de redes intrínsecas de interações políticas, socioeconômicas e culturais constituídas entre as famílias quilombolas, no solo de Mato Grosso do Sul, denominando-as de rede-irmandade.

O referido autor traz a história da Tia Eva em um dos capítulos da tese, retratando toda sua importância para a comunidade quilombola local e no seu entorno, assim como para seus descendentes, homens e mulheres quilombolas. Tia Eva foi uma mulher de fibra que demonstrou liderança e coragem, “criou estratégias para garantir seu espaço social na fazenda e em seus arredores” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010, p. 258)⁴.

No artigo científico “Eva Maria de Jesus (Tia Eva): memórias de uma comunidade negra, de 2012, mais um estudo do autor Carlos Alexandre Barbosa Plínio dos Santos, contempla-se a história da Tia Eva por meio da memória coletiva dos mais velhos pertencentes a comunidade, sua trajetória revela uma mulher de coragem e de fé. A constituição da comunidade se deu basicamente sob três eixos: “terra, família e trabalho”, e as interações entre o grupo permeou uma espécie de irmandade com fortes laços e influências, “os membros da Irmandade formaram intrínsecas ligações” em todas as dimensões.

Para o autor, Tia Eva surge como verdadeira inspiradora nas lutas das mais jovens mulheres quilombolas. “A força centrífuga de tia Eva” foi passada por gerações de mulheres, e essa linhagem intergeracional foi o agente motivador pela união do grupo, “pois os

⁴ Esta pesquisa fez muitas citações aos trabalhos de Plínio dos Santos, não por acaso, mas pela sua grande contribuição aos estudos sobre os quilombos/quilombolas no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Carlos Alexandre Barbosa PLÍNIO DOS SANTOS é Pós-Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia/Departamento de Antropologia/UnB, PPGAS/DAN/UNB e professor Adjunto I, chefe do Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília (UnB). Exerce atividades como Professor e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/DAN/UnB e Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais e coordena o Laboratório MATULA - Sociabilidades, diferenças e desigualdades - DAN/UnB.

descendentes dessas mulheres, mesmo dispersos, não perderam sua linha de referência materna” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2012, p. 173).

Em outro artigo o supracitado autor, intitulado “O estudo científico “Tia Eva: Trajetória de vida de uma ex-doceira” corrobora na validação das multifacetadas que uma mulher desempenha, almejando alcançar o seu espaço social e autonomia. Tia Eva foi curandeira, doceira, religiosa, enfim, caminhou com diferentes sentidos e deixou seu registro, “as memórias individuais sobre a ex-escrava Tia Eva, assim como o período escravagista e a migração, são registros de uma consciência coletiva, ou na igualmente metafórica, memória coletiva” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2013, p. 138).

Segundo Plínio dos Santos (2013, p. 45) a ex-escrava proveniente de Minas Gerais, aprendeu a arte culinária mineira, “além de benzer e realizar partos, trabalhava na produção de doces, mesma atividade que realizava no período de escravidão”. A sua história é uma ligação dos eventos passados com os dias de hoje e orgulham suas descendentes, motivando a luta de muitas outras “Evas” das comunidades quilombolas locais e regionais.

As afrodescendentes carregam no DNA o agente resistente convertido em resiliente que perdura quinhentos e tantos anos após a chegada dos primeiros negros escravizados da África no Brasil. A cor da pele as mantém reféns do racismo e da discriminação, e os indicadores sociais mostram as desigualdades que limitam as oportunidades dadas a elas, mas a luta pela visibilidade nos espaços de conhecimento e de decisão sobre as políticas públicas, também, são observados nos estudos científicos reunidos nesse capítulo.

O artigo científico intitulado “Relato de Ação de Extensão na Comunidade Quilombola Chácara Buriti: A Importância das Boas Práticas de Fabricação”, escrito pelos autores Lucas Kenzo Shimabukuro Casimiro, Danielle Bogo, Luciana Miyagusku, Rita de Cássia Avellaneda e Ieda Maria Bortolotto, que teve por objetivo transmitir à comunidade o conhecimento e a importância de serem adotadas medidas de boas práticas de manipulação de alimentos demonstra o intuito de empoderar as moradoras afrodescendentes ali presentes. De acordo com os autores, o estudo contou com a participação de 10 (dez) mulheres pertencentes a comunidade, e possibilitou o aproveitamento de recursos nativos da flora, valorizando a biodiversidade e culturas locais, ou seja, houve uma transferência do conhecimento técnico das instituições para as comunidades para propiciar um olhar empreendedor no desenvolvimento local e sustentável, de forma a desfrutar com mais prudência o que a natureza oferta na região e destacar as potencialidades das pessoas que ali residem (CASIMIRO *et al.*, 2018).

Segundo Casimiro *et al.* (2018), os frutos nativos podem ser fonte de renda para essas mulheres e aliada a técnica de conhecimento das instituições que são transferidas a elas, incentiva-se o aproveitamento, a conservação e o processamento dos frutos nativos. E é nesse processo que a leitura de empoderar as participantes do projeto se assenta, o termo transferência, ainda que velado, possibilita criar condições socioeconômicas para que essas mulheres tenham mais autonomia, pois, a mulher que tem independência financeira também tem mais liberdade de escolha, assim, o econômico atua como uma ferramenta de emancipação em diversas ocasiões.

A tese defendida em 2016, sob o título “Histórico e uso da biodiversidade na Comunidade Negra Quilombola Chácara do Buriti, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil” de autoria da Sthefany Caroline Bezerra da Cruz-Silva, contempla na análise socioeconômica da Comunidade Negra, a voz da mulher afrodescendente. Em uma das entrevistas, Lucinéia de Jesus Domingos Gabilão (presidente da Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola Chácara Buriti-AQBURITI no ano de 2012), retrata a importância da liderança feminina, pois, foi sob a gestão de uma mulher que a comunidade foi contemplada com o “Programa Minha Casa, Minha Vida”, em que foram construídas 11 casas dentro da comunidade. Essa conquista demonstrou um avanço na luta por melhores condições de vida e o comprometimento como agente social por uma líder mulher e negra, que trouxe um alento para a comunidade, “antes desta etapa, 10 moradias eram ocupadas por 80 moradores, portanto, havia residências com mais de um núcleo familiar” (CRUZ-SILVA, 2016, p. 104).

Um outro trecho da tese de Cruz-Silva (2016, p. 99) que dá voz às mulheres afrodescendentes da Comunidade Quilombola Chácara do Buriti, mostra que das 38 entrevistas ocorridas, 71% delas foram realizadas com mulheres afrodescendentes, e a faixa etária que prevaleceu foi de 18-30 anos (45%), seguida pela faixa de 43-55 anos (26%), e foi constatado que a comunidade quilombola Chácara Buriti apresenta íntima relação com o habitat natural de seu território, meio essencial para a “sobrevivência, crescimento e desenvolvimento” da comunidade, expressando 60% dos envolvidos na agricultura familiar e representados, em sua maioria, por mulheres que efetivamente estão dentro das produções agrícolas.

As práticas sociais e econômicas revelam o engajamento das mulheres na agricultura e mostram o quanto estão envolvidas no combate à pobreza e na promoção de uma qualidade de vida melhor. Além de guardiãs na preservação da cultura e costumes de seu povo, desempenham importante função nos entraves políticos em atenção às necessidades essenciais

da comunidade, atuam como um verdadeiro elo entre a comunidade e as políticas públicas de base (CRUZ-SILVA, 2016, p. 106).

O repasse dos conhecimentos a gerações subsequentes busca manter as tradições da comunidade, assim, as rezas e benzimentos, os festejos, culinárias, danças e hábitos de vida vão sendo repassados pelas pessoas mais velhas aos mais jovens, pela oralidade dos contos, cantigas, versos e histórias e se resguardam na memória coletiva da comunidade, dando continuidade as reproduções socioculturais.

No artigo científico “Uso de plantas para fins terapêuticos por escolares da comunidade negra rural quilombola Chácara Buriti, Campo Grande, Mato Grosso do Sul” os autores Sthefany Caroline Bezerra da Cruz-Silva, Maiara Domingos, Rosemary Matias, Alessandra Ferreira Beker Daher e Joelma dos Santos Garcia, objetivaram investigar o conhecimento do uso das plantas medicinais na Comunidade Negra Rural Quilombola no âmbito escolar com os alunos de Ensino Fundamental da Escola José Patrocínio, a escola fica numa área rural e atende as crianças quilombolas pertencentes a Comunidade quilombola Chácara Buriti.

O resultado desta pesquisa, que contabilizou a participação de 62% sexo feminino e 38% sexo masculino, demonstrou que a maioria das crianças não conhecia a história de José Patrocínio, um ex-escravo atuante na revolução abolicionista e patrono da escola, projetando numa percepção dos autores de distanciamento dessas crianças com seus antepassados, sua história e cultura (CRUZ-SILVA *et al.*, 2015).

Nesse sentido, as informações colhidas acendem um alerta na reafirmação dos laços de pertencimento e de identidade com a cultura ancestral, uma vez que, as jovens meninas de hoje serão as futuras mulheres da comunidade. E a ausência do resgate da história é um fator que corrobora com a desconstrução da identidade afrodescendente, assim como, pode se tornar um obstáculo no processo de empoderamento individual e comunitário dos afrodescendentes quilombolas, ou seja, quando o ensinamento escolar introduz a história e cultura dos afrodescendentes, há um canal de acesso que ajuda a fortalecer a identidade desse povo e construir a consciência individual e coletiva de suas origens, fazendo a ponte entre seus antepassados e a vida cotidiana, por meio da história local.

As trajetórias e experiências escolares sustentam que o acesso à cultura da escrita está envolto por um processo de interação social, buscando espaços para estimular trâmites que dialogam com a reflexão e ação dos grupos étnicos na luta pelo reconhecimento. A lei 10.639/2003 tornou obrigatória a inclusão do estudo da história e cultura afro-brasileiro nas

diretrizes de base da educação, nível fundamental e médio, oficiais e particulares, contou com o apoio do Movimento Negro e se pautou na conservação a história do povo africano e afro-brasileiro. Luta que representa o esforço do povo negro para desmistificar o olhar de assujeitados, exibindo importante contribuição para a formação da sociedade brasileira, assim como, ao desenvolvimento do país nas dimensões social, política e econômica.

A história brasileira está sublinhada pelo enfrentamento dos afrodescendentes nas variadas formas de exclusão e as mudanças nas políticas educacionais têm ajudado a desencobrir desigualdades ingressas na sociedade, por meio de incorporação de regulamentações que combatem as contradições existentes nas estruturas desenvolvidas pelo Estado. A Lei 12.711/12, encarregada de assegurar a representação da população negra na educação superior, com ingresso garantido por meio das cotas raciais, estampa um processo de reparação a esses indivíduos e oportuniza desempenhar o papel de protagonistas na história e na produção de conhecimento.

Contudo, embora se registrem avanços na educação, a cor da pele continua sendo um coeficiente limitador no acesso do educando, a educação que vemos é resultado dos marcadores sociais em que prevalece a desigualdade. Apesar das adversidades, a luta é contínua e o esforço dos afrodescendentes por políticas públicas inclusivas é aglutinado as reformulações educacionais com a valorização da cultura negra e a inclusão social e educacional na perspectiva de se emancipar a educação e empoderar esses sujeitos.

A compreensão e valorização dos elementos culturais africanos e de afrodescendência promovem um elo entre o passado e o presente, e quando trabalhado no conteúdo escolar colaboram no despertar do sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo quilombola. Explorar as memórias da trajetória escolar e o processo de construção de identidade afro-brasileira propõe reflexões nas discussões de espaço de sociabilidade e as situações que separam/aproximam os diferentes grupos sociais.

As considerações sobre a trajetória educacional, a identidade profissional e o papel dos afrodescendentes ao longo de suas vidas foram demonstrados na dissertação de Hagrayzs Rosa Garcia, defendida em 2010, que teve como título “O docente afro-brasileiro na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: memórias escolares”. Essa pesquisa foi dirigida à profissão docente dos afro-brasileiros de Mato Grosso do Sul, e “limitou-se à cidade de Campo Grande, sede da maior e mais antiga Universidade Pública do Estado” (2010, p. 13).

O mencionado autor identificou o distanciamento da afrodescendência na memória escolar e identidade profissional destes professores afro-brasileiros da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, bem como, a violência racial se estende ao ambiente acadêmico, e mostra que as universidades além de experimentarem a segregação racial, ainda compreende o universo sexista, ou seja, contata-se ainda que entre os docentes afro-brasileiros, “o número de mulheres que atuam no ensino superior é menor que o número de homens” (GARCIA, 2010, p. 62).

Outro estudo que envolveu a área da educação e os afrodescendentes foi a tese de Laura Marcia Rosa dos Santos, defendida em 2015 e intitulada “Política de Educação Superior e Ações Afirmativas: O Projeto Negraeva no Estado de Mato Grosso do Sul (2002 - 2004).” O estudo revelou a presença expressiva das mulheres afrodescendentes na permanência do projeto Negraeva, compondo 63,63% do grupo. “Essa presença majoritária das mulheres no Projeto não é um fenômeno isolado; pesquisas demonstram que a presença de mulheres nos bancos das universidades tem aumentado significativamente nas últimas décadas” (SANTOS, 2015, p. 120).

Um outro apontamento no estudo de Santos (2015), mostra que dos vinte e dois (22) participantes, doze (12) são oriundos da instituição Universidade Católica Dom Bosco, os demais são egressos de outras faculdades de Campo Grande-MS, no entanto, a concentração de 54,54% dos beneficiados pelo Projeto serem da Universidade Católica Dom Bosco se deve ao fato proximidade da Comunidade de São Benedito com a universidade e do rol de cursos oferecidos na área das ciências humanas e sociais. A pesquisa revela a contribuição do Projeto Negraeva, após dez anos do término do projeto, ressaltando a importância do protagonismo na juventude, e um recorte de gênero, mostra que mulheres da comunidade São Benedito apresentaram melhor êxito em seus investimentos, devido ao grau de instrução adquirido por elas refletindo nos rendimentos de suas famílias também (SANTOS, 2015).

Na dissertação “A tecnologia social de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável-PAIS na comunidade quilombola Chácara Buriti” da autora Flávia Bertoni Mazarro defendida em 2011, a autora objetivou avaliar as atividades ligada a produção agrícola vivenciadas na territorialidade espacial da referida localidade e destacar as potencialidades econômicas, o modo e as motivações da população quilombola. Nesse estudo se evidencia uma cooperação entre os integrantes da comunidade que prezam pela solidariedade, pela afeição recíproca e credibilidade uns nos outros, sentimento que quando combinados, segundo a autora, “propiciam o empoderamento comunitário, que se efetiva com o aumento da possibilidade e da capacidade das populações influírem nas decisões públicas” (MAZARRO, 2011, p. 32).

O estudo ainda aborda a questão da divisão sexual no trabalho e revela “um aumento gradativo da participação da mulher nas atividades econômicas que sustentam o grupo familiar, especialmente, nas tarefas da horta comunitária” (MAZARRO, 2011, p. 47). A urgência em se romper parâmetros, que sub-rogam a mulher afrodescendente nas relações de trabalho, segundo a divisão dos gêneros, vem desconstruindo os rótulos que efetivaram as construções sociais, homem no trabalho e mulher relegada aos cuidados da família.

Apesar de ser vista como objeto social do regime patriarcal, a mulher afrodescendente é sinal de resistência, quer seja nas lutas vividas, como na opressão sofrida, suas reivindicações estão presentes na contemporaneidade fragmentada das experiências que vivem. Mazarro (2011) observou que o apoio da mulher na horta orgânica era “sensível”, contudo, quando se tratava de um manejo que espreitasse mais delicadeza, a orientação nacional aos participantes dos projetos a Produção Agroecológica Integrada e Sustentável-PAIS era de que a mulher teria que ser responsável por pelo menos uma atividade na manutenção da horta, posto isso, percebeu-se que, pouco a pouco, as mulher afrodescendente deixou de passar despercebida, se transformando em agente social e protagonista do seu enredo.

No artigo científico “Atividades agrícolas vivenciadas na Comunidade Quilombola Chácara Buriti em Campo Grande-MS”, de 2011, dos autores Flávia Bertoni Mazarro, Maria Augusta de Castilho e Christian Luiz da Silva, é possível verificar a importância da figura da mulher quilombola como um pilar econômico para os ajustes financeiros das famílias. Por muito tempo, a olaria foi fonte de subsistência das famílias quilombolas, “essa olaria representou o sustento para a comunidade, onde trabalhavam os homens, as mulheres e até mesmo as crianças” (MAZARRO *et al.*, 2011, p. 150).

A produção de tijolos nas olarias foi de suma importância para o sustento dessas famílias quilombolas, com tal força, que esse atributo aparece num outro artigo científico, “A comunidade quilombola Chácara Buriti, MS: memórias sentidas e vividas na busca do desenvolvimento sustentável”, de 2012, das autoras Eva Maria Martins Terra e Arlinda Cantero Dorsa, e expressa a influência do trabalho da mulher quilombola nas olarias também, bem como, sua dedicação aos cuidados da casa e família.

As citadas autoras reforçam a questão econômica das famílias quilombolas e o papel feminino nas empreitadas laborais, os ajustes que muitas necessitaram efetuar para a dupla jornada sem se eximir dos papéis de mãe, dona de casa, cuidadora e entre outros. Acrescentam ainda, a necessidade de mão-de-obra nas olarias era uma realidade local e colaborou para a

inserção da mulher afrodescendente quilombola no mercado de trabalho (TERRA; DORSA, 2012).

As reivindicações interpretadas nesse contexto simbolizam, não só da luta e resistência, mas integram-se capacidades e as potencialidades das mulheres afrodescendentes, a partir de suas experiências e por meio das trocas dentro e fora do seu habitat local, elas buscam se afirmar nos espaços e tempos.

A dissertação intitulada “Empoderamento e potencialidades para desenvolvimento local na tradicional comunidade negra São João Batista de Campo Grande, MS”, defendida em 2010 por Monica Cristina Adams Matos da Silva, colabora no entendimento da importância das bases relacionais e nas práticas culturais do território que constituem a comunidade, não tão somente no uso e ocupação do espaço concreto, também no lugar que representa os conflitos e negociações, e reconhece que o processo educacional é fundamental para as crianças e jovens terem melhores oportunidades. A verdade é que na medida que se implantam conhecimento e ações sobre lutas e resistências na formação escolar, há um reconhecimento da importância em se assumir o lugar nos espaços de decisões, situação que converge no empoderamento.

Ainda conforme as observações da referida autora, quanto maior a idade do indivíduo, mas difícil as condições para estudar em função da necessidade de trabalhar, percepção que se estende ao ensino superior, em que apenas duas mulheres haviam conseguido concluir o curso superior e outras duas mulheres estavam com o curso em andamento, na época da investigação. Segundo a autora, a maioria das mulheres da comunidade desempenhavam atividades diversificadas, como funcionárias públicas, empregadas domésticas, donas de casas, e ainda haviam aquelas que se dedicavam ao trabalho na Associação Familiar da Comunidade Negra de São João Batista-AFCN e/ou produziam e comercializavam artesanato contribuindo para a renda familiar (SILVA, 2010).

Todavia, o pensamento de que a mulher não foi feita para política, para assumir posições de lideranças e gestoras se esbarra num dado notável da pesquisa, com a presença e participação feminina nas posições em liderança nas comunidades. Os escritos trazem que a presidência da AFCN era ocupada por Rosana Claudia Anunciação, sua representante legal, a secretaria geral por Eva Madalena Anunciação e a 1ª secretaria por Margareth Aparecida Anunciação. Um outro ponto da pesquisa, que demonstra a preocupação com as vozes das mulheres afrodescendentes, está contido nos Anexos, no Roteiro básico para entrevistas com pesquisadores, onde a autora refere-se no item “16. Voltando a Comunidade São João Batista, sobre o papel da mulher nessa comunidade o que pode dizer?” (SILVA, 2010, p. 188).

Outro estudo semelhante, no tocante desafio de aclarar a existência das iniciativas participativas das mulheres afrodescendentes e descortinar as entrelinhas das produções científicas que guardam as narrativas das Comunidades Remanescentes Quilombolas de Campo Grande-MS, é a dissertação “Etnomatemática dos Remanescentes da Comunidade Quilombola Urbana Tia Eva”, defendida em 2011 por Eder Pereira Neves. Sua pesquisa se baseou em trazer evidências de fatos históricos da comunidade, ressaltando os costumes e sua correlação com a aplicação das inúmeras possibilidades matemáticas detectadas no intervalo transferencial da área rural para a urbana, e teve como uma de suas finalidades perceber uma prática que a comunidade realizasse em grupo, desta forma, destacou-se o projeto social em que as mulheres desenvolveram uma espécie de cooperativa, “nas diversas atividades que a Associação realiza, destacamos o caso do grupo de costureiras Sobrinhas de Eva” (NEVES, 2011, p. 10).

Segundo Neves (2011), muitas mulheres da comunidade mantinham a tradição de fazerem pequenos artesanatos e doces para vender, mas com o tempo isso foi se perdendo, e no intuito de preservar a cultura e incentivar a presença das mães mais próximas de seu lar, surgiu o curso de corte e costura para moradores da comunidade, uma iniciativa da Associação dos Descendentes de Tia Eva que também se estendeu para bairros vizinhos e trouxe um novo entusiasmo para as mulheres da comunidade. A matemática contribui para uma forma de organização e estruturação na gestão desse empreendimento, constituindo-se em economia solidária.

A comunidade já se enquadra no ritmo de uma vida contemporânea, em que as mulheres não se restringem apenas a função de cuidado do lar e da prole, a quinta geração dos descendentes de Tia Eva, que ainda permanecem na comunidade, se reestruturam no movimento socioeconômico e se dedicam ao trabalho dentro e fora do espaço doméstico, contribuindo, cada vez mais, com a renda familiar.

A economia solidária nasce juntamente com o sentimento de sororidade entre elas, o anseio pela busca de um emprego, autonomia financeira e a possibilidade de ajudar nas despesas da casa e ainda poder ficar mais próximo dos filhos foi motivador para o ingresso e permanência delas no curso de corte e costura. Para Neves (2011), a empatia dessas mulheres transparece o total compromisso no processo de produção e desenvolvimento do empreendimento, ferramentas imprescindíveis para a organização financeira e a autonomia.

Igualmente, o citado autor realça o trabalho da mulher afrodescendente desenvolvido na comunidade quilombola no artigo científico “Etnomatemática em foco: as peculiaridades da matemática dos remanescentes da comunidade quilombola Tia Eva”, publicado em 2013. Neves

(2013, p. 11) relata a autonomia que as mulheres da comunidade Tia Eva adquiriram após se organizarem em uma cooperativa, com objetivos bem definidos. A implantação do empreendimento solidário trouxe “uma mudança na vida dessas mulheres, pois, além de ser, para muitas, seu primeiro emprego, também deu a chance para aquelas que estavam fora do mercado de trabalho se capacitarem e ficarem perto dos seus lares”.

A dissertação intitulada “Comunidade Tia Eva: Bairro de Negros, herança de fé”, defendida em 2019, por Myleide de Souza Menezes de Oliveira, traz no seu contexto a figura da mulher que descende de raízes africanas e foi clã da formação dessa rede de irmandade. A autora reconta as atribuições de Eva Maria de Jesus para a formação do Quilombo Remanescente da Comunidade São Benedito-Tia Eva e descreve o comportamento das mulheres na comunidade desde a instalação delas na região onde Tia Eva se fixou, e nas amarras de produção do campo com outras atividades manufaturadas, artesanatos e fabricação de reder. As mulheres se dividiam, algumas se destinando regiões centrais das vilas acompanhadas de suas crianças na comercialização das mercadorias, “para vender os doces e outros produtos feitos e colhidos (hortaliças, mandiocas...) na Comunidade, enquanto outras trabalhavam como lavadeiras, cozinheiras e empregadas doméstica” (OLIVEIRA M., 2019, p. 32).

De acordo com a autora, dois fatores foram determinantes na busca por parceiros e pequenos investidores na rede de comércio dos produtos advindos da comunidade, a iniciativa das mulheres e o próprio fato de serem pertencentes a comunidade, as “[...]Sobrinhas de Eva demonstram muita motivação e buscam por meio de cursos de empreendedorismo sair da informalidade”. Isso valida o esforço das mulheres afrodescendentes em saírem do processo de invisibilidade social (OLIVEIRA M., 2019, p. 94).

A dissertação “Territorialidade da comunidade rural quilombola chácara do Buriti e potencialidades do desenvolvimento local”, de Eva Maria Martins Terra, defendida em 2011, registrou a forma de trabalho na formação da olaria dentro da comunidade, “no início da olaria, a comunidade era formada por poucas famílias, as mulheres participavam das atividades de produção de tijolos e cultivo de hortas e roças, além de cuidar dos filhos pequenos e da casa”. A mulher afrodescendente sempre esteve envolvida amplamente para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, e para melhora de rentabilidade financeira dentro de seu seio familiar (TERRA, 2011, p. 62).

A tese sob o título “Políticas de ação afirmativa: implicações na trajetória acadêmica e profissional de afro-brasileiros/as cotistas egressos/as da UEMS (2007-2014)”, defendida por Ana Luisa Cordeiro, em 2017, traz na construção de seu texto considerações que recaem sobre

as mulheres. A autora defende uma política que atende às especificidades da questão racial, a fim de combater os juízos de discriminações e opressões que a mulher sofre nos diversos grupos étnico-raciais e classes que passam, pois, segundo sua análise, “esse olhar é importante inclusive para observar a trajetória acadêmica e profissional de afro-brasileiras, aquilo que ser ergue como barreira” (CORDEIRO, 2017, p. 21).

De acordo com o ponto de vista da autora, as mulheres afro-brasileiras encontram fortes barreiras para converterem suas qualificações em vantagens no mercado de trabalho, quer seja na renda, quer seja na ocupação de espaços de poder ou de status, de modo exposto, o transcurso destes prejuízos impactam a qualidade de vida das afro-brasileiras, e “ocorrem tanto no acesso à educação superior, como no mercado de trabalho, espaços em que diferentes desigualdades e discriminações se articulam em suas interseccionalidades” (CORDEIRO, 2017, p. 161).

Como se vê, mesmo não sendo a mulher afrodescendente, propriamente, o objeto dos estudos científicos coletados, ela é protagonista em construções e práticas sociais das Comunidades Remanescentes Quilombolas de Campo Grande, se envolvendo por completo, tecendo a história do povo negro, se pondo frente aos conflitos e conquistas.

O protagonismo social é o propulsor no processo de desenvolvimento local, a participação social define tomadas de decisões que atinge as facetas de desenvolvimento da comunidade, “o local gera capital social quando gera autoconfiança nos indivíduos de uma localidade, para que superem suas dificuldades” (GOHN, 2004, p. 24).

A construção do protagonismo social se condensa nas forças emancipatórias da comunidade, capazes de produzirem mudanças e transformações sociais que fomenta o desenvolvimento no território local, prezando a cultura e a diversidade local para manterem os laços de pertencimento e a identidade sociocultural e política. “É no plano local, especialmente num dado território, que se concentram as energias e forças sociais da comunidade, constituindo o poder local daquela região” (GOHN, 2004, p. 24).

O desenvolvimento no território local é o reflexo do protagonismo dos atores locais, do contexto em que está presente, “pode ser considerado como conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais - vistas sob ótica intersetorial e trans-escalar - que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local” (MILANI, 2004, p. 96). É fruto da articulação dos protagonistas sociais engajados na formulação de estratégias de melhoramento que intensificam o potencial corrente e futuro do território.

O desenvolvimento no território local é congruente com as inovações tecnológicas e as mudanças institucionais decorrentes, com o interesse de aprimorar a capacidade e interação dos atores locais.

5 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES AFRODESCENDENTES QUILOMBOLAS

Este último capítulo tem como foco investigar a contribuição do Programa de Bolsa Famílias na satisfação de necessidades básicas das mulheres afrodescendentes quilombolas, sendo tal satisfação a condição humana que resguarda a liberdade, a autonomia e a integridade da saúde física e mental do ser humano, devendo alcançar a todos, sem distinção, nos seus mais variados ambientes: social, político, econômico ou cultural.

A otimização das necessidades básicas da população e a erradicação da pobreza, como demandas essenciais ao desenvolvimento das sociedades, procuram medidas eficazes para aniquilarem ou ao menos mitigarem essa condição de malefícios, as quais se fazem presentes em todos os países do mundo.

O desencadeamento do desequilíbrio social vem sendo ocasionado pela elevada taxa de desemprego e a baixa escolaridade, juntamente com a crescente massa populacional que vive na extrema pobreza. Segundo dados do IBGE (2018), as mulheres negras estão entre os mais vulneráveis, ocupando a base da pirâmide socioeconômica, e as mulheres afrodescendentes quilombolas, objeto desse estudo, integram esse contingente, uma vez que não se tem um Censo dos Quilombolas que as identifiquem.

5.1 Considerações sobre o Programa Bolsa Família

No Brasil, os indicadores sociais foram condicionantes para a criação de políticas de assistência com criação de Programas de Transferência de Renda para o combate à pobreza. Desta forma, a pauta das políticas públicas passou a avaliar a família como ponto central dos programas sociais, no intento de promover a autonomia, principalmente, daqueles em condição mais vulneráveis.

Essa sistematização da Política Pública Nacional de Transferência de Renda, com ações voltadas para redistribuição dos benefícios, surgiu num momento de crise econômica do Brasil e de redemocratização. De acordo com Ferreira (2012) na década de 1980, sucederam-se debates em torno das políticas sociais de combate e superação da pobreza, mas foi na década de 1990 que os Programas de Transferência de Renda, para as famílias mais pobres, foram efetivamente implantados no país.

Em 1995, programas como o Bolsa Família foram, preliminarmente, implantados como projeto piloto e envolveu o Distrito Federal, o município de Campinas e, posteriormente, a cidade de Ribeirão Preto. No decorrer dos anos de 2001 a 2003, novos programas federais semelhantes surgiram, “o Bolsa Escola Nacional, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, vinculados a quatro ministérios diferentes (Educação, Saúde, Minas e Energia, Segurança Alimentar e Combate à Fome, respectivamente)” (SOUZA *et al.*, 2019, p. 10). Menciona Campello (2014), que foi necessário se consubstanciarem os programas setoriais de renda existentes a fim de reconhecer o Cadastro Único para Programas Sociais-CadÚnico, na concepção de um plano federativo para o seu comando, estabelecendo as disposições e assegurando a oferta e o alcance dos serviços.

A coexistência desses quatro programas gerou complexidade e ineficiência, com vários registros administrativos e regras de elegibilidade, o que prejudicava inclusive a focalização dos benefícios. A criação do PBF, em outubro de 2003, promoveu a unificação administrativa e consolidou o Cadastro Único, criado em 2001, como principal fonte de dados sobre a população de baixa renda (SOUZA *et al.*, 2019, p. 10).

Em 2004, com a finalidade de unificação dos Programas de Transferência de Renda existentes nas esferas: municipal, estadual e federal, e a incansável tentativa de minorar as contundentes desigualdades sociais, sobreveio o regulamentado Programa Bolsa Família-PBF, definido como “uma política de transferência de renda direta que se propõe reduzir a pobreza a curto e a longo prazo na tentativa de melhorar a perspectiva de vida de inúmeras famílias que se veem assoladas pelo infortúnio da miséria” (MACHADO, 2017, p. 164).

Deste modo, com a premissa de mitigação dos prejuízos associados e as próximas necessidades básicas, viabilizando o acesso dos mais vulneráveis aos serviços essenciais do Governo Federal, resultou o PBF, sob a exigência aos beneficiários assistidos pelo Programa, seus dependentes (crianças, adolescentes e jovens) frequentem o ensino formal, regularmente.

O Programa Bolsa Família foi gerido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS em parceria com estados e municípios, com a finalidade de promover a inclusão social “das famílias premidas pela miséria, com alívio imediato de sua situação, e estimular avanços em sua educação e saúde para interromper o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza” (CAMPELLO, 2014, p.13). Após a posse do Presidente Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019, sua gestão foi conduzida para o Ministério da Cidadania-MCidadania.

O Bolsa Família é um programa da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania-SENARC, composto por três núcleos basilares: abrandamento imediato da pobreza pelo complemento de renda; acesso a direitos sociais como proveito do capital humano

intergeracional; e o acoplamento com as demais políticas sociais que visa impulsionar o desenvolvimento das famílias menos favorecidas (MCidadania, 2015).

Conforme Bartholo (2016) a seleção das famílias decorre da inscrição no Cadastro Único do Governo Federal, no qual ficam armazenadas informações socioeconômicas, principalmente, das famílias que apresentam renda mensal per capita de até ½ salário mínimo. Por intermédio das informações contidas no sistema de Cadastro Único há, mensalmente, uma seleção automática do sistema que elege as famílias que devem ingressar e identifica aquelas que devem se desligar, por não se enquadrar mais nas especificações do programa.

De acordo com a Lei 10.836/2004, a legitimidade dá preferência as mulheres serem titulares do Programa Bolsa Família⁵, sendo elas, portanto as maiores detentoras do benefício. Apesar do Bolsa Família expressar as concepções de gênero, “o Programa não se caracteriza de *per si* como uma política governamental concebida ou voltada para as mulheres” (COSTA, 2008, p. 3).

Em verdade, as mulheres que adquirem independência financeira têm mais liberdade na tomada de decisões no que diz respeito a sua família e o emprego do dinheiro, e se sentem mais confiantes e confortáveis nas implicações que recaem sob as relações familiares. O ingresso das mulheres no Bolsa Família, bem como em outros programas sociais com viés de complemento de renda, opera como oportunidade para que elas adquirem autonomia (COSTA, 2008; BRITO; COSTA, 2015).

Sob a ótica administrativa, a opção pela titularidade preferencial feminina remonta à definição já utilizada nos programas de transferência de renda anteriores ao Bolsa Família e por ele unificados no ano de 2003. Sob a ótica conceitual, essa escolha ratifica a perspectiva de que a transferência monetária direta à mulher reforça sua utilização em prol de toda a família (BARTHOLO, 2016, p. 1).

As condicionalidades são expostas conforme perfil de seus componentes, e envolvem duas grandes áreas: saúde e educação. Na condicionalidade que se relaciona saúde, tem-se uma particularidade do gênero feminino, no qual as gestantes devem atender o cumprimento da exigência em realizar o pré-natal, e quanto à educação, o cumprimento refere-se à regular frequência dos filhos no ensino formal. Conforme o apontamento de Bartholo *et al.* (2017, p. 7) “nutrizes devem fazer o acompanhamento de saúde da mãe e do bebê, e crianças de até 6 anos devem cumprir o calendário de vacinação. Na educação, pessoas de até 15 anos devem frequentar 85% das aulas, e aquelas entre 16 e 17 anos, 75% do calendário letivo”.

⁵ O Executivo Federal e Legislativo, em setembro de 2020, discutem a possibilidade de mudança e/ou criação de novo Programa a ser implantado futuramente.

O arranjo que traz a figura da mulher em conexão ao Programa Bolsa Família, por um lado, vislumbra o empoderamento da mulher, por outro, evidencia críticas que apresentam o Estado como responsável implícito pelas afirmações que remetem a mulher aos cuidados do privado, fixando as mães no zelo dos filhos, na esfera familiar e educacional.

Alguns autores defendem a corrente que reforça a ideologia do patriarcado na construção dos programas de transferência de renda, ao fortalecerem a matricialidade familiar (COSTA, 2008; CARLOTO; MARIANO, 2010; SANTOS, 2015). As críticas feministas aos programas de transferência de renda frisam que a velada intenção do Estado pela titularidade feminina não decorre, somente, do alcance monetário a elas estendido, mas na predileção que as direciona na responsabilidade da manutenção da família, contemplado pela responsabilidade das obrigações familiares, fortalecendo o pensamento patriarcal na divisão sexista das tarefas no mundo privado e público (BARTHOLO, 2016).

Por outro lado, há autores que compreendem o Bolsa Família como via de empoderamento da mulher, principalmente, das mulheres afrodescendentes que vivem sob as condições de pobreza e extrema pobreza, experienciando conjunturas reputadas não só no recorte de gênero, como na dualidade cor/raça. Peixoto (2010) cita o próprio Estado reconhecendo o protagonismo da mulher, quando a legitima como beneficiária preferencial.

Brito e Costa (2015) num estudo que avalia o papel feminino e a segurança alimentar em virtude do Programa Bolsa Família destacam que as mulheres em benefício do programa administram melhor a renda e garantem o acesso a alimentação adequada, isto porque, quando as mulheres estão em condição de vulnerabilidade social, a insegurança alimentar pode intensificar suas fragilidades e favorecerem a intensificação do quadro de desnutrição familiar, de modo a interferir no processo de empoderamento feminino, desconstituindo-o e implicando na liberdade dela gerir sua vida e suas habilidades.

As avaliações comumente feitas sobre os resultados na vida das mulheres a partir da inserção nos programas de transferência de renda têm enfatizado a conquista da auto-estima, o exercício de cidadania, tendo como indicador a titularidade de um cartão de banco que possibilita um maior poder para mulher, no uso e aplicação dos recursos recebidos. Mulheres que nem sequer tinham documentos, passam a ter um cartão de banco (CARLOTO; MARIANO, 2010, p. 2).

Considerando-se a perspectiva da dimensão social, o Programa tem demonstrado alcançar a população mais carente de recursos, desmistificando, assim, que as críticas que relatam a acomodação dos pobres, a falta de esforço para buscar emprego e a concepção de mais filhos como estratégia para garantia do provimento por maior período, não encontram respaldo empírico.

Segundo Campello (2014) muitos mitos foram criados em torno do Programa, na sua elaboração, justamente por ele compor um plano de abrangência nacional e de transferência monetária direta para as pessoas tidas como mais pobres. As alegações propagam o difícil controle da correta destinação do recurso, do incentivo ao aumento da prole e da acomodação dos beneficiários no Programa, no entanto, defende a autora, houve robustecimento do Programa como política de Estado, que atende à proteção social dos milhares de brasileiros, tendo em sua maioria como titulares, mulheres.

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE de 2015, analisando os 10 anos de implantação do Programa, período de 2003 a 2013. O número de filhos de até 14 anos reduziu-se em 10,7%, e 20% as famílias mais pobres do país, o decrescimento foi ainda mais expressivo, de 15,7%.

Sobre o impacto no mercado de trabalho, no que tange aos beneficiários de transferência de renda se acomodarem ou a oferta de trabalho sofrer redução para o público beneficiado, não se apresentam resultados robustos sobre o tema. O que se observou foi uma diminuição do trabalho infantil, visto que umas das condicionantes do Programa está em a criança frequentar a escola, sob risco da titular ser excluída, revelando-se a eficácia deste quesito, pois, os “programas de transferência de renda foram eficazes em reduzir a oferta de trabalho das crianças, reduzindo também o número de crianças que não estudam e não trabalham” (OLIVEIRA; SOARES, 2012, p. 28).

As transferências diminuem a operosidade dos trabalhadores? É bem possível que elas tenham o efeito contrário à medida que conferem aos trabalhadores pobres recursos que lhes permitem ultrapassar certas barreiras de entrada em segmentos mais vantajosos do mercado de trabalho [...]. Imagine-se um trabalhador autônomo, um vendedor ambulante. Uma barreira para que esse vendedor expanda seus negócios e envolva neles outros membros de sua família é o acesso a capital de giro para compor estoques. Se a família desse vendedor recebe as transferências, o dinheiro pode ter um efeito similar ao da abertura de uma linha de microcrédito — sem, evidentemente, os aspectos relacionados à necessidade de repagamento (MEDEIROS *et al.*, 2007, p. 15).

Em estudos realizados por Oliveira e Soares (2012), percebeu-se que o PBF não impactou, de modo expressivo, a oferta de mão-de-obra dos beneficiários no mercado de trabalho, apenas as mulheres, mães beneficiárias, representam uma leve redução na procura por emprego. Elas passam a trabalhar menos para se dedicarem aos cuidados dos filhos e tarefas domésticas por questões culturais, segundo os autores.

Medeiros *et al.* (2007, p. 16) indica que os dados exibem que o “ciclo da preguiça” estimulado pelas transferências de renda não passam de um engano, e que a redução da taxa de

participação no mercado de trabalho é evidenciada quando comparadas a indivíduos em semelhantes circunstâncias, ou seja, “aquelas pessoas do último décimo da distribuição e que possuem renda na categoria de outros rendimentos da Pnad”.

Estudo realizado por Barbosa e Corseuil (2014), com o objetivo de investigar o impacto das transferências de renda do PBF na oferta de trabalho entre os setores informal e formal, ante a análise dos beneficiários de se inclinarem na busca pelo emprego informal, concluiu que não se exibiu uma correlação dos beneficiários do Programa com a escolha pelo trabalho formal ou informal.

O Programa Bolsa Família se mostra sólido e fulcral para a política social brasileira, combatendo a miséria e outras formas de privação do seio familiar. Bartholo (2016) relatou mudança no comportamento das mulheres com aquisição do benefício, sendo que as titulares passaram a ter uma outra percepção de si, com maior exposição de suas vozes contra relacionamentos conjugais abusivos ou indesejados, legitimando um maior alcance de liberdade, com mais autonomia nas suas escolhas e acesso aos espaços públicos.

De fato, quando do incremento do Programa Bolsa Família não se tinha como dimensionar o demasiado impacto na aceleração de regiões desalentadas, o Programa surpreendeu pelos aspectos positivos que apresentou, operando continuamente na manutenção da qualidade de vida dos menos favorecidos com expressiva estabilidade e descortinando o grau de empoderamento das mulheres, possuidoras de 93% dos cartões, segundo Campello (2014).

O alicerçamento do PBF ocorreu “em um patamar incontornável, como política de Estado e um dos elementos centrais da proteção social brasileira” (CAMPELLO, 2014, p. 13). Sua atuação com o auxílio na redistribuição dos bens, acessos e serviços públicos, dá possibilidade de uma vida menos miserável a inúmeras famílias, e se converte num sistema de amparo e conservação das Comunidades Remanescentes Quilombolas, trazendo alívio para seus dependentes.

A nova política nacional para as mulheres negras se enquadra no enfrentamento e superação da pobreza, buscando promover “autonomia econômica e social das mulheres, considerada a partir da perspectiva de conciliação entre trabalho produtivo, trabalho para os cuidados e vida pessoal” (IPEA, 2012, p. 369). Ocorre que, as políticas públicas para serem minimamente satisfatórias, precisam propiciar espaços de discussão de gênero, viabilizando a formulação de projetos e a implementação, com concretude, na transversalidade de gênero

O desafio da criação de políticas públicas voltadas à inserção de temas relacionados à igualdade de gêneros e à situação das mulheres afrodescendentes quilombolas se mostra cada vez mais necessário, uma vez que, o poder patriarcal, a violência de gênero e as políticas de desenvolvimento e enfrentamento, assim como a condição de pobreza dessas mulheres, estão interligados com uma construção social reveladoras de discriminação e falta de inclusão social.

5.2 Mulheres afrodescendentes quilombolas e o Programa Bolsa Família

Ampliando-se os debates que incorporam a mulher afrodescendente e a inserção delas em políticas públicas para mulheres, estes se assentam na superação dos cuidados voltados para o âmbito doméstico e familiar em benefício de sua autonomia e no desenvolvimento de suas capacidades (IPEA, 2012, p. 398). É importante considerar que esta não é uma pesquisa de gênero, mas a partir de análise estatísticas que envolvem a questão relacional de gêneros nos processos de desenvolvimento, demonstra-se o descaminho na construção da igualdade, expondo-se indicadores sociais que validam a situação de vulnerabilidade da mulher afrodescendente quilombola.

A seleção para o Bolsa Família é efetivada de acordo com as informações registradas pelo município, no Cadastro Único do Governo Federal. Segundo o MDSA (2019), o Ministério do Desenvolvimento Social utiliza os dados cadastrais para a seleção das famílias beneficiadas para receberem o benefício, esse processo ocorre de forma automatizada, e o cadastramento não implica a entrada imediata dessas famílias no Programa e recebimento do benefício.

Os valores que as famílias recebem variam conforme a situação de renda, assim como pelas características sociais e demográficas de cada família. O valor recebido pelas famílias depende, por exemplo, se há crianças e adolescentes, gestantes ou nutrizes, entre outras condicionantes, critérios adotados pelo Programa (MDSA, 2019).

No mês de julho de 2020, o Brasil tinha 190.288 mil famílias inscritas no Cadastro Único⁶, correspondendo a 558.205 mil pessoas quilombolas. Destas, 189.599 mil famílias quilombolas cadastradas recebem PBF, o que perfaz um total de 556.904 mil quilombolas como beneficiárias. Quando, na base de dados do cadastro, se insere o filtro feminino, o número de

⁶ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda. Disponível em: <<http://www.sedes.df.gov.br/cadastro-unico>>.

inscritas no Cadastro Único é de 163.912, ou seja, perfazendo um total de 291.559 mil pessoas quilombolas.

A demanda de famílias quilombolas pelo auxílio prestado no Programa Bolsa Família, no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS em Campo Grande, demonstrou que elas não se encontram agrupadas dentro das Comunidades Remanescentes Quilombolas, mas se dispersam por outras localidades, de acordo com o relatório de cadastramento obtido em 2020.

O CRAS efetua o cadastramento das pessoas que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social e estão em busca de proteção social, por intermédio dos programas de transferência de renda, no propósito de obterem assistência e promoção à qualidade de vida. Para abster que a gestão municipal realize um cadastro ambíguo dos usuários, na perspectiva de aumentar o número de beneficiários, é especificado uma estimativa do número de famílias que vivem em condições de miséria por intermédio de pesquisas nos indicadores sociais como Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio-PNAD realizadas pelo Instituto de Geografia e Estatística-IBGE.

Quadro 4-Famílias quilombolas cadastradas no CRAS/CREAS em Campo Grande-MS

Localidade	Sim	Não	Total
ASSENTAMENTO	1	0	1
ASSENTAMENTO QUILOMBOLA BURITI	1	0	1
BAIRRO SEMINARIO	1	0	1
BOM RETIRO	1	0	1
BOSQUE DA ESPERANÇA	1	0	1
CIDADE MORENA	1	0	1
COMUNIDADE QUILOMBOLA	1	0	1
COMUNIDADE TIA EVA	1	0	1
COOPAVILA	1	0	1
COOPHAVILA 2	1	0	1
CORONEL ANTONINO	1	0	1
CORONEL ANTONIO	1	0	1
CRUZEIRO	1	0	1
DOM ANTONIO BARBOSA	2	0	2
FURNAS DE DIONISIO	1	0	1
GUANANDI II	1	0	1
GUANANY	1	0	1
JARDIM AEROPORTO	1	0	1
JARDIM CAMPO NOBRE	1	0	1
JARDIM CANGURU	2	0	2
JARDIM COLIBRI	1	0	1
JARDIM INAPOLIS	3	0	3

JARDIM NEBLON	1	0	1
JARDIM NOROESTE	4	0	4
JARDIM SÃO CONRADO	1	0	1
JARDIM SEMINARIO	19	0	19
LOS ANGELES	2	0	2
LOTEAMENTO RANCHO ALEGRE	1	0	1
NOROESTE	1	0	1
NOSSA SENHORA DA GRAÇAS	1	0	1
NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	1	0	1
NOVA CAMPO GRANDE	1	0	1
NOVA LIMA	2	0	2
PARQUE DO LAGEADO	1	0	1
POPULAR	1	0	1
PORTAL CAIOBA	1	0	1
PORTAL DA LAGOA	1	0	1
QUILOBO	1	0	1
QUILOBOLA	1	0	1
RITA VIEIRA	1	0	1
RURAL	28	0	28
SANTA LUZIA	1	0	1
SANTA MONICA	1	0	1
SÃO BENEDITO	4	0	4
SÃO FRANCISCO	3	0	3
SEMINARIO	2	0	2
VIDA NOVA 2	1	0	1
VILA FERNANDA	1	0	1
VILA MARLI	3	0	3
VILA NASSER	3	0	3
VILA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	2	0	2
VILA PIRATININGA	2	0	2
VILA SÃO BENEDITO	1	0	1

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, Cead 2.0, março de 2020.

Desta forma, o perfil sociodemográfico das mulheres afrodescendentes quilombolas em Campo Grande foi delineado a partir da plataforma *online* do Governo Federal de Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico-Cead 2.0 disponível no endereço <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/painel03.php>> sendo possível realizar a tabulação de dados, com utilização do TabCad, instrumento utilizado para tabular as informações do Cadastro Único. A ferramenta permitiu conhecer as características socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas no Cadastro Único (domicílio, faixa etária, trabalho, renda, entre outros) bem como saber quais famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família.

A contextualização do perfil das mulheres afrodescendentes quilombolas que residem em Campo Grande e região, engloba as duas comunidades quilombolas no perímetro urbano: Comunidade São João Batista e Comunidade São Benedito, e a comunidade quilombola localizada na área rural de Campo Grande, Comunidade Chácara Buriti. As análises revelaram características das mulheres afrodescendentes quilombolas beneficiadas pelo PBF.

Considerando que a análise das bases de organização social do povo brasileiro é conduzida a partir das atividades econômicas e dos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, tendo como pilar a reprodução das desigualdades sociais que contemplam: nível de renda, escolaridade e faixa etária (IBGE, 2019). Dentre as variáveis descritas e analisadas para este estudo, destacam-se: condição cadastral, recebimento bolsa família, renda *per capita*, renda mensal, função principal, trabalho remunerado nos últimos 12 meses, cor ou raça, faixa etária, grau de instrução, curso mais elevado que a pessoa frequentou.

A seguir, são expressos nos principais gráficos as respectivas descrições e análises:

Gráfico 2-Condição cadastral da família

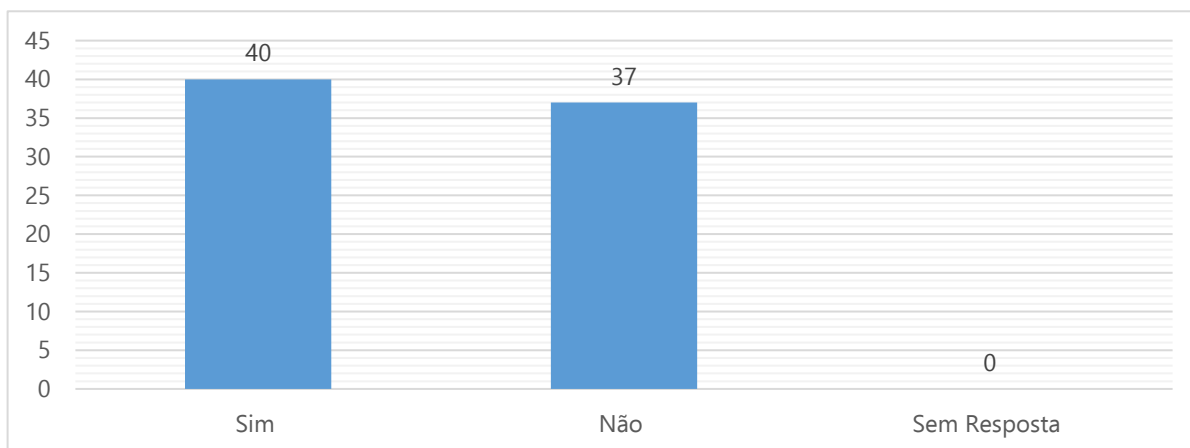


Das 119 famílias quilombolas cadastradas no CRAS, 77 famílias são chefiadas por mulheres (Gráfico 2), de acordo com a tabulação (por pessoa). Esses dados demonstram o empenho das mulheres afrodescendentes quilombolas em busca de recursos em prol de suas necessidades e, corroboram com a preferência do PBF por titulares e beneficiárias mulheres. Segundo Brito e Costa (2015), o Brasil apresenta uma relação de sexo quanto à segurança alimentar e demais condições sociais, na comparação entre domicílios chefiados por homens e mulheres, a insegurança alimentar aumenta quando o titular dos benefícios sociais são homens. Logo, as mulheres beneficiadas pelos programas sociais, demonstram um maior comprometimento com as condicionalidades dos programas, e a titularidade dos benefícios possibilita uma maior autonomia delas.

O PBF acolhe a fração da população brasileira mais vulnerável, sobretudo famílias com crianças e jovens em seu arranjo familiar, com o objetivo de subsidiar o bem-estar familiar e promover o desenvolvimento da autonomia feminina no âmbito doméstico e no seu grupo de convivência. Segundo MDSA (2019, p. 6) “88,5% das famílias beneficiárias do PBF têm a mulher como responsável familiar, sendo este percentual maior entre os estados da região Centro-Oeste”.

As classes sociais mais pobres são as que apresentam os maiores índices de mulheres chefes de família, em sua maioria, formadas por famílias monoparentais (BRITO; COSTA, 2015). Esses arranjos domésticos são tendenciais para uma maior habilidade na tomada de decisão por essas mulheres, justamente por serem a única responsável pela família.

Gráfico 3-Recebimento Bolsa Família

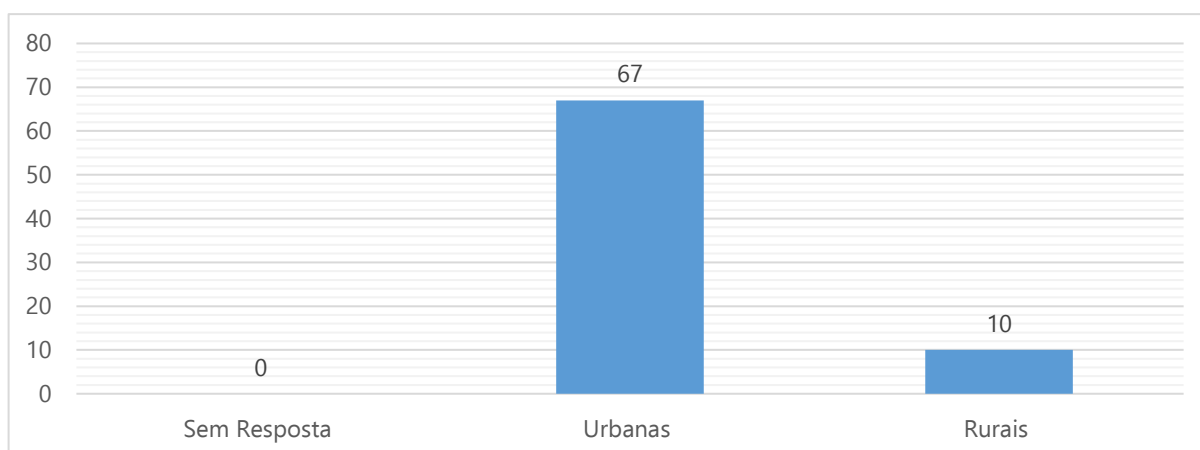


O CRAS/CREAS apresenta 77 famílias quilombolas cadastradas chefiadas por mulheres, sendo que 40 delas recebem o bolsa família (Gráfico 3). Esses números indicam uma predominância (pequena) para aquelas recebem bolsa família. De acordo com IBGE (2018, p. 1) “há maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social nas populações de cor ou raça preta, parda e indígena, como demonstram diferentes indicadores sociais”.

No entanto, das 37 famílias que não recebem o bolsa família, sobram questionamentos que ficaram obscuros. Não sendo possível afirmar se as condições socioeconômicas são favoráveis para essas mulheres afrodescendentes quilombolas que não integram o programa ou se não foram contempladas por não atenderem as condicionalidades que o programa exige.

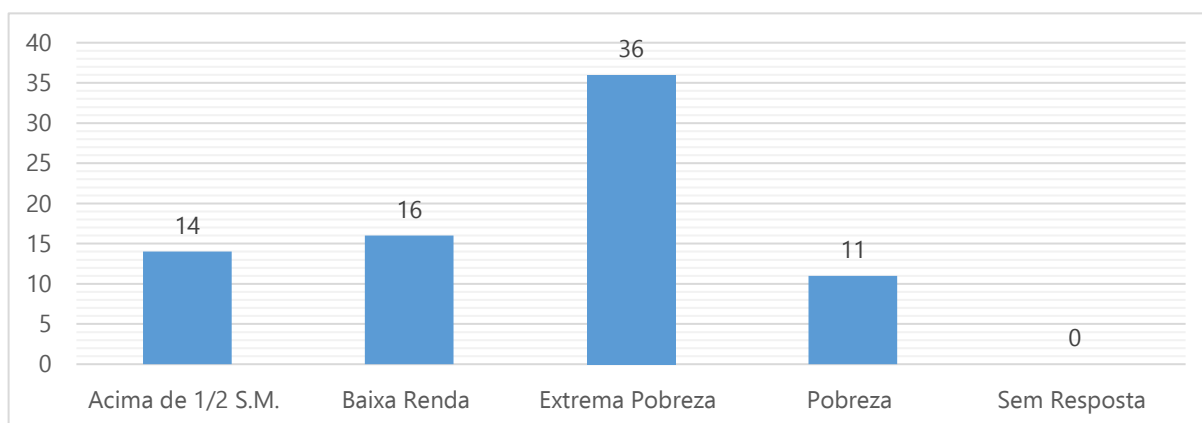
Significativo demonstrar, o percentual de famílias prioritárias é maior nas regiões Norte e Centro-Oeste, com 4,9% e 4,5% do total de famílias beneficiárias, e as famílias quilombolas representam 30,4% do total de famílias beneficiárias consideradas prioritárias, seguidas das indígenas (27,9%) (MDSA, 2019).

Gráfico 4-Situação do domicílio



Das 77 famílias quilombolas, em que as mulheres são as titulares cadastradas no PBF em Campo Grande-MS, a situação de domicílio (Gráfico 4) prevalente é no perímetro urbano, composto por 67 famílias, restando apenas 10 famílias na zona rural. De acordo com o Guia de Cadastramento de Família Quilombolas (MDS, 2013) esse predomínio se deve em razão do crescimento da cidade que passou a incorporar lugarejos na zona urbana.

Importante lembrar, que este estudo investiga o município da cidade de Campo Grande-MS abrangendo duas comunidades remanescentes quilombolas no perímetro urbano e somente uma comunidade remanescente quilombola na zona rural, fato que certamente contribuiu pelo número maior de famílias na zona urbana.

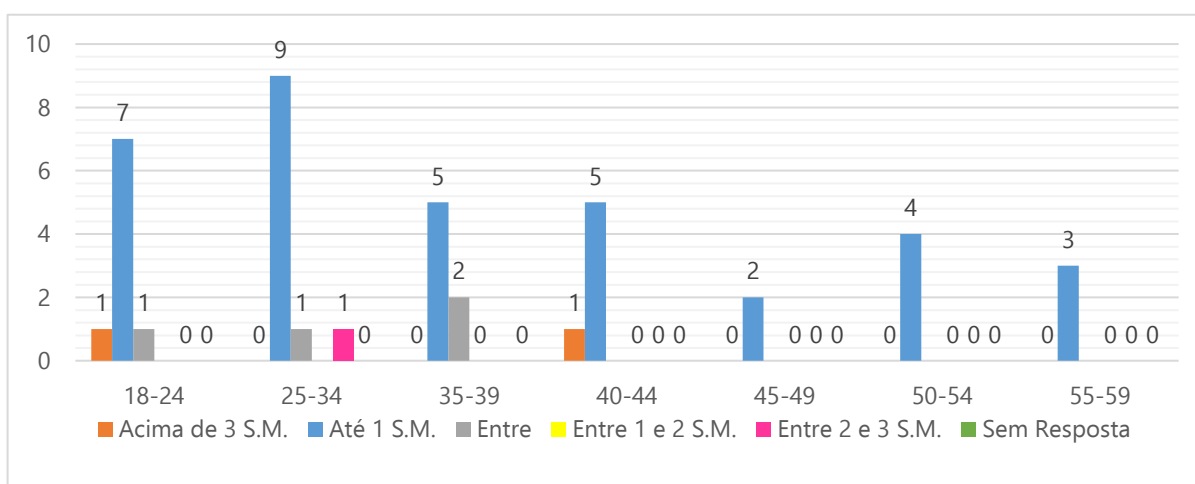
Gráfico 5-Faixa de renda *per capita*

Na faixa de renda per capita (Gráfico 5), a condição de extrema pobreza é predominante entre as titulares e beneficiárias do PBF, e sinaliza a dificuldade dessas mulheres em despertar o empoderamento, a falta de recurso financeiro é uma barreira para se ganhar autonomia. Uma outra inferência é que a vulnerabilidade expõe a falta de condições básicas.

As famílias extremamente pobres, em julho de 2019, obtinham uma renda por pessoa de até R\$ 89,00 e nas famílias pobres, a renda por pessoa compreendia entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00, segundo o MDSA (2019). Analisando-se a distribuição de renda das famílias evidencia-se uma concentração maior nas famílias extremamente pobres, realidade do programa numa visão mais generalizada, na qual a “renda das famílias cadastradas aponta grande focalização nas famílias extremamente pobres, que compõem atualmente 47% do Cadastro Único, ou seja, 13,4 milhões de famílias brasileiras” (MDSA, 2019, p. 28).

Ao longo dos 15 anos da existência do PBF, os direitos sociais de milhões de brasileiros têm sido assegurados pelo programa, com enfrentamento da pobreza, as desigualdades e situações de vulnerabilidade social (MDSA, 2019). Os programas de transferência de renda fomentam a economia familiar e local, e dá mais autonomia as mulheres titulares e beneficiárias do programa.

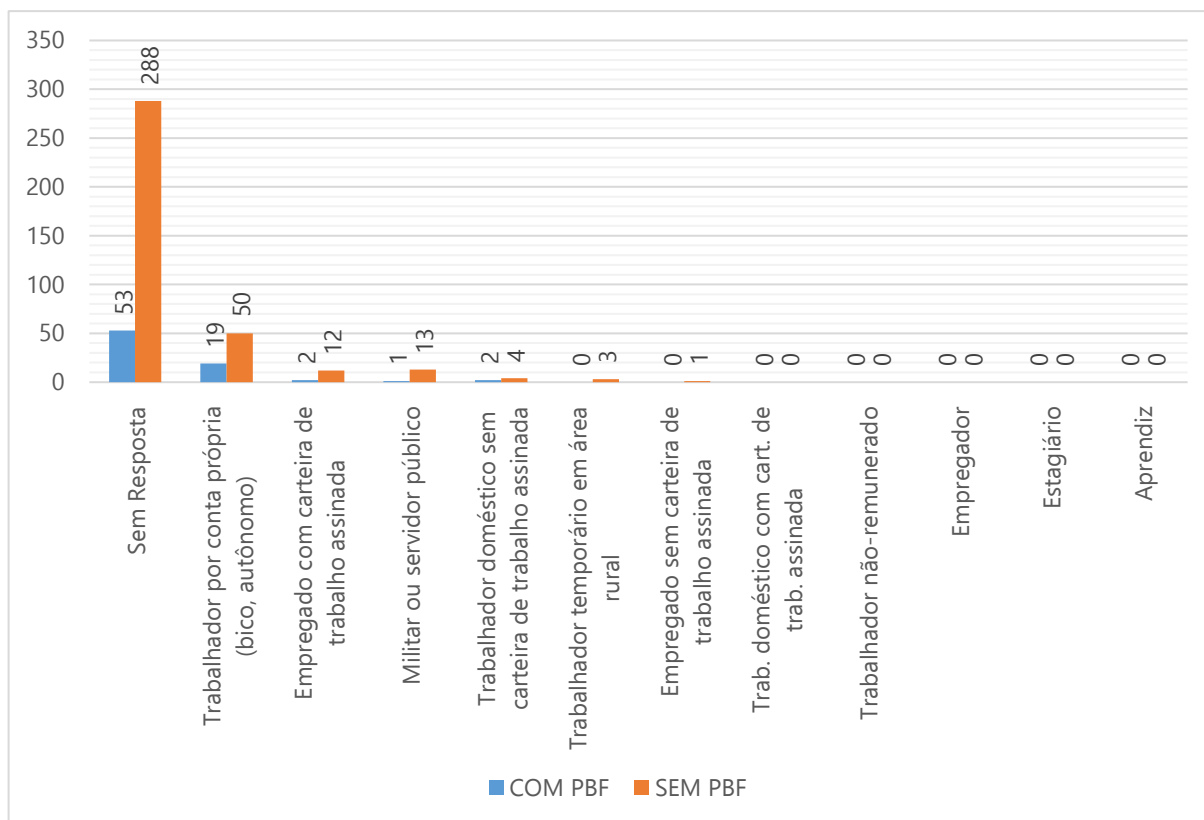
Gráfico 6-Faixa de renda



As mulheres afrodescendentes quilombolas revelam uma situação econômica desfavorável (Gráfico 6), visto que apenas duas famílias, chefiadas por mulheres, registram ter rendimentos acima de 03 (três) salários mínimos. A maioria das chefes de famílias quilombolas mulheres apresentam rendimentos até 01 (um) salário mínimo.

Importante apontar, as faixas etárias mais jovens com maiores rendimentos também são as que apresentam o maior número de beneficiadas do PBF, o que denota a importância da transferência de renda para proporcionar uma vida mais digna a essas mulheres. Segundo o Boletim da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (MDSA, 2019, p. 6) “as características relacionadas ao ciclo de vida e ao modo de inserção no mercado de trabalho levam a uma maior concentração da pobreza nas faixas etárias mais jovens do PBF”.

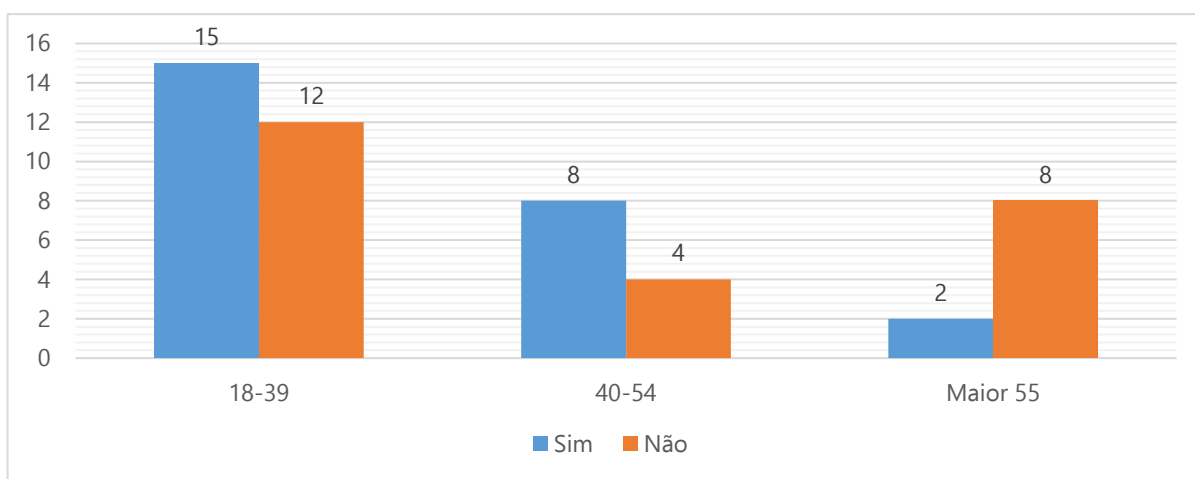
Gráfico 7-Função principal



Das beneficiárias do PBF apresentadas segundo a posição ocupacional (Gráfico 7), dezenove (19) mulheres declaram trabalharem por conta própria, como autônomas ou fazendo “bico”. O número de trabalhadoras com carteira assinada é muito baixo, sendo que servidora pública ou militar é o menor quantitativo. Esses dados sinalizam que as mulheres negras são as detentoras das posições mais precárias do mercado de trabalho, acumulando os piores indicadores sociais do Brasil.

Conforme o IBGE (2019) houve uma interrupção do crescimento da participação dos empregados com vínculo formal de trabalho no ano de 2018, com uma reversão de 47,4%. No entanto, a proporção da população ocupada sem carteira de trabalho e a de trabalhadores por conta própria (autônomos), tem registrado aumento contínuo desde 2015, em que partiu de 22,8% (2015) para 25,4% (2018).

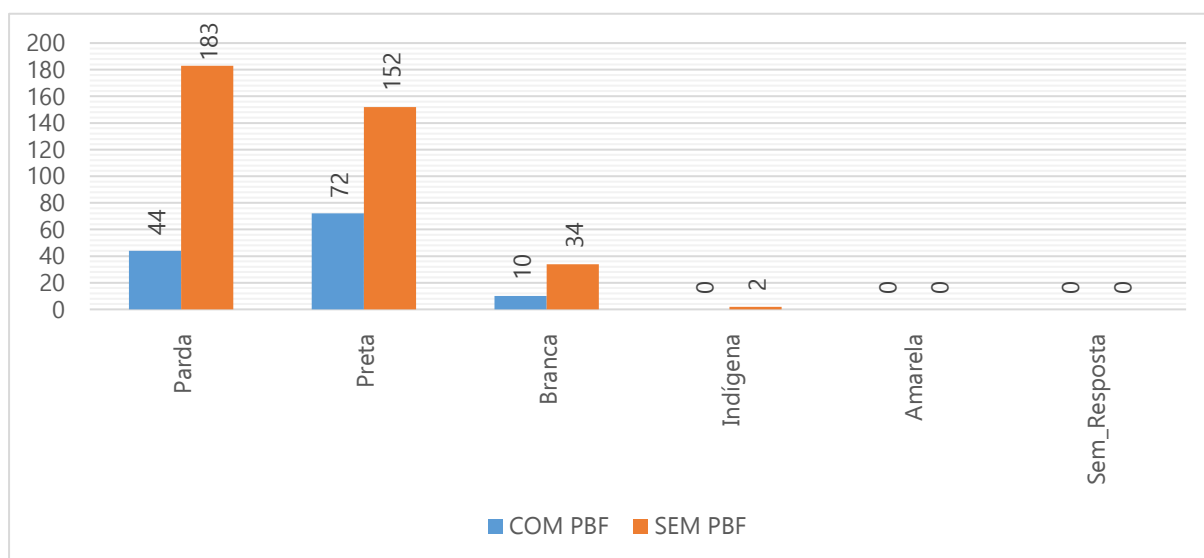
Gráfico 8-Trabalho remunerado nos últimos 12 meses



Em relação ao trabalho remunerado dos últimos 12 meses (Gráfico 8), considerou-se a faixa etária, sendo que a porcentagem maior corresponde as mulheres que apresentam a idade de dezoito a trinta e nove anos.

O número de mulheres que declararam não exercer trabalho remunerado nos últimos 12 meses ainda é quase o equivalente as que declararam trabalho remunerado em igual período, fato que pode estar associado aquelas famílias que tem a figura da mãe dedicada integralmente nos cuidados dos filhos e da casa. Isto porque, as mulheres que são mães, principalmente aquelas com crianças de colo, apresentam dificuldade para encontrar abrigo para suas crianças enquanto trabalham, “o acesso a creches para crianças de até 3 anos, de suma importância para o engajamento produtivo feminino” (BARTHOLO *et al.*, 2019, p. 12).

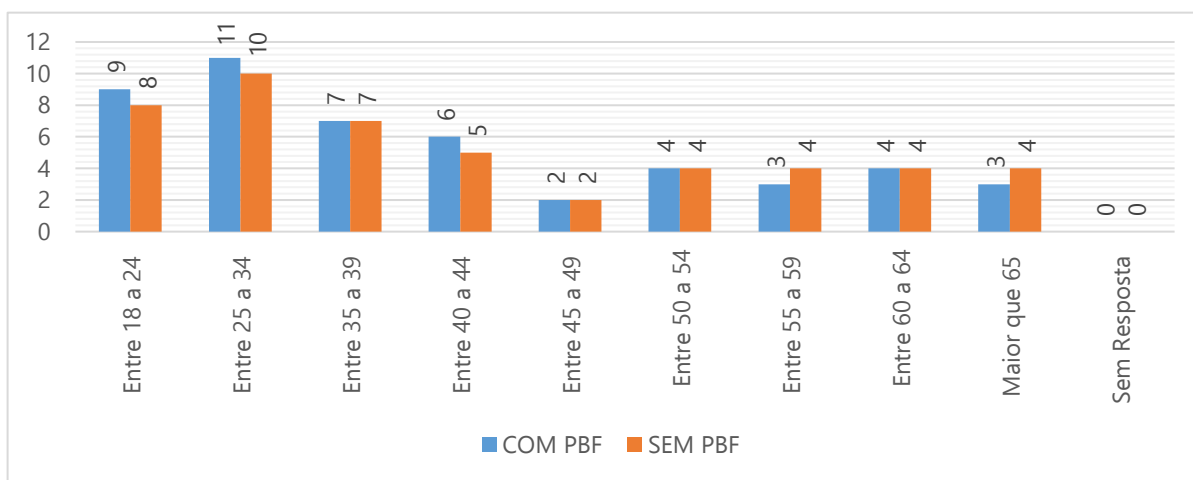
Gráfico 9-Cor ou raça



Segundo o levantamento do IBGE (2018) 75% são da população pobre do país são pretos ou pardos. A maioria das titulares declaram-se pretas (Gráfico 9), apesar de que o número de declaração de pardas também ser elevado, mesmo sendo, as beneficiárias, remanescentes de quilombolas.

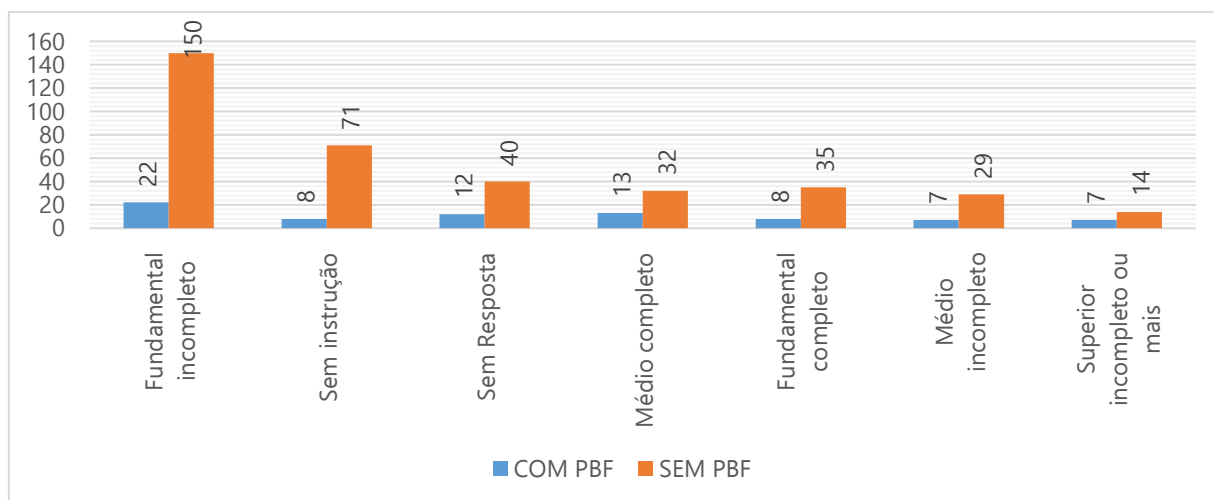
Fica evidente a necessidade de fortalecer o compromisso em priorizar a formulação e execução de mecanismos que reduzam as disparidades e promovam a equidade, principalmente, em preservação da memória coletiva que travou incontáveis lutas no campo étnico-social.

Gráfico 10-Faixa Etária



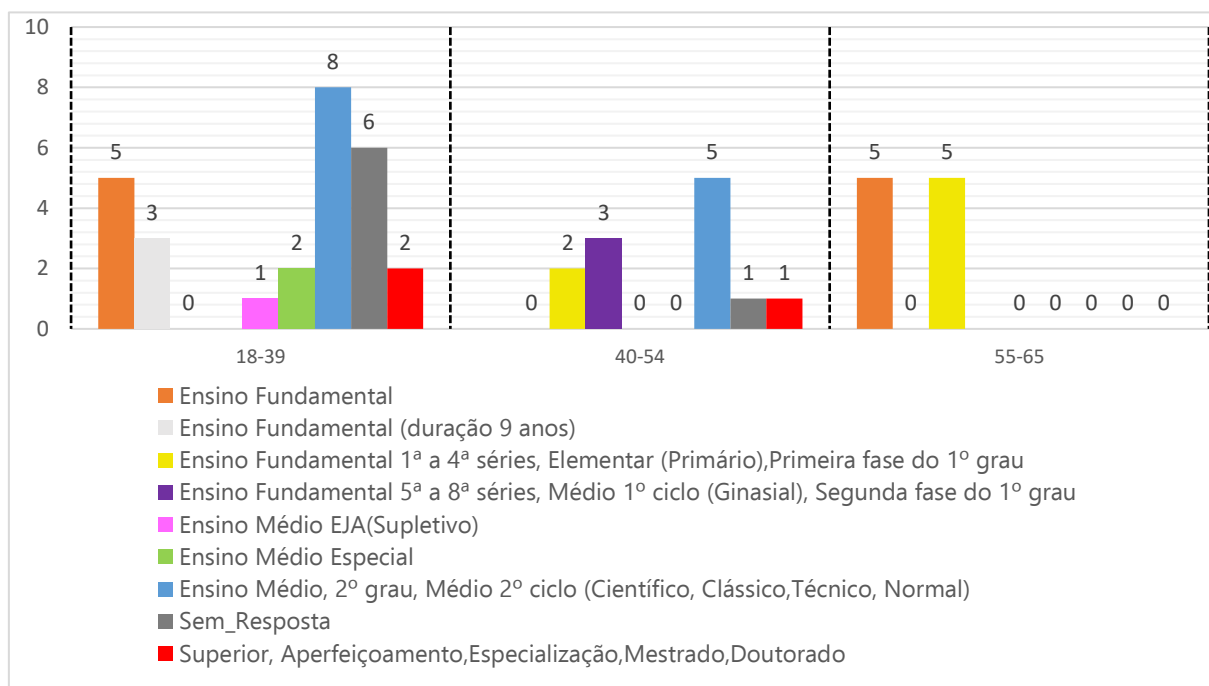
No que se refere à idade das entrevistadas (Gráfico 10) beneficiárias do PBF, entre dezoito a trinta e quatro anos são a maioria (23,03%) e as com quarenta cinco a quarenta nove anos de idade, correspondem a 2,70%. Sendo assim, ficou evidente que as idosas são minoria, fato esse que pode ser justificado pelo recebimento de outros benefícios, como: pensão por morte do marido aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez e entre outras.

Gráfico 11-Grau de instrução



A maioria das beneficiárias, em relação ao grau de instrução (Gráfico 11), apresentam fundamental incompleto. Em relação ao ensino médio, o número de concluintes é maior do que não concluintes desta etapa de ensino. O ensino superior representa quantidade menor, equiparando-se ao ensino médio incompleto. Segundo o IBGE (2019, p. 30) “nível de instrução é uma das características que contribuem para diferenças na inserção na força de trabalho. Quanto mais elevado o nível de instrução, maior a taxa de participação”.

Gráfico 12-Curso mais elevado que a titular frequentou, por faixa etária



No que se refere à escolaridade das titulares, considerando as faixas etárias, (Gráfico 12), o ensino fundamental completo com conclusão em nove anos aparece só na faixa etária entre dezoito e vinte e quatro anos de idade, a faixa etária de vinte e cinco a trinta e quatro anos também apresentam índices de conclusão do ensino fundamental, mas possivelmente com reprovações ou interrupções temporárias, donde se pode constatar que elas conseguiram concluir o ensino fundamental em tempo superior a nove anos.

As que possuem escolaridade formal até a 4ª série do nível fundamental, se encontram na faixa etária de quarenta a sessenta e cinco anos. Conquanto, o ensino médio é o que apresenta maiores índices, sendo prevalente entre dezoito a vinte e quatro anos de idade, seguido pela faixa etária de quarenta a cinquenta e quatro anos.

Conclui-se que existe sim um aumento de responsabilidade para as titulares do PBF face das condicionalidades do programa, contudo isso parece ser necessário para que os critérios sejam cumpridos. O problema é que essas condicionalidades não incluem um plano de ação

efetivo para a oferta de serviços públicos, influenciando diretamente no cotidiano dessas mulheres e no direito de proteção à criança e ao adolescente (CARLOTO *et al.*, 2010).

As políticas de proteção social e as redes de relações sociais organizacionais são fundamentais para o reenraizamento social das mulheres, associadas à promoção de acesso e políticas públicas, as quais viabilizam a conquista de autonomia e de cidadania dessas mulheres afrodescendentes socialmente vulnerabilizadas pelas responsabilidades imputadas pelo Estado e sociedade que o alimenta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões suscitadas por esta investigação provocam a compreensão da importância em se discutir o protagonismo social das mulheres afrodescendentes quilombolas de Campo Grande-MS, incorporado a ideia do desenvolvimento pessoal, da família e em prol da comunidade, com assimilação dos aprendizados e das práticas sociais em diferentes espaços e com diversas vivências.

Nos últimos anos, houve incremento das discussões que pautam sobre os direitos e a proteção das mulheres negras, sendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos na Agenda 2015 e agenda 2030 da ONU, fundamentais para esse processo, contribuindo para construção de uma maior visibilidade das comunidades afrodescendentes e dos grupos étnicos, e das lutas desses povos em prol de territórios e respeito ao seu modo organizacional.

No entanto, as mulheres afrodescendentes quilombolas ainda carecem de representatividade nas esferas políticas, econômicas e sociais, pois, fazem parte da dura realidade dos grupos sociais mais vulneráveis no país. Estão elas entre as maiores vítimas do inescrupuloso preconceito e discriminação que recaem sobre sua raça, etnia, gênero e classe.

A corporificação das convicções patriarcais de que o direito deveria concernir em favor dos homens, cooperou para compor falsas ideias e moldar diferentes preconceitos contra a mulher. Pensamento presente em produção científica produzida no período de 2010 a 2020 (março), analisada nesta investigação, na qual o protagonismo da mulher afrodescendente quilombola não figura como temática central, mas transversal.

As análises das produções científicas revelam a importância de se desnudar as mulheres afrodescendentes quilombolas e ressignificar uma história construída com pensamentos eivados por princípios e ações moldados na cultura patriarcal. A maior parte dos trabalhos se reportam ao contexto histórico-cultural desse povo tradicional, abordando suas manifestações culturais e a construção identitária, somadas às diversas ações de luta e resistência cultural, aspectos que cimentaram o imaginário social erigido sobre esses sujeitos, e relevante à preservação desse povo tradicional.

As mulheres afrodescendentes quilombolas ajudaram a tecer a sociedade campo-grandense, desbravando por espaços de reconhecimento, em busca de subsistência e melhores oportunidades, seja com a lida no campo, nas ruas vendendo produtos ou nos lares das famílias

campo-grandenses como cozinheiras, lavadeiras, domésticas e faxineiras. Os textos científicos analisados, quando trazem a figura da mulher quilombola, quase sempre elas são mantidas nas entrelinhas e não como objeto principal do estudo, apesar de estarem presentes na luta pelo território e no reconhecimento do sentimento de pertença, desde a chegada das primeiras famílias de ex-escravos quilombolas no território de Campo Grande-MS.

A partir dos quilombos, essas mulheres se constituíram nas práticas e experiências por meio de uma interação dialética social e cultural, seus sentimentos e sentidos foram sendo transformados no transcurso do tempo, conforme a complexidade vivida em cada período. A identidade de luta e resistência das mulheres afrodescendentes quilombolas traçam sua busca pela autonomia financeira e social, numa perspectiva de conciliar trabalho produtivo, trabalho para os cuidados da família e da vida pessoal.

Ao se priorizar pela mulher como titular beneficiária do Programa Bolsa Família, percebe-se que este se comporta como um influente mecanismo de autonomia e empoderamento desta, assim como, num maior engajamento dentro da família e da comunidade. Contudo, o Programa parece se inclinar a uma cultura que tem a mulher como representante do grupo familiar, no qual ela atua fortemente como mãe e cuidadora, atrelada aos papéis tradicionais e conservadores.

O PBF, se por um lado dá mais autonomia a mulher, principalmente em virtude do elemento financeiro, por outro, pode mantê-las com a obrigação em cumprir as condicionalidades exigidas pelo Programa sem oferta de serviços públicos para darem condição de serem inseridas no mercado de trabalho, como é o caso de muitas mães que não têm abrigo para seus filhos no período em que teriam que exercer suas atividades laborativas, motivo que cria empecilhos para ingressarem no mercado de trabalho.

Dar visibilidade às mulheres afrodescendentes quilombolas de Campo Grande-MS não demanda somente por políticas específicas e endereçadas a esse grupo, mas se faz essencialmente por ações que asseguram a diversidade e cultura desse povo, não só pelo preceito moral, mas pelo princípio da dignidade humana, inerente a todos os cidadãos, sem qualquer distinção de classe, etnia, raça, cor. Todavia, o reconhecimento e pertencimento dessas mulheres quilombolas não reside nas condições estabelecidas em leis, uma vez que são necessárias ao reconhecimento e respeito, reavivando o sentimento de pertencimento.

Olhar para essas mulheres é permitir-lhes o empoderamento, oportunizar representatividade e reconhecer a imprescindibilidade em se pensarem meios adequados no que

se refere à superação e eliminação da desvalorização da mulher afrodescendente quilombola. Preservando o simbólico do passado, mas não restringindo as novas possibilidades de serem protagonistas, de fazerem suas próprias escolhas e ressignificarem seu lugar na história.

Harmonizar e reforçar o potencial presente e futuro das referidas comunidades remanescentes quilombolas e de suas protagonistas concebe um maior envolvimento social no processo do desenvolvimento local e possibilita a tomada de decisões dentro do contexto em que vivem. O desenvolvimento local vai muito além dos recursos econômicos, inclui pensar questões referentes a parte das populações, que sofrem com as injustiças presentes em diferentes dimensões, principalmente, promovendo a interação e a participação da comunidade local.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador, BA: Centro de estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares. 2006, 320p. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/uma-historia-do-negro-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 24 de maio de 2020.
- ANJOS, Suelen Gonçalves dos. Cultura e Tradições negras no Mesquita: Um estudo da matrifocalidade numa comunidade remanescente de quilombo. Brasília: **PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos**, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pade/article/view/134>>. Acesso em 26 de maio de 2020.
- ANTUNES, Marta. O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In: ROMANO, Jorge Osvaldo; ANTUNES, Marta. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, p. 91-116, 2002. 116p. Disponível em: <<http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/empoderamento.pdf>>. Acesso em: 02 de maio de 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo, 2. ed., 2009, 287p. Disponível em: <https://www.academia.edu/36738440/Ricardo_Antunes_Os_sentidos_do_trabalho_Ensaio_sobre_a_afirma%C3%A7%C3%A3o_e_a_nega%C3%A7%C3%A3o_do_trabalho_2ed_>. Acesso em: 25 de março de 2020.
- ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: **SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo (orgs.). Raça: novas perspectivas antropológicas**. Salvador, BA: Associação Brasileira de Antropologia, EDUFBA, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8749/1/_RAC%CC%A7A_2ed_RI.pdf_.pdf>. Acesso em: 02 de setembro de 2020.
- BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – Uma discussão conceitual. Porto Alegre, RS: **Debates**, v. 6, n.1, p. 173-187, jan./abr. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722/0>>. Acesso em: 08 de abril de 2020.
- BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; CORSEUIL, Carlos Henrique L. **Bolsa família, escolha ocupacional e informalidade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão, n. 1948, abr. 2014, 38p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3026/1/TD_1948.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2020.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **A dominação masculina**. Fortaleza, CE: Revista de Ciências Sociais v. 30, n. 1/2, p. 178-181, 1999. Resenha de: BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, 60p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10082/1/1999_art_iafbarreira.pdf>. Acesso em: 08 de abril de 2020.
- BARTHOLO, Leticia. Bolsa Família e autonomia feminina: O que nos dizem os estudos qualitativos? Brasília, DF: **International Policy Center**, n. 57, nov. 2016.

BARTHOLO, Leticia; PASSOS, Luana; FONTOURA, Natália. **Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?** Rio de Janeiro: Ipea, Texto para discussão, n. 2331, 2017.

Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8051/1/td_2331.PDF>.

Acesso em: 01 de junho de 2020.

BELLO, Luciane. **Possibilidades de resiliência no estar-sendo negra: É preciso ter coragem pra ter na pele a cor da noite.** 2017. 229 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157543/001019633.pdf?sequence=1>>.

Acesso em: 03 de julho de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Dispõe sobre o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

BRASIL. **Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004.** Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004.** Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm>.

Acesso em: 08 de maio de 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm> Acesso em: 10 de maio de 2020.

BRASIL. Secretaria de Política para as Mulheres. **II Plano Nacional de Política para as Mulheres – II PNPM.** Brasília, DF: Presidência da República, 2008. 236p. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Glossário temático: Promoção da Saúde.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. 49p. Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_promocao_saude_1ed.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de Cadastramento de Famílias Quilombolas.** Brasília, DF: Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013. 136p. Disponível em:

<https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/_Guia_de_Cadastramento_de_Familias_Quilombolas.pdf>. Acesso em: 08 de agosto de 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família**, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 03 de junho de 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Senarc. **Boletim Bolsa Família e Cadastro Único**, Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, ano 4, n. 51, set 2019. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_senarc/2019/Boletim%20Senarc%20N%20%2051.pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2020.

BRITO, Jussara Gomes de; COSTA, Elenice Rosa. Titularidade feminina no programa bolsa família: Questões de gênero e segurança alimentar. Acre: **Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura**, v. 1, n. 3, 2015. Disponível em:

<<https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/185>>. Acesso em: 01 de junho de 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Coleção Memória e sociedade. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, 160p.

CAMILO, Jane Josefa da Silva; MOTTA, Ana Luiza Artiaga Rodrigues da. Quilombo e quilombola: dos verbetes aos deslocamentos de sentidos. Campinas, SP: **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n 41, jan/jun, 2018, p. 45-70. Disponível em:

<<http://www.revistalinguas.com/edicao41/artigo3.pdf>>. Acesso em: 02 de set de 2020.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Sumário executivo/ organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. Brasília: Ipea, p. 13-14, 2014. 87p. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/505843/RESPOSTA_PEDIDO_LivroProgramaBolsaFamiliaumadecadadeinclusao.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2020.

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em:

<<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em 12 de março de 2020.

CARLOTO, Cassia Maria.; MARIANO, Silvana Aparecida. As mulheres nos programas de transferência de renda: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero. In: 13º CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE MUNDIAL DE RENDA BÁSICA-BIEN. **Anais...** São Paulo: Basic Income Earth Network-Bien, 2010. Disponível em:

<<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/cassiacarlotoAsmulheresnosprogramasdetransferenciaderenda.pdf>>. Acesso em: 01 de junho de 2020.

CARLOTO, Cassia Maria.; MARIANO, Silvana Aparecida. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no programa bolsa família. Porto Alegre, RS: **Textos & Contextos**, v. 11, n. 2, p. 258-272, ago/dez, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. São Paulo: **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, set./dez. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>>. Acesso em: 08 de junho de 2020.

CASIMIRO, Lucas Kenzo Shimabukuro; BOGO, Danielle; MIYAGUSKU, Luciana, GUIMARÃES, Rita de Cássia Avellaneda; BORTOLOTO, Ieda Maria. Relato de ação de extensão na comunidade quilombola Chácara Buriti: A importância das boas práticas de fabricação. In: AGROECOL 2018; 11 a 14 de novembro de 2018, Campo Grande. **Anais...**, Campo Grande, MS: Cadernos de Agroecologia, v. 13 n. 2., dez. 2018. Disponível em: <<http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/2394>>. Acesso em: 08 de junho de 2020.

CORDEIRO, Ana Luisa Alves. **Políticas de ação afirmativa: Implicações na trajetória acadêmica e profissional de afro-brasileiros/as cotistas egressos/as da UEMS (2007-**

2014). 2017. 262p. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS. Disponível em: <<https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/22854-ana-luisa-cordeiro.pdf>>. Acesso em: 26 de março de 2020.

COSTA, Delaine Martins. **Considerações sobre o Programa Bolsa Família: Implicações para o empoderamento e a autonomia das mulheres.** IBASE/REDES/FINEP, 2008. Disponível em: <<https://ipcig.org/publication/mds/29P.pdf>>. Acesso em: 04 de junho de 2020.

CRUZ, Maria Helena Santana. Empoderamento das mulheres. Brasília, DF: **Inclusão Social**, v. 11, n. 2, p. 101-114, jan./jun. 2018. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/download/4248/3732>>. Acesso em: 12 de março de 2020.

CRUZ-SILVA, Sthefany Caroline Bezerra da. **Histórico e uso da biodiversidade na comunidade negra rural quilombola Chácara do Buriti, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.** 2016. 159p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, Universidade Anhanguera-Uniderp, Campo Grande, MS. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2017/Mencoes-Honrosas/Ciencias-Ambientais-Sthefany-Caroline-Bezerra-da-Cruz-Silva.PDF>>. Acesso em: 24 de março de 2020.

CRUZ-SILVA, Sthefany Caroline Bezerra da; DOMINGOS, Maiara; MATIAS, Rosemary; DAHER, Alessandra Ferreira Beker; GARCIA, Joelma dos Santos. Uso de plantas para fins terapêuticos por escolares da comunidade negra rural quilombola Chácara Buriti, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. In: VII Encontro Regional de Ensino de Biologia RJ/ES: Tecendo laços docentes entre Ciência e culturas. **Anais...** Niterói, Rio de Janeiro: MGSC Editora, 1. ed., 2015. 1154p. Disponível em: <http://regional2.sbenbio.com.br/publicacoes/anais_VII_erebio.pdf>. Acesso em: 26 de março de 2020.

DAHIA, Sandra Leal de Melo. A mediação do riso na expressão e consolidação do racismo no Brasil. Brasília: **Sociedade e Estado**, v. 23, n. 3, p. 697-720, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/se/v23n3/a07v23n3.pdf>>. Acesso em: 06 de agosto de 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Trad. Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 244p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf>. Acesso em: 28 de abril de 2020.

DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres do Brasil.** São Paulo: Contexto, 7. ed., 2004. Disponível em: <<https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priore-histc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 25 de março de 2020.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo.** Texto para discussão, n. 1369. Brasília: IPEA, 2009. 47p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1369.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2020.

FERREIRA, Valdeci da Silva. **O impacto do Programa Bolsa Família na vida das mulheres de Santiago do Iguape: Comunidade quilombola da cidade de Cachoeira-BA.**

2012. 86p. Monografia (Bacharel em Serviço Social) - Curso de Graduação do Curso de Serviço Social Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, BA. Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/servicosocial/tccs/category/4-tcc2012-1?download=50:valdeci-da-silva-ferreira&start=20>>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

FIABANI, Adelmir. O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo: verdades e construções. **In: XXIV Simpósio Nacional de História**. São Leopoldo: Oikos, p. 1-10, 2007. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Adelmir%20Fiabani.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

FIABANI, Adelmir. **Os novos quilombos: Luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1998-2008)**. 2008. 275p. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/FABIANI-%20Adelmir.%20Os%20novos%20quilombos.pdf>>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013. 256p. Disponível em: <<https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitativo%20e%20qualitativo%20IFES/Bauman,%20Bourdieu,%20Elias/Livros%20de%20Metodologia/Flick%20-%20Introducao%20%C3%A0%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf>>. Acesso em: 15 de julho de 2020.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: O cotidiano do professor**. Trad. Adriana Lopes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 116p. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/medo_ousadia.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2020.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Comunidade de Tia Eva é reconhecida como comunidade quilombola**. 2008. Disponível em: <<http://www.palmars.gov.br/?p=2530>>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

GARCIA, Hageyza Rosa. **O docente afro-brasileiro na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Memórias escolares**. 2010. 120p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOUTORADO-EDUCACAO/HAGRAYZS%20ROSA%20GARCIA.pdf>>. Acesso em: 26 de março de 2020.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. São Paulo: **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio/ago 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf>>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Campinas, SP: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/lc3a9lia-gonzales-carlos-hasensalg-lugar-de-negro1.pdf>>. Acesso em: 05 de junho de 2020.

GOOGLE ACADÊMICO. 2004. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/?hl=pt>>. Acesso em 12 de março de 2020.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). Trad. Celina Cardim Cavalcante. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6. ed., 1997.

IANNI, Octavio. Dialético das relações sociais. São Paulo: **Revista Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, jan./abr. 2004. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a03v1850.pdf>>. Acesso em: 06 de agosto de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios. Resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em: 29 de março de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2018**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2018, 151p. Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 39. Disponível em:
<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em: 25 de março de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2019**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a, 130p. Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 40. Disponível em:
<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>. Acesso em: 25 de março de 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas Sociais: Acompanhamento e análise. Brasília: **Ipea**, n. 20, 2012. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_20_completo.pdf>. Acesso em: 04 de junho de 2020.

ISP. Inter Press Service. **A mulher é fundamental para se alcançar o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: ISP agência de notícias, maio 2012. Disponível em:
<<http://www.ipsnoticias.net/portuguese/2012/05/america-latina/a-mulher-fundamental-para-se-alcanar-o-desenvolvimento-sustentvel/>>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

KLEBA, Maria Elizabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. São Paulo: **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. 4, p. 733-743, out./dez. 2009. Disponível em:
<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000400016>. Acesso em: 20 de março de 2020.

LEÓN, Magdalena. **El empoderamiento en la teoría y la práctica del feminismo**. In: Poder y empoderamiento de las mujeres, compilado por Magdalena León. Bogotá: Tercer Mundo Editores, Universidad Nacional de Colombia, p. 75-95, 1997, 259p. Disponível em:
<<http://www.bdigital.unal.edu.co/53100/1/9586017354.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

LEÓN, Magdalena. Empoderamiento: Relaciones de las mujeres con el poder. Florianópolis, SC: **Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, 2000. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11935>>. Acesso em: 03 de abril de 2020.

LEÓN, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. México: **La Ventana**, v. 2, n.13, p. 94-106, 2001. Disponível em:

<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5202169>>. Acesso em: 03 de abril de 2020.

MACHADO, Fernanda Gomes. Programa Bolsa Família: Análise de sua aplicação no município de Itapirapuã-GO (2011/2014). Jussara, GO: Saber Eletrônico, ano 8, v. 1, n. 3, p. 163-177, out/dez 2017. Disponível em:

<<https://sabereletronico.emnuvens.com.br/saber/article/download/12/10>>. Acesso em: 18 de junho de 2020.

MACHADO, Myleide Meneses Oliveira; MACIEL, Josemar de Campos. Territorialidade e biografia: Ao redor de Tia Eva. Dourados, MS: **Fronteiras**, v. 19, n. 33, p. 147-169, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/6769/0>>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

MAGESTE, Gizelle de Souza; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. Empoderamento de Mulheres: uma proposta de análise para organizações. In: V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, 18 a 20 de junho, 2008. **Anais...** Belo Horizonte, MG: EnEO, 2008. Disponível em:

<<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEO548.pdf>>. Acesso em: 07 de abril de 2020.

MARQUES, Carlos Eduardo; GOMES, Lilian. A Constituição de 1988 e a resignificação dos quilombos contemporâneos: limites e potencialidades. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 81, 2013. p. 137-255. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n81/09.pdf>>. Acesso em 05 de ago de 2020.

MARQUES, Heitor Romero; MANFROI, José; CASTILHO, Maria Augusta; NOAL, Mirian Lange. **Metodologia da pesquisa e trabalho científico**. Campo Grande, MS: UCDB, 5. ed., 2017. 140p.

MARTINS, Clitia Helena Backx. **Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento**. 2003. 211p. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6190>>. Acesso em: 30 de março de 2020.

MAZARRO, Flávia Bertoni. **A tecnologia social de produção agroecológica integrada e sustentável - PAIS - na comunidade quilombola Chácara do Buriti - Campo Grande/MS**. 2011. 99p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS. Disponível em: <<https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8174-a-tecnologia-social-de-producao-agroecologica-integrada-e-sustentavel-pais-na-comunidade-quilombola-chacara-do-buriti-campo-grande-ms.pdf>>. Acesso em: 07 de abril de 2020.

MAZARRO, Flávia Bertoni; CASTILHO, Maria Augusta de; SILVA, Christian Luiz da. Atividades agrícolas vivenciadas na Comunidade Quilombola Chácara Buriti em Campo Grande-MS. Salvador, BA: **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano XIII, n. 24, p. 146-154, dez. 2011. Disponível em:

<<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1644>>. Acesso em: 12 de abril de 2020.

MEDEIROS, Marcelo; BRITO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. São Paulo: **Novos Estudos**, n. 79, p. 5-21, nov. 2007. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/pdf/nec/n79/01.pdf>>. Acesso em: 28 de maio de 2020.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: Lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). Salvador, BA: **Organizações & Sociedade**, v. 11, n. spe, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 28. ed., 2009. Disponível em: <<https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/MINAYO-M.-Cec%C3%ADlia-org.-Pesquisa-social-teoria-m%C3%A9todo-e-criatividade.pdf>>. Acesso em: 15 de julho de 2020.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro: Um estudo do movimento de mulheres negras do Rio de Janeiro e São Paulo**. 2007. 120p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Campinas, Campinas, SP: Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/278996/1/Moreira_NubiaRegina_M.pdf>. Acesso em: 14 de junho de 2020.

MOREIRA, Núbia Regina; EVANGELISTA, Nadila Jardim; SANTOS, João Paulo Lopes dos. A experiência feminina negra e suas interrogações à política e prática curriculares. Vitória da Conquista, BA: **Práxis Educacional**, v. 15, n. 32, p. 115-131, abr./jun. 2019. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/download/5046/3915/>>. Acesso em: 08 de junho de 2020.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.) **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidades de conflitos ao longo da história**. V. 1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: UNESP, 2008, 352p. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/B3835p/B3835p.pdf>>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

NEVES, Eder Pereira. **Etnomatemática dos remanescentes da comunidade quilombola urbana Tia Eva**. 2011. 121p. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Curso de Educação Matemática, Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo, MS. Disponível em: <<http://repositorio.pgsskroton.com/handle/123456789/3541>>. Acesso em: 28 de março de 2020.

NEVES, Eder Pereira. Etnomatemática em foco: as peculiaridades da matemática dos remanescentes da comunidade quilombola Tia Eva. In: **Anais... XI Encontro Nacional de Educação Matemática**. Curitiba, PR: 2013. Disponível em: <http://sbem.iuri0094.hospedagemdesites.ws/anais/XIENEM/pdf/2458_716_ID.pdf>. Acesso em: 28 de março de 2020.

OAKLEY, Peter; CLAYTON, Andrew. **Monitoramento e avaliação do Empoderamento (“empowerment”)**. Trad. Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo: Instituto Pólis, 2003. 96p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3421739/mod_folder/content/0/avaliacao_empoderamento.pdf?forcedownload=1>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

O'DWYER, Elaine Cantarino. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. Campina Grande: **Ariús**, v. 14, n. 1/2, jan/dez 2008, p. 9–16. Disponível em: <https://www.ch.ufcg.edu.br/sites/arius/01_revistas/v14n1-2/01_arius_v14_n1->. Acesso em: 02 de setembro de 2020.

OLIVEIRA, Luis Felipe Batista de; SOARES, Sergei Suarez Dilon. **O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho**. Rio de Janeiro: Ipea, Texto para discussão, n. 1738, maio 2012, 36p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1738.pdf>. Acesso em: 04 de junho de 2020.

OLIVEIRA, Katiane Vargens. **Aprendizagens em espaços não formais e o empoderamento feminino: Um estudo de caso em associação da região amazônica**. 2017. 121p. Dissertação

(Mestrado em Ensino) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, AM. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/2160/1/2018KatianeVargensdeOliveira.pdf>>. Acesso em: 16 de maio de 2020.

OLIVEIRA, Myleide de Souza Menezes de. **Comunidade Tia Eva: Bairro de negros e herança de fé**. 2019. 137p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Mestrado em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS. Disponível em: <<https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2019/11/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Myleide.pdf>>. Acesso em: 28 de março de 2020.

ONU. Organizações das nações Unidas. **Agenda 2030**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 12 de março de 2020.

ONU. Organização das nações Unidas Mulheres Brasil. **Planeta 50-50 em 2030**. 2016. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050/>>. Acesso em: 12 de março de 2020.

PAUK, Walter; OWENS, Ross J. Q. **How to Study in College**. Cornell University. Boston, New York: Houghton Mifflin Company 8. ed., 2005.

PEIXOTO, Socorro Leticia Fernandes. **Os significados do programa bolsa família na vida das mulheres: Um estudo na comunidade Morro da Vitória**. 2010. 193p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Curso de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE. Disponível em: <http://uece.br/ppgsociologia/dmdocuments/socorro_leticia%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 03 de junho de 2020.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 332p.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005. 520p.

PRESTES, Clélia Rosane dos Santos; PAIVA, Vera Silvia Facciolla. Abordagem psicossocial e saúde de mulheres negras: vulnerabilidades, direitos e resiliência. São Paulo: **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 673-688, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902016000300673&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 03 de junho de 2020.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barbosa. **Fiéis Descendentes: Redes-Irmandades na pós-abolição entre comunidades negras rurais sul-mato-grossenses**. 2010. 477p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/8488?mode=full>>. Acesso em: 23 de abril de 2020.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barbosa Plínio dos. Eva Maria de Jesus (tia Eva). Brasília, DF: **Anuário Antropológico**, v. 37, n. 1, p. 155-181, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6908>>. Acesso em: 23 de abril de 2020.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barbosa. Tia Eva: Trajetória de vida de uma ex-escrava doceira. Goiânia: **Habitus**, v. 11, n.1, p. 37-52, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2846>>. Acesso em: 27 de maio de 2020.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barbosa Plínio dos. Negros do Buriti: Memórias de uma comunidade negra rural sul-mato-grossense. Rio Grande do Sul: **Revista Brasileira**

de História & Ciências Sociais, v. 7, n. 13, jul. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhc/article/view/10585>>. Acesso em: 23 de abril de 2020.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barbosa Plínio dos. Comunidades negras sul-mato-grossenses, dos primórdios à contemporaneidade. **In: OLIVEIRA, Oswaldo Martins de (Org.). Direitos quilombolas e dever do Estado em 25 anos de Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia**, p. 93-108, 2016a. 352p. Disponível em: <http://www.aba.abant.org.br/administrator/product/files/85_0019032.pdf>. Acesso em: 28 de abril de 2020.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barbosa Plínio dos. A fábrica de escravos: a escravidão negra no sul de Mato Grosso (1718-188). Cuiába, MT: **Aceno**, v. 3, n. 6, p. 52-70, 2016b. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/4262>>. Acesso em: 03 de abril de 2020.

PORFÍRIO, Iago. A luta pela conservação e fortalecimento da identidade cultural nas comunidades indígena Marçal de Souza e Quilombola Tia Eva. **In: IX Semana das Ciências Sociais da UFMS**, p. 1-20, 2014. Disponível em: <<http://files.semana-das-ciencias-sociais-ufms.webnode.com/200000127-731c174196/GT1-Artigo-Iago%20Porfirio.pdf>>. Acesso em: 12 de abril de 2020.

RIBEIRO, Djamil. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. São Paulo: **Sur-Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>>. Acesso em: 05 de junho de 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **In: Série Estudos e Ensaios/Ciências Sociais**. Brasil: Flasco, jun. 2009. Disponível em: <http://flasco.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf>. Acesso em: 23 de março de 2020. Acesso em: 17 de abril de 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SANDERBERG, Cecília Maria Bacellar. Conceituando Empoderamento na Perspectiva Feminista. **In: SANTOS, Dayse Amâncio dos; CARDOSO, Maria Grazia Cribari; SCOTT, Parry. (Org.). Feminismo, diferenças e desigualdades nas políticas públicas e desenvolvimento: algumas leituras fundamentais**. 1. ed. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, v. 1, p. 47-60, 2017. 113p. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/documents/1016303/2003345/Feminismo%2C+Diferenc%C2%B8as+e+Desigualdades+nas+Poli%C2%B4ticas+Pu%C2%B4blicas+e+Desenvolvimento/3e1da161-b833-465e-8df5-6193b1e7efa2>>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

SANTOS, Laura Maria Rosa dos. **Política de Educação Superior e Ações Afirmativas: O Projeto Negraeva no Estado de Mato Grosso do Sul (2002 - 2004)**. 2015. 163p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS. Disponível em: <<https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/18005-laura-marcia-rosa-dos-santos.pdf>>. Acesso em: 26 de março de 2020.

SILVA, Monica Cristina Adams Matos da. **Empoderamento e potencialidades para desenvolvimento local na tradicional comunidade negra “São João Batista” de Campo Grande, MS**. 2010. 197p. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento local) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo

Grande, MS. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp139192.pdf>>. Acesso em: 26 de março de 2020.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano; SPINDLER. Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. Belo Horizonte: **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 323-334, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000200009&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 de março de 2020.

SOUZA, Grace Kelly Silva Sobral. Apontamento sobre as representações das mulheres negras: Luta e resistência. Maranhão: **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, p. 1007-1020, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/download/9831/5785>>. Acesso em: 05 de junho de 2020.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; OSORIO, Rafael Guerreiro; PAIVA, Luis Henrique; SOARES, Sergei. **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: Um balanço dos primeiros quinze anos**. Rio de Janeiro: Ipea, Textos para Discussão, n. 2.499, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2499.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

STROMQUIST, Nelly. La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. In: **Poder y empoderamiento de las mujeres, compilado por Magdalena León. Bogotá: Tercer Mundo Editores, Universidad Nacional de Colombia**, p. 75-95, 1997, 259p. Disponível em: <<http://www.bdigital.unal.edu.co/53100/1/9586017354.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Alguns apontamentos sobre História Oral, Gênero História das Mulheres**. Dourados, MS: UFGD, 2014. 63p. Disponível em: <<http://omp.ufgd.edu.br/omp/index.php/livrosabertos/catalog/book/31>>. Acesso em: 20 de março de 2020.

TERRA, Eva Maria Martins. **Territorialidade da comunidade rural quilombolas Chácara do Buriti e potencialidades do desenvolvimento local**. 2011. 131p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS. Disponível em: <<https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8214-territorialidade-da-comunidade-rural-quilombola-chacara-do-buriti-e-potencialidades-do-desenvolvimento-local.pdf>>. Acesso em 29 de março de 2020.

TERRA, Eva Maria Martins; DORSA, Arlinda Cantero. A comunidade quilombola Chácara Buriti, MS: memórias sentidas e vividas na busca do desenvolvimento sustentável. Campo Grande, MS: **Revista Multitemas**, n. 41, p. 89-107, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://www.interacoes.ucdb.br/multitema/article/view/288/337>>. Acesso em: 29 de março de 2020.

APÊNDICES

Apêndice A: Quadro 5-Relação das teses, dissertações e artigos científicos selecionados entre 2010 e 2020 (março).

Título	Autor	Produção Científica	Instituição/ Revista	Palavras-Chave
2010				
Empoderamento e potencialidades para Desenvolvimento Local na tradicional comunidade negra “São João Batista” de Campo Grande, MS.	SILVA, Monica Cristina Adams Matos da	Dissertação	UCDB	Desenvolvimento Local. Comunidade Tradicional. Identidade. Cultura. Empoderamento.
Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre comunidades negras rurais sul-mato-grossenses	PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barbosa	Tese	UnB	Não tem palavras-chave.
O docente afro-brasileiro na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: memórias escolares	GARCIA, Hagrayz Rosa	Dissertação	UFMS	História da educação. Memória. Identidade docente. Afro-brasileiros. Mato Grosso do Sul.
Movimentos sociais e a institucionalização: apontamentos teóricos sobre a ação do movimento negro no Mato Grosso do Sul	RIBEIRO, Bruno de Oliveira	Artigo	Rev. Anacleto	Sociedade civil. Movimento Social. Mato Grosso do Sul.
Plantas medicinais e conhecimento tradicional quilombola: um diálogo com a educação ambiental	JÚNIOR, Airton José Vinholi; VARGAS, Icléia Albuquerque de	Artigo	Rev. Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros	Plantas medicinais. Diálogo de saberes. Educação ambiental. Ensino de Botânica. Furnas de Dionísio.
Práticas multiculturais no ensino superior? A perspectiva dos acadêmicos afro-descendentes	BACKES, José Licínio	Artigo	Anais... Cadernos de Educação	Cultura. Diferença. Multiculturalismo.

Religiosidade e o sentimento de pertença: considerações acerca da festa em homenagem a São João Batista e da Missa Afro na comunidade remanescente de quilombo "São João Batista"- Campo Grande/MS	SILVA, Monica Cristina Adams Matos da; ÁVILA, Vicente Fideles de; MACIEL, Josemar de Campos	Artigo	Rev. Brasileira de História das Religiões	Remanescente de Quilombo. Religiosidade. Sentimento de pertença. Festas religiosas.
A presença de sujeitos culturais negros no contexto do ensino superior e a afirmação de suas identidades	BACKES, José Licínio	Artigo	Rev. Lusófona de Educação	Cultura. Identidade. Currículo. Negro.
Fenômeno quilombola: a constituição	SILVA, Adilson Rodrigues	Artigo	Rev. Rascunhos Culturais	Escravidão. Quilombos. Identidade Cultural. Exclusão Social.
Efeitos da Educação Superior nas identidades de negros cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	SANTANA, Renato Oliveira	Dissertação	UCDB	Cultura. Identidade, Ensino Superior. Negros.
2011				
Atividades agrícolas vivenciadas na Comunidade Quilombola Chácara Buriti em Campo Grande-MS	MAZARRO, Flávia Bertoni; CASTILHO, Maria Augusta de; SILVA, Christian Luiz da	Artigo	Rev. de Desenvolvimento Econômico	Comunidade Quilombolas. Produção Orgânica. Território. Tecnologia Social. Desenvolvimento.
A tecnologia social de produção agroecológica integrada e sustentável - PAIS - na comunidade quilombola Chácara do Buriti - Campo Grande/MS	MAZARRO, Flávia Bertoni	Dissertação	UCDB	Comunidade. Desenvolvimento local. Produção Orgânica. Território.

Etnomatemática dos remanescentes da comunidade quilombola urbana Tia Eva.	NEVES, Eder Pereira	Dissertação	Uniban	Etnomatemática. Comunidade Quilombola Tia Eva, Educação Matemática, Economia Solidária.
Territorialidade da comunidade rural quilombolas Chácara do Buriti e potencialidades do desenvolvimento local.	TERRA, Eva Maria Martins	Dissertação	UCDB	Desenvolvimento local. Identidade. Memória. Comunidade Tradicional Quilombola.
2012				
A atividade turística na Comunidade de Furnas de Dionísio	OLIVEIRA, Anelize Martins de Almeida; CUNHA, Juscilene Rodrigues; LOUREIRO, Maria Bernardes Siqueira	Artigo	Rev. Multitemas	Furnas de Dionísio. Patrimônio Histórico-cultural. Patrimônio Ambiental. Turismo. Interferência Turística.
Eva Maria de Jesus (tia Eva).	PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barbosa	Artigo	Anuário Antropológico	Memória. Escravidão. Campesinato. Negros.
Práticas extensionistas no desenvolvimento sustentável da comunidade quilombola de Dourados, MS	OLIVEIRA, Euclides Reuter de; MONÇÃO, Flávio Pinto; RAMOS, Marisa Bento Martins; GABRIEL, Andréa Maria de Araújo; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba; MOURA, Lais Valenzuela	Artigo	Rev. em Extensão	Agricultura familiar. Agroecologia. Sustentabilidade.

A comunidade quilombola Chácara Buriti, MS: memórias sentidas e vividas na busca do desenvolvimento sustentável	TERRA, Eva Maria Martins; DORSA, Arlinda Cantero	Artigo	Rev. Multitemas	Comunidade Tradicional. Desenvolvimento Sustentável. Memória.
Afro-educação em mato Grosso do Sul: o projeto Guaicuru e a construção da escola cidadã (1926-2003)	BRAZIL, Maria do Carmo; VALETIM, Reinaldo Antonio; FURTADO, Alessandra Cristina	Artigo	Rev. Educação Pública	Movimento Negro. Constituinte Escolar. Política Educacional. Mato Grosso do Sul.
Sonoridades afro-brasileiras em Corumbá: um estudo sobre representações musicais em rituais e Umbanda	MORETZSO HN ROCHA, Carmem Silvia	Artigo	Rev. Iliminuras	Etnomusicologia. Umbanda. Religiões afro-brasileiras. Negritude. Antropologia visual.
Potencial para a produção agroecológica em comunidades quilombolas no estado de Mato Grosso do Sul	SILVA, Altair Luiz da; HARDOIM, Queila Maria; OLIVEIRAL, Marcílio Cáceres	Artigo	Anais... 4º Seminário de Agroecologia/ 3º Encontro de Produtores Agroecológicos de MS	ATER. Plano de desenvolvimento. Conservação
2013				
Etnomatemática em foco: as peculiaridades da matemática dos remanescentes da comunidade quilombola Tia Eva	NEVES, Eder Pereira	Artigo	Anais... XI Encontro Nacional de Educação Matemática	Etnomatemática. Comunidade Quilombola Tia Eva. Educação Matemática.
Tia Eva: trajetória de vida de uma ex-escrava doceira	PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barbosa	Artigo	Rev. Habitus	Memória. Escravidão. Alimentação
As/os docentes de história da escolarização básica e a (des/re)construção	SILVA, José Bonifácio Alves da	Dissertação	UCDB	Professores/as de História. Representações culturais. Identidades/diferenças negras

das identidades negras				
Turismo Gastronômico como fator de Desenvolvimento Local na comunidade quilombola de São Miguel, município de Maracaju, MS	FERNANDE S, Geziane Aparecida Martins	Dissertação	UCDB	Alimentos afro descendentes. Culinária. Comunidade Quilombola. Turismo Rural. Gastronomia.
Representações de negros produzidas por alunos, mediadas pela leitura da obra "O Mulato"	ROSA, João Martins	Dissertação	UCDB	Cultura. Identidade Negra. Literatura. Racismo
Um olhar sobre a construção identitária da mulher "Em a cor púrpura"	ESPINDOL A, Bruna Cardoso	Dissertação	UFMS	Feminino. Análise do Discurso. Estados Culturais. Exclusão
2014				
A luta pela conservação e fortalecimento da identidade cultural nas comunidades indígenas Marçal de Souza e Quilombola Tia Eva	PORFÍRIO, Iago	Artigo	Anais... In: IX Semana das Ciências Sociais da UFMS	Tradição cultural. Comunidade Tia Eva. Comunidade Marçal de Sousa. Manutenção da identidade cultural.
Alternativas para o manejo de resíduos sólidos em comunidades quilombolas: estudo de caso nas comunidades Tia Eva e Furnas do Dionísio	LIMA, Priscila de Moraes; ANDRINO, Ariadne Barros; FILHO, Fernando Jorge Corrêa Magalhães	Artigo	Anais... XII SIBESA XII Simpósio Ítalo-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental	Quilombas. Saneamento. Resíduos sólidos. Comunidade urbana. Comunidade rural
Pode a subalterna negra falar na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul	BOTELHO, Tiago Resende	Artigo	Caderno Espaço Feminino	Assembleia Legislativa. Falar. Representação. Silenciados. Subalterna. Mulher. Negra.

2015				
"O falar africano" e as origens do português brasileiro: um olhar sociolinguístico sobre o falar Sul-Mato-Grossense	SANA, Nágila Kelli; BUENO, Elza Sabino da Silva	Artigo	Rev. Web Discursividade	Português brasileiro. Influências africanas. Variação linguística.
Negros do Buriti: memórias de uma comunidade negra rural sul-mato-grossense	PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barbosa	Artigo	Rev. Brasileira de História & Ciências Sociais	Memória. Pós-abolição. Campesinato
Política de Educação Superior e Ações Afirmativas: O Projeto Negraeva no Estado de Mato Grosso do Sul (2002 - 2004)	SANTOS, Laura Maria Rosa dos	Tese	UCDB	Projeto Negraeva. Política de Ação Afirmativa. Educação Superior.
Política para mulheres ou feminismo de Estado? A conferência da mulher no Mato Grosso do Sul	CRUZ, Fabiana Medina da	Dissertação	UFGD	Não apresenta palavras-chave.
Redes e interações: a formação do movimento negro e do movimento quilombola no Mato Grosso do Sul	PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barbosa	Artigo	Série Antropologia	Movimento Negro. Movimento Quilombola. Redes. Memória.
O grupo Tez e as raízes da expansão das instituições da sociedade civil negra do Mato Grosso do Sul	RIBEIRO, Bruno de Oliveira	Artigo	Rev. Movimentação	Sociedade Civil. Movimento Negro. Institucionalização. Mato Grosso do Sul. Grupo TEZ.
A influência das mulheres negras e a transformação da identidade religiosa no quilombo de São Miguel em Mato Grosso do Sul	MUNIZ, Luana Aparecida Rodrigues; SOUZA, Iara da Silva	Artigo	Anais... XVI semana da História/ II Jornada de História Antiga e Medieval	
Uso de plantas para fins terapêuticos por escolares da comunidade negra	CRUZ-SILVA, Sthefany Caroline	Artigo	Anais... In: VII Encontro Regional de Ensino de	Lideranças femininas quilombolas. Negritude e Identidade. História de Negros em MS.

rural quilombola Chácara Buriti, Campo Grande, Mato Grosso do Sul	Bezerra da; DOMINGOS, Maiara; MATIAS, Rosemary; DAHER, Alessandra Ferreira Beker; GARCIA, Joelma dos Santos		Biologia RJ/ES: Tecendo laços docentes entre Ciência e culturas.	
Territorialidade quilombola e estratégias de resistência camponesa na agricultura familiar da comunidade de Furnas de Dionísio/Jaraguari-MS	BALDO, Ana Claudia Sacchi	Dissertação	UFMT	Território. Territorialidade Quilombola. Comunidade Furnas do Dionísio. Agricultura familiar. Pluriatividade econômica
2016				
Histórias, fronteiras e narrativas de memórias: aspectos que contribuíram para a formação das comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul	FRANSCHINI, Ariane Wust de Freitas; BARROS, Adriana Lúcia de Escobar Chaves de	Artigo c	Anais... VI Seminário Internacional América Platina (VI SIAP) e I Colóquio Unbral de Estudos Fronteiriços	Histórias. Fronteiras. Narrativas. Memórias. Cultura.
Histórico e uso da biodiversidade na comunidade negra rural quilombola Chácara do Buriti, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil	CRUZ-SILVA, Sthefany Caroline Bezerra da	Tese	UNIDERP	Comunidades Tradicionais. Remanescentes de Quilombo. Conhecimento tradicional. Uso e Ocupação do solo. Agricultura Familiar. Etnobotânica.
Panorama atual de proteção do direito à terra das comunidades quilombolas e desafios futuros	NASCIMENTO, Germana Aguiar Ribeiro do; BATISTA, Mércia Rejane Rangel; NASCIMENTO, Marília Aguiar Ribeiro do	Artigo	Rev. Interações	Comunidades quilombolas. Direito à terra. Proposta de emenda constitucional 215/2000.

Comunidade quilombola São Miguel: entre quilombismo e a abundância frugal via descolonização	SILVA, João Alberto Mendonça	Dissertação	UCDB	Abundância frugal. Descolonização. Desenvolvimento Local. Quilombismo. Quilombo.
A literatura infanto-juvenil como possibilidades de afirmação da identidade negra	MARQUES, Maria Eugênia Portela de Siqueira	Artigo	Rev. ANPOOL	Descolonização. Literatura. Cultura do ser negra/o. Identidade negra.
O currículo e a produção de sujeitos afrodescendentes em uma escola pública estadual de Campo Grande (MS) com alto IDEB	BACKES, José Licínio	Artigo	Rev. Acta Scientiarum, Human and Social Sciences	Estudos étnico-raciais. Identidades. Colonialidade.
2017				
A fábrica de escravos: a escravidão negra no sul de Mato Grosso (1718-1888)	PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barbosa	Artigo	Rev. Aceno	Escravidão. Quilombos. Campesinato. Economia.
Atividades de retextualização a partir do gênero discursivo memórias: proposta de trabalho em uma escola da comunidade remanescente quilombola de Furnas de Dionísio	FRANSCHI NI, Ariane Wust de Freitas; BARROS, Adriana Lúcia de Escobar Chaves de	Artigo	Rev. Traços de Linguagem	Oral. Escrita. Linguagem. Comunicação. Gênero. Memórias.
O ex-voto e as manifestações de fé da Festa do Divino da comunidade quilombola de Santa Tereza, Figueirão/MS: um objeto de estudo Folkcomunicação	ROCHA, Letícia Monteiro; FRANÇA, Greicy Mara	Artigo	Anais... 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação	Folkcomunicação. Ex-voto. Festa do Divino. Comunidade Santa Tereza.

Políticas de ação afirmativa: implicações na trajetória acadêmica e profissional de afro-brasileiros/as cotistas egressos/as da UEMS (2007-2014)	CORDEIRO, Ana Luisa Alves.	Tese	UCDB	Políticas de Ação Afirmativa. Política Educacional. Estado. Afro-brasileiros/as Egressos/as. Capital Cultural.
Territorialidade e biografia: ao redor de Tia Eva	MACHADO, Myleide Meneses Oliveira; MACIEL, Josemar de Campos	Artigo	UCDB	Comunidade. Territorialidade. Quilombolas.
Abastecimento de água, esgotamento doméstico e aspectos de saúde em comunidades quilombolas no Estado de Mato Grosso do Sul	FILHO, Fernando Jorge Corrêa Magalhães; PAULO, Paula Loureiro	Artigo	Rev. Interações	Saneamento básico. Saneamento Sustentável. Tomada de decisão. Educação sanitária e ambiental. Esgoto.
Por uma história do negro no sul do Mato Grosso: história oral de quilombolas de Mato Grosso do Sul e a (re)invenção da tradição africana no cerrado brasileiro	SANTOS, Lourival dos	Artigo	Rev. de Pesquisa Histórica - CLIO	Identidade negra. Comunidades quilombolas. Mato Grosso do Sul.
O fortalecimento da identidade negra no contexto da Educação Superior: um olhar sobre os negros ingressantes pelo sistema de cotas raciais nos cursos de graduação da UFGD	RIBEIRO, Aparecida Pereira dos Santos	Dissertação	UFGD	Ações afirmativas. Educação superior. Identidade negra.
Regularização fundiária de comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul/Brasil	AGUILERA URQUIZA, Antonio Hilário; SANTOS, Lourival dos	Artigo	Rev. Brasileira de Políticas Públicas	Comunidades quilombolas. Território. Políticas públicas. Regularização fundiária.
A construção da visibilidade da agricultura familiar: estudo de caso na comunidade negra	TASHIMA, Lucélia da Costa Nogueira	Dissertação	UCDB	Agricultura Familiar. Política da Agricultura Familiar. (In)Visibilidade Social.

quilombola de São Miguel-MS				
A consubstancialidade e entre classe, gênero e raça: a regulamentação da PEC das domésticas no Brasil	THEODOR O, Yasmine Braga	Dissertação	UFGD	Divisão Sexual do Trabalho. Consubstancialidade. PEC das domésticas.
O fortalecimento da identidade negra na Educação Superior: entre a negação e o reconhecimento	MARQUES, Maria Eugênia Portela de Siqueira	Artigo	Rev. Interfaces da Educação	Identidade negra. Educação superior. Movimento Negro.
Comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul: incidência das Políticas públicas realizadas a partir de 2004	AGUILERA URQUIZA, Antonio Hilário; SANTOS, Lourival dos	Artigo	Rev. Antropologia em Mato Grosso do Sul	Comunidades quilombolas. Território. Regularização fundiária.
2018				
Influência africana na oralidade de um afro-descendente da comunidade quilombola Tia Eva	RAMOS, Natalícia da Silva; LIMA, Sônia Filiú Alburquerque	Artigo	Anais... III Jornada Brasileira de Educação e Linguagem Sul	Sociolinguística. Línguas africanas. Português do Brasil. Preconceito Linguístico.
Relato de ação de extensão na comunidade quilombola Chácara Buriti: a importância das boas práticas de fabricação	CASIMIRO, Lucas Kenzo Shimabukuro; BOGO, Danielle; MIYAGUSKU, Luciana, GUIMARÃES, Rita de Cássia Avellaneda	Artigo	Anais... Cadernos de Agroecologia	Biodiversidade. Segurança alimentar. Agricultura familiar.
Existir e resistir: um olhar geográfico das comunidades remanescentes quilombolas no Pantanal sul-mato-grossense	SOUZA, João Batista; MORETTI, Edvaldo Cesar	Artigo	Anais... XIX Encontro nacional de Geógrafos	Resistência. Comunidades Quilombolas.

Políticas de acesso e permanência material na Universidade Federal da Grande Dourados (2014-2017): sistema de cotas e inclusão étnico-racial	VIEIRA, Guilherme Augusto dos Santos	Dissertação	UFGD	Cotas Étnico-Raciais. Ações Afirmativas. Educação Superior. Permanência.
A afirmação da identidade étnico-racial no contexto de uma comunidade étnica	BACKES, José Licínio	Artigo	Rev. Notandum	Cultura. Comunidade. Identidade. Diferença
Benzedeiras e benzedeiros quilombolas	MENDES, Dulce Santoro; CAVAS, Claudio São Thiago	Artigo	Rev. Interações	Identidades culturais. Benzedeiros e benzedeiros quilombolas. Religiosidades.
Quilombos e comunidades remanescentes: resistência contra a escravidão e afirmação na luta pela terra	FIABANI, Adelmir	Artigo	Rev. de Estudios Brasileños	Remanescentes de Quilombos. Terra. Negros. Questão Fundiária.
O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra	MARQUES, Maria Eugênia Portela de Siqueira	Artigo	Rev. Brasileira de Educação	Pertencimento identitário. População negra. Preconceito racial.
2019				
Comunidade Tia Eva: bairro de negros e herança de fé	OLIVEIRA, Myleide de Souza Menezes de	Dissertação	UFGD	Comunidade Tia Eva. Campo Grande. História. Identidade. Quilombola. Territorialidade.
A memória que resiste: o caminho da pesquisa com uma comunidade remanescente quilombola	SANTOS, Lilian Maria; PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de	Artigo	Rev. Multitemas	Memória. Reivindicação Territorial. Pesquisa etnográfica
Quais as implicações para o fortalecimento da identidade negra no contexto da Educação Superior?	MARQUES, Maria Eugênia Portela de Siqueira; RIBEIRO, Maria Aparecida	Artigo	Rev. Práxis Educacional	Identidade negra. Educação superior. Ações afirmativas.

	Pereira dos Santos			
2020				
Ecoturismo da Base Comunitária na Comunidade Furnas da Boa Sorte, Corguinho (MS): planejamento e sustentabilidade	BENITES, Maristela; MAMEDE, Simone	Artigo	Rev. Brasileira de Ecoturismo	Turismo Comunitário. Protagonismo social. Território. Cerrado. Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Construção da autora

ANEXOS

Anexo A-Relação das famílias quilombolas cadastradas no CRAS/CREAS de Campo Grande-MS (janeiro de 2020)

10/03/2020 CECAD 2.0

BRASIL Serviços Barra GovBr
(HTTP://BRASIL.GOV.BR)

SELECIONAR DADOS > LISTA CRAS/CREAS/LOCALIDADE

ESCOLHA REFERÊNCIA:

☒ Com marcação PBF (Janeiro 2020)
 ☐ Sem marcação PBF (Fevereiro 2020)

MS-Mato Grosso do Sul
 Escolha um local

☐ CRAS/CREAS
☒ Nome da Localidade

Filtro Número de Famílias Quilombolas Cadastradas

consultar

Localidade	Quantidade Famílias		
	Sim	Não	Total
ASSENTAMENTO	1	0	1
ASSENTAMENTO QUILOMBOLA BURITI	1	0	1
BAIRRO SEMINRIO	1	0	1
BOM RETIRO	1	0	1
BOSQUE DA ESPERANCA	1	0	1
CIDADE MORENA	1	0	1
COMUNIDADE QUILOMBOLA	1	0	1
COMUNIDADE TIA EVA	1	0	1
COOPAVILA	1	0	1
COOPHAVILA 2	1	0	1
CORONEL ANTONINO	1	0	1
CORONEL ANTONIO	1	0	1
CRUZEIRO	1	0	1
DOM ANTONIO BARBOSA	2	0	2
FURNAS DE DIONISIO	1	0	1
GUANANDI II	1	0	1
GUANANDY	1	0	1
JARDIM AEROPORTO	1	0	1

https://aplicacoes.mds.gov.br/sag/cecad20/cras_local.php?schema=tab_cad_11012020&p_ibge=50&mu_ibge=5002704&p_variavel=nom_localid... 1/4

10/03/2020

CECAD 2.0

Localidade	Quantidade Famílias		
	Sim	Não	Total
JARDIM CAMPO NOBRE	1	0	1
JARDIM CANGURU	2	0	2
JARDIM COLIBRI	1	0	1
JARDIM INAPOLIS	3	0	3
JARDIM NEBLON	1	0	1
JARDIM NOROESTE	4	0	4
JARDIM SAO CONRADO	1	0	1
JARDIM SEMINARIO	19	0	19
LOS ANGELES	2	0	2
LOTEAMENTO RANCHO ALEGRE	1	0	1
NOROESTE	1	0	1
NOSSA SENHORA DA GRACAS	1	0	1
NOSSA SENHORA DAS GRACAS	1	0	1
NOVA CAMPO GRANDE	1	0	1
NOVA LIMA	2	0	2
PARQUE DO LAGEADO	1	0	1
POPULAR	1	0	1
PORTAL CAIOBA	1	0	1
PORTAL DA LAGOA	1	0	1
QUILOBO	1	0	1
QUILOBOLA	1	0	1
RITA VIEIRA	1	0	1
RURAL	28	0	28
SANTA LUZIA	1	0	1

10/03/2020

CECAD 2.0

Localidade	Quantidade Famílias		
	Sim	Não	Total
SANTA MONICA	1	0	1
SAO BENEDITO	4	0	4
SAO FRANCISCO	3	0	3
SEMINARIO	2	0	2
VIDA NOVA 2	1	0	1
VILA FERNANDA	1	0	1
VILA MARLI	3	0	3
VILA NASSER	3	0	3
VILA NOSSA SENHORA DAS GRACAS	2	0	2
VILA PIRATININGA	2	0	2
VILA SAO BENEDITO	1	0	1
Total	119	0	119

 CSV

 Ir para o Topo

[\(https://inovacao.enap.gov.br/\)](https://inovacao.enap.gov.br/)

 MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 PÁTRIA AMADA
BRASIL
SISTEMA FISCAL

<http://mds.gov.br>
<http://mds.gov.br/sagi>

 Barra GovBr (<http://www.acessoainformacao.gov.br/>)

Anexo B-Certidão de Autodefinição Comunidade de Eva Maria de Jesus/Tia Eva (Vila São Benedito)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do Processo administrativo desta Fundação nº 01420.000289/2008-44. **CERTIFICA** que a **Comunidade de Eva Maria de Jesus/Tia Eva (Vila São Benedito)**, localizada no município de Campo Grande/MS. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 011, Registro n. 1.016 fl. 32, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINI COMO REMANESCENTE DE QUILOMBO.**

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva**, (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, **29 de fevereiro de 2008.**

O referido é verdade e dou fé.

Edvaldo Mendes Araújo
(Zulu Araújo)

Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil
Fone: (0 XX 61) 3424-0101(0 XX 61) 3424-0145 – Fax: (0 XX 61) 3424-0145
E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

“A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Wally Salomão)

Anexo C-Certidão de Auto-Reconhecimento Comunidade Chácara de Buriti



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade Chácara de Buriti**, localizada no município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 003, Registro n. 257, f. 63, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Processo nº 01420.001.446./2005-96

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, **05 de julho** de 2005.

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242
E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br <http://www.palmares.gov.br>